N.º 2 do Séc. XXI - Dezembro 2023

FUNDADA EM 1861 | 02 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

independência

REVISTA DE CULTURA LUSÍADA

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral

Revista Gratuita

Índice

_003 Editorial
_004 Estatuto Editorial & Ficha Técnica
_005 Portugal e a sua Soberania
_016 Portugal e as suas relações com os países da CPLP
_021 Portugal e a Zona Euro
_030 O nascimento do Infante D. Henrique – comemorações do 4 de Março
_035 O Mar e a Universalidade da Língua Portuguesa
_046 Gago Coutinho e Sacadura Cabral - centenário da 1.ª Travessia Aérea do Atlântico Sul
_050 Portugal: Uma individualidade política na Europa cristã medieval
_058 Notas sobre a vida e as representações do Condestável Nuno Álvares Pereira
_064 Falar dos 900 anos de Viseu é falar já dos 900 anos de Portugal - comemorações dos 900 anos do Foral de Viseu
_068 "Um fruto do acaso e do génio português, à beira de fazer 900 anos" - comemorações da Restauração da Independência de Portugal
_072 O Ensino da História como Estandarte do "sentido da Independência"
_077 650 anos da Aliança Luso-Britânica
_079 Martinho - de soldado a santo: lenda, capela, Verão, magusto e... um rei português
_081 O Quartel Colégio Hotel da Cachoeira do Campo - a história de uma edificação tricentenária em Ouro Preto
_083 A Doutora Maria Leonor Machado de Sousa - evocação da nossa Conselheira
_086 Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096-1495) - Recensão Crítica
Contracapa

Editorial

Com esta edição, retomamos o fio da meada da V Série da nossa revista "Independência", a histórica revista da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, estreada em 1940, com periodicidade anual. Os mais antigos saberão como chegámos à V Série, depois de quatro interrupções e outros tantos recomeços. A I Série teve 47 números, 1940 a 1979. A II Série teve apenas três números, em 1980 e 1981. A III Série publicou cinco números, entre 1983 e 1987. A IV Série começou em 1992 e acabou em 1995, tendo publicado nove números, com periodicidade semestral. Finalmente, a V Série só havia feito sair um número em Dezembro de 2010, facto que nos levou a retomar esta mesma série, em vez de iniciar uma nova.

Optámos, agora, por um modelo moderno e mais económico, renunciando à edição em papel e centrando-nos em valorizar a publicação digital, no endereço https://revistaindependencia.pt . Porém, o modelo foi definido para ir ao encontro dos leitores que gostam de ler em papel (provavelmente a maioria): cada artigo pode ser convertido em formato fácil de imprimir; e a própria revista, a cada compilação semestral, pode ser impressa na íntegra por quem quer que o deseje. O sistema contém uma ferramenta eletrónica de fácil manejo que, automaticamente, ordena e pagina os textos de cada número semestral e os organiza em formato próprio para impressão da revista em globo.

O "velhinho" n.º 1, de 2010, foi também previamente convertido neste novo formato e republicado neste modelo de edição. E este n.º 2 abre a retoma desta V Série, inaugurando já totalmente este novo figurino.

A revista INDEPENDÊNCIA preenche uma grande lacuna na comunicação da Sociedade Histórica com os sócios e o público em geral. Permite-nos publicar textos de maior densidade e qualidade, aprofundando a reflexão sobre os temas e debates que têm a ver com o nosso objecto estatuário: a independência e a identidade de Portugal, a Língua e a Cultura Portuguesas. E permite-nos ocupar melhor o espaço e o lugar que nos pertencem, no pensamento, na comunicação e na divulgação.
Esperamos que gostem. Iremos procurando fazer sempre melhor.

José Ribeiro e Castro
Presidente da Direcção
Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil.
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha Técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: https://revistaindependencia.pt
Créditos fotográficos: Ane-Souz, Jorge Pereira de Sampaio, José Ribeiro e Castro, Michel Roncon Santos e Pedro Albuquerque

Portugal e a sua Soberania

João Brandão Ferreira

"Ninguém ama a Pátria porque é grande, mas porque é sua!"
Séneca

1. Preâmbulo

Para melhor nos situarmos no tema vamos elaborar, um pouco, sobre o termo "soberania". Para isso vamos socorrer-nos de um autor, clássico da Ciência Politica, o francês Jean Bodin (1530 – 1596), que afirmou que a soberania se refere à entidade que "não conhece superior na ordem externa, nem igual na ordem interna".

Soberania relaciona-se a Poder, autoridade suprema e independência (do Estado). Um estado soberano é, assim, aquele constituído por um governo, um povo, um território e que tem o poder de fazer e revogar leis, declarar a guerra e fazer a paz, instituir cargos públicos, cunhar e emitir moeda, cobrar impostos e taxas.

De tudo decorre o princípio da igualdade dos estados na comunidade internacional.
Por aqui se pode já ver, como o Estado Português está cada vez mais a perder soberania...

2. Introdução

Tudo começou para Portugal, como é sabido, em 24 de Junho de 1128. Hoje são passados 895 anos. Todos nós sabemos quando nascemos, mas não sabemos quando morremos. Os países, como as civilizações, também são assim, nascem, vivem e um dia também morrem, ou podem morrer...

Os países, melhor dizendo as nações, são uma família grande, ou dito de outro modo, um conjunto alargado de famílias. Uma família perpetua-se através da descendência. As nações também, embora isso só não lhes chegue, necessitam de manter e fortalecer os laços que mantêm as famílias unidas.

Uma Nação é, assim, uma irmandade colectiva, unida por laços, sentimentos, interesses e aspirações comuns. Com o tempo ganham amor à terra que lhes deu o berço, passam a ter o culto dos seus antepassados e maiores e tornam-se, também, uma comunidade de afectos que se quer manter e defender.

Quando a Nação passa a estar irmanada nos mesmos sonhos e ganha um fio condutor telúrico, que vem do passado e a projecta no futuro, atinge o estádio de Pátria.

A Nação dos Portugueses sofreu, desde então (1128), a alegria das vitórias, dos grandes cometimentos e da afirmação da sua identidade, dos seus heróis e santos e, também, a agonia das derrotas, do sofrimento, dos desastres e da ignomínia própria do género humano.

Foi deste cadinho de virtudes e misérias, glórias e fracassos de uma vivência em comum, que resultou aquilo que somos hoje, finda que está a segunda década do século XXI.

Convém fazer um percurso rápido no metropolitano da História, para melhor nos situarmos.

3. Síntese Histórica

"Mouros em Terra,
Moradores às Armas!"
Brado que se ouviu em Portugal
desde o tempo do Rei, D. Afonso II.

A independência do Condado ocorreu, "de facto", em 1128 (Batalha de S. Mamede – 24/6) e, "de jure", em termos regionais, em 1143 (Tratado de Zamora, 5/10) e, em termos mundiais, em 1179 (bula "Manifestus Probatum", de 14/5, do Papa Alexandre III).

Alarga-se até ao reinado de D. Afonso III (1249, conquista do Algarve), e estabelece as suas fronteiras europeias, pelo

Tratado de Alcanizes, de 1297.

São as fronteiras mais antigas e estáveis da Europa, (provavelmente do Mundo), havendo apenas um contencioso pendente com a Espanha, sobre Olivença, ocupada ilegalmente desde 1807, seguramente, desde 1815.

A Nação está formada com D. Dinis, que foi um notável Rei: fronteiras definidas; Exército e Marinha permanente; fundação da Universidade; obrigatoriedade dos documentos oficiais serem escritos em português (eram, até então, em latim); desenvolvimento de feiras, comércio e agricultura; atribuição de forais, reforço de fortalezas; nacionalização das ordens militares e estabelecimento nacional do culto do Espírito Santo – uma espécie de religião original portuguesa.

A primeira vez que Portugal entra nas contendas europeias, fora do contencioso peninsular, dá-se no reinado de D. Fernando com as três guerras desastrosas que travámos com Castela e que tinham a guerra dos Cem Anos, como pano de fundo.

A morte do Rei D. Fernando originou uma crise de sucessão dinástica que colocou, pela 1ª vez, verdadeiramente em perigo a independência nacional. Esta crise que teve o seu interregno, entre 1383 e 1385, foi resolvida politicamente pelas Cortes de Coimbra de 1385 e, militarmente, pela batalha de Aljubarrota, no mesmo ano.

O Santo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, no Campo Militar de S. Jorge.

A paz, porém, só foi assinada em 1411, ou seja, a guerra durou 26 anos!

Ultrapassada que foi esta crise gravíssima o país ficou coeso e pujante mas, ao mesmo tempo, tomou-se consciência de que só tínhamos fronteira com um vizinho, que era várias vezes mais forte do que nós. Precisávamos, pois, de apoios exteriores, já consubstanciados na Aliança Inglesa, firmada em 1373.

Da ponderação para onde nos expandirmos, nasceu a empresa de Ceuta, cidade tomada de assalto, em 21 de Agosto de 1415, naquela que se pode considerar a primeira grande operação anfíbia da História.

Ceuta é o marco primacial da nossa expansão ultramarina, sem embargo das expedições realizadas às Canárias, a primeira das quais remonta – sem certeza segura – a 1340.

A História das extraordinárias descobertas e expansão realizadas são conhecidas e tiveram o seu auge por meados dos anos 30 do século XVI. Vou relembrar apenas os marcos mais significativos:

- 1418: Porto Santo
- 1427: Açores
- 1434: Cabo Bojador
- 1444: Cabo Verde
- 1462: Terra Nova
- 1470: S. Tomé
- 1482: Fortaleza da Mina
- 1487: Cabo da Boa Esperança
- 1492: Terras do Labrador
- 1498: Calecut (Índia)
- 1500: Brasil
- 1510: Conquista de Goa
- 1511: Conquista de Malaca
- 1513: Conquista de Ormuz
- 1513: China
- 1517: Timor
- 1522: Austrália
- 1542: Japão
- 1557: Macau

Durante todo este alargado período e até ao terceiro quartel do século XVI, a independência de Portugal não correu riscos, sendo o nosso país uma potência de primeira grandeza e o maior poder naval da época.

No reinado de D. Sebastião fazendo-se já sentir muitos sintomas de decadência, o jovem Rei intentou uma operação arriscada no Norte de África – embora estrategicamente aceitável – que, por tacticamente mal conduzida, resultou num desastre militar. O que foi insensato, foi o Rei ter arriscado a vida na batalha – ao querer comandá-la – sem ter ainda casado e assegurado descendência.

Desaparecido o "Desejado" nestas circunstâncias, caiu sobre o reino uma nova e grave crise de sucessão, algo semelhante à de 1383. Só que Febo Moniz não tinha a garra de Álvaro Pais e o Prior do Crato não era Nuno Álvares Pereira e faltou o Dr. João das Regras... A piorar as coisas o Cardeal D. Henrique estava decrépito e nada decidiu e Filipe I, além de muito capaz, era Rei

no apogeu da Espanha como potência.

E, qual golpe de misericórdia, um traidor português, Cristovam de Moura, usou a prata do construtor do Escorial para corromper a nobreza e o alto clero português, deixando-se estes corromper, na sua maioria.

Isto custou-nos 60 anos de um pesado jugo, dando origem ao refluxo da expansão que ainda não parou até aos dias de hoje.

Os conjurados de 1640

Em 1640, já com os três braços do Reino unidos novamente em coesão patriótica, proclamou-se em Lisboa, a 1 de Dezembro, a Restauração da Soberania Nacional (vai fazer 393 anos). O facto das autoridades do Estado Português terem olvidado em comemorar a data e a quase totalidade da comunicação social ter deixado de dedicar à efeméride, sequer, duas piedosas linhas, durante vários anos, diz bem do perigoso plano inclinado onde fomos postos.

A Restauração da Independência custou-nos 28 anos de guerra em quatro continentes e outros tantos mares. Em 1668 concluiu-se um tratado de paz com a Espanha mas a Santa Sé ainda levou dois anos a reconhece-lo...

O esforço estratégico passou então para o Brasil onde, em 300 anos, construímos um portentoso império.

A independência portuguesa esteve novamente em perigo durante a Guerra da Sucessão de Espanha, entre 1702 e 1713; a Guerra dos Sete Anos, entre 1762/3 e, finalmente, as guerras napoleónicas em que o Continente Europeu sofreu três invasões dos franceses, em 1807, 1808 e 1810, que continuaram com a perseguição ao exército francês que só terminou em Toulouse, quando Napoleão se rendeu, em 1814.

Estas invasões foram catastróficas para a Nação, não só porque destruíram literalmente o país, mataram cerca de 10% da população – qualquer coisa como 200 a 300 mil pessoas – aniquilaram a ordem social e a economia como, também, obrigaram à retirada da Família Real para o Rio de Janeiro e deixaram em solo pátrio as ideias da Revolução Francesa. Tudo isto provocou uma revolta liberal no Porto, em 1820, seguida da independência do Brasil, em 1822. Tal originou um desentendimento político gravíssimo que originou várias guerras civis que duraram, intermitentemente, até 1851.

A "Regeneração" do país que se intentou fazer desde esse ano não obteve o êxito necessário o que veio originar nova crise financeira crónica e o início da agitação político/social do Partido Republicano que acabou por derrubar a Monarquia, em 5 de Outubro de 1910. Os 16 anos que se seguiram foram uma "balbúrdia sanguinolenta" como Eça de Queiroz tinha previsto antes de morrer e quase destruíram o país.

Em 1926, as Forças Armadas uniram-se concertadamente para pôr cobro à anarquia existente e instituíram uma ditadura militar, em 28 de Maio desse ano.

Convém fazer aqui um parêntesis para lembrar, que durante todo este período em que nos estabelecemos fora do Continente Europeu, as crises, combates e operações de pacificação e de soberania, foram uma constante, um pouco por todo o lado, em terras ultramarinas. E que desde o fim das invasões francesas o país ficou em grande parte "colonizado" economicamente pela Inglaterra e culturalmente pela França. Ou seja a nossa independência era mais nominal do que real. Além de se ter de fazer face a várias bancarrotas.

No fim do século XIX, num ciclo que acompanha as épocas de declínio, houve um forte surto de iberismo, que levou até, e como reacção, à fundação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em 1861, e à inauguração do Monumento aos Restauradores numa das principais praças de Lisboa, em 1886.

Monumento aos Restauradores, em Lisboa, no dia das cerimónias comemorativas da Restauração da Independência.

Após o 28 de Maio os militares sabiam o que não queriam, mas não sabiam o que queriam, até que o General Carmona estabilizou a situação. Era necessário retirar o Estado da sarjeta onde caíra e a Nação do opróbrio em que se encontrava. Havia, porém, um problema que a todos sobrelevava, agora que havia um mínimo de ordem e autoridade: era o problema financeiro, que gerava "deficit" permanente. Até que foram buscar um conhecido professor de Coimbra que em menos de dois anos colocou as contas públicas com superavit. De tal modo se saiu bem da missão atribuída, que lhe entregaram o Poder, em 1932, para ele pôr em execução as suas ideias. Parece que era o único que tinha uma doutrina e sabia o que queria e para onde ia.

E a soberania voltou a ser reposta no país, já que nos descolonizámos economicamente dos ingleses e culturalmente dos franceses. Mais tarde impediu-se qualquer tutela ideológica dos EUA e da União Soviética. No fundo de quaisquer outros.

As duas grandes crises que poderiam ter posto em perigo a segurança nacional – a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial, foram ultrapassadas com invulgar virtuosismo político e diplomático. Com finanças sãs foi possível melhorar a Economia, começar a montar sistemas de apoio social e reforçar as Forças Armadas.

Até que a partir da independência da União Indiana, em 1947, se começou a tecer um ataque global e mundial à unidade da nação portuguesa, como já não acontecia desde a dominação Filipina.

As acções violentas em termos significativos tiveram início em Angola, em 15 de Março de 1961, em Janeiro de 1963, na Guiné e em Setembro de 1964, em Moçambique. O Daomé ocupou, em 1 de Agosto de 1961, a Fortaleza de S. João Baptista de Ajudá e a União Indiana ocupou militarmente o Estado da Índia, em 18 de Dezembro de 1961, após 14 anos de má vizinhança, à revelia do Direito Internacional e sem um pingo de razão do seu lado.

Este combate desigual em que, à excepção de Goa, não nos estava a correr nada mal, durou até 1974, quando uma pequena parte da oficialidade resolveu fazer um golpe de Estado, que se transformou em Revolução.

A perda do controle da situação resultou na quebra da disciplina militar e num abandono quase de qualquer maneira de todo o Ultramar, que causaram uma "descolonização" traumática.

Resultou daqui que em ano e meio Portugal perdeu cerca de 95% do território e 60% da população.

Daí para cá a História é conhecida por ser contemporânea de todos.

O perigo da União Ibérica, o Federalismo Europeu e o "laxismo" nacional, são as três maiores ameaças que se perfilam no horizonte português. Além da inexequibilidade que o actual sistema político tem revelado, algo que ninguém quer assumir.

Mas antes de entrarmos na análise destas ameaças pretendo ainda referir-lhes alguns factores geopolíticos e geoestratégicos que têm enformado e determinado a realidade portuguesa.

4. Realidades Geopolíticas e Geoestratégicas

"A nós, por um lado nos cerca o mar e, por outro, temos muro no Reino de Castela."
Zurara

Comecemos pelo princípio, isto é, quais as causas que levaram à independência do Condado Portucalense:

• Em 1º lugar, razões políticas, pois tal constituía um desígnio natural na Europa medieval: as suseranias tentavam libertar-se de outrem e formar a sua própria – terreno que o Conde D. Henrique porfiadamente preparou; e ainda por os barões portucalenses pretenderam afastar a influência dos barões galegos sobre D. Teresa; .Por razões religiosas, a diocese de Braga pretendia autonomizar-se da de Santiago de Compostela e de Toledo.
• Por razões económicas, para permitir que a riqueza produzida revertesse para o Condado e das boas perspectivas de comércio que o Porto já proporcionava;
• Por razões geopolíticas, a luta contra os mouros, incluída na reconquista cristã do Ocidente, abria boas perspectivas de expansão;
• Por razões diversas que potenciavam aquelas: acidentes geográficos, a luta contra o infiel; o apoio das ordens militares (sobretudo os Templários), menos por questões de uniformidade rácica, exceptuando talvez, a influência sueva que tinha instalado um reino com a capital em Braga no século VI; segundo os etnólogos, Portugal é constituído por uma mestiçagem de 13 grupos étnicos principais;
Finalmente:
• O Milagre de Ourique: independentemente de ter havido milagre ou não – essa é uma questão de Fé – Afonso Henriques não perdeu tempo a fazer a exploração política do fenómeno, além de ser aclamado Rei pelos seus homens no fim da batalha (até então era apenas duque), reuniu, mais tarde testemunhas na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, fazendo publicar sob juramento a descrição do aparecimento de Cristo. Ou seja, o reino de Portugal passou a existir por Direito Divino, tinha uma missão no mundo e Afonso Henriques, ele próprio, abençoado por Deus.

*****

"Nunca perca o Governo de vista que podemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e com a Inglaterra."
D. Carlos I

Em toda a história de Portugal podemos constatar que lidámos com cinco forças inimigas principais:

• Os castelhanos (mais tarde os espanhóis);
• Os muçulmanos (quer sejam mouros, árabes, persas ou turcos);
• Os judeus, a partir da sua expulsão, em 1496 e da acção da Inquisição, desde 1536;
• Os reformistas luteranos e calvinistas (excepção feita para os Anglicanos, a não ser durante o período Filipino);
• As forças comunistas, enquanto as houve (PCUS da URSS, 1917-1989).

E como amigos pode-se dizer que, verdadeiramente, não temos ninguém. Apenas a Inglaterra como aliada e quando os seus interesses coincidem com os nossos; a Espanha pontualmente: Salado; aliança contra a pirataria no mar; por motivos religiosos na Contra Reforma; Pacto Ibérico e pouco mais.

O Brasil, sem qualquer consequência; da Santa Sé, com grande tumulto e desconfiança; finalmente da emergente potência marítima, os EUA, quando tal lhe conveio, por postura ideológica anti – comunista e, sobretudo, por causa dos Açores.

Devemos ainda ter presente que, até à I Grande Guerra, houve quatro potências que foram determinantes no "status quo" português: a Espanha, a França, a Inglaterra e a Santa Sé. Após a I Grande Guerra e sobretudo após a II GM, juntam-se a estes estados, a URSS e sobretudo os EUA, pela importância global que vieram a ter.

Em boa verdade, nós só devemos contar connosco próprios, verdade que se tornou avassaladora desde que regressámos às fronteiras europeias.

*****

"É necessário estarmos apercebidos para nos defendermos de quem quiser ofender, porque a presteza aproveita às vezes mais que a força nas coisas da guerra. Não descansem os amigos da paz, na que agora gozam, se a querem perpetuar, porque oscontrários dela se a virem mansa, levá-la-ão nas unhas".
Padre Fernando Oliveira
(estratega do Século XVI)

Para fazer face a todas as ameaças com que Portugal foi confrontado, desde o início da nacionalidade os portugueses possuíam um conjunto de factores coesos talvez únicos em todo o mundo:

• Fronteiras estáveis na Europa desde muito cedo, em 1297 e sem paralelo em mais nenhuma Nação, a não ser o Japão, que é, recorde-se, uma ilha (e só se unificou depois dos portugueses terem introduzido as armas de fogo, no séc. XVI...);
• Homogeneidade cultural e linguística; .Ausência de conflitos raciais, religiosos ou regionais;
• Unidade religiosa, apenas perturbada pela questão judaica no século XVI e pelo anticlericalismo da 1ª metade do século XIX e na I República;
• Elevado espírito patriótico e apego à Independência;
• Elevadas capacidades de trabalho, desembaraço e adaptabilidade do povo português e muito boas qualidades de combatente que se tornam excepcionais quando bem liderado;
• O mar como janela de liberdade e oportunidade. Mas também havia grandes vulnerabilidades:
• Fronteira com um único país (caso único na Europa à excepção da Irlanda), que nos é quatro vezes superior em potencial estratégico e que exerce uma atracção centrípeta enorme;
• Apenas 1/3 do território com apetência agrícola e subsolo sem riquezas naturais apreciáveis; território descontínuo e com pouca profundidade estratégica;
• Incapacidade acentuada para recrutar, formar e escolher elites que preencham os principais lugares de responsabilidade na sociedade portuguesa – sobretudo a partir de D. João III;
• Necessidade de procurar apoios fora da Europa, que compensassem as nossas debilidades peninsulares;
• Descaso do aparelho militar em tempo de paz;
• Desequilíbrios financeiros cíclicos;
• Falta de um serviço de informações capaz; à excepção do reinado de D. João II e um pouco durante o Estado Novo;
• Instrução média, da população, baixa;
• Tendência inata para divergir do homem português, relativamente à desejável complementaridade de esforços no sentido do bem comum;
• A inveja como expoente dos defeitos associados à natureza humana.

O Potencial disponível, hoje em dia, após a "descolonização" é assaz limitado.

*****

"Morrer sim, mas devagar"
D. Sebastião
(na batalha de Alcácer Quibir)

Com a dinastia Filipina entrou-se em refluxo. Tal refluxo teve o seu epílogo em 1975. Esperemos que não passe daí.

Como traves mestras da Estratégia ao longo dos séculos

podemos divisar:

● Um espírito de Cruzada até ao século XVII; .Conter Castela em terra e batê-la no mar;
● Apoios externos que se consubstanciaram na expansão ultramarina, que nos protegessem da vulnerabilidades europeias;
● Aliança com a potência marítima dominante, desde o século XIV, e sempre que as debilidades nacionais o impusessem;
● Tentativas de neutralidade nas contendas europeias (excepção para a Campanha do Roussilhão e em querer combater em solo europeu durante a IGM;
● Primazia da acção diplomática sobre a actuação militar;
● Predomínio da estratégia defensiva sobre a estratégia ofensiva, apenas com excepções na expansão ultramarina (1415-1550);
● Balanceamento entre as potências marítimas e as continentais, acabando sempre por predominar as primeiras, devido à necessidade de salvaguardar as terras de além-mar;
● Troca de profundidade estratégica ultramarina por soberania no núcleo fundamental europeu, a partir da Restauração.

*****

"Defesa Nacional?
Em Portugal não existe!
É um milagre permanente!"
Oliveira Salazar

Noutro sentido, várias foram as vezes que procurámos a neutralidade versus a intervenção. Nem sempre o que se conseguiu coincidiu com os objectivos esperados. E é sempre necessário ter em conta que não é neutral quem quer, mas sim quem pode, isto é, quem tem força para isso. E, neste âmbito, o braço militar é fundamental.

Vejamos a síntese desta dualidade:

Durante a 1ª Dinastia repartimos a estratégia ofensiva com a defensiva e a primeira vez que entrámos nas contendas europeias foi no âmbito da Guerra dos Cem Anos, durante o reinado de D. Fernando, com resultados desastrosos.

Durante a 2ª Dinastia, manteve-se uma postura maioritariamente ofensiva:

● Sucessão ao trono Castelhano/Espanhol
● Norte de África
● Expansão Ultramarina

Mosteiro da Batalha

Durante a dominação Filipina não tivemos estratégia própria. Reagimos a ataques e participámos em guerras alheias (invencível Armada, Flandres/Estados Italianos). Sem embargo, aproveitámos a oportunidade para nos expandirmos no Brasil para além do acordado no Tratado de Tordesilhas.

A partir da Restauração a estratégia passou a ser defensiva. Ensaiaram-se posturas neutras que falharam na:

● Guerra de Sucessão de Espanha
● Guerra dos Sete Anos
● Guerra Peninsular

Resultaram:

● Na Guerra Civil Espanhola
● Na II GM

Ensaiaram-se estratégias ofensivas com resultados pouco positivos nas:

● Campanha do Roussilhão
● Intervenção na Flandres, durante a I Grande Guerra.

*****

"Para se ser livre é necessário ser forte…"
Lord Castlereagh
(diplomata britânico no Congresso de Viena, 1814)

Num aspecto, porém, e independentemente da política ou estratégia seguida, nunca se conseguiu colocar a economia portuguesa a funcionar em termos sustentados e evitar rupturas financeiras. Isto é, nunca se conseguiu aproveitar as riquezas de momento e transformá-las em mais .valias futuras.

E tal aconteceu com as especiarias do Oriente, o ouro do Brasil, as riquezas de África e, agora, com os fundos da U.E. É uma espécie de maldição que nos persegue...

Sem embargo convém, muito sucintamente, enumerar as principais razões para o que se acabou de apontar:

• Pobreza do território nacional europeu, com "deficit" em minérios e cereais;
• Guerras frequentes; .Expulsão dos judeus, que representavam a classe empresarial mais dinâmica;
• Posturas económicas defensivas dos nossos mais directos concorrentes que levaram a que se enveredasse mais por uma política de transporte, do que de produção (apesar de tentativas feitas, ex. feitorias da Flandres e na Liga Hanseática);
• Acordos ruinosos com a Inglaterra, por fraqueza nossa de que aquela se aproveitou (ex. Tratado de Metween, abertura dos portos brasileiros, etc.);
• Espírito religioso que favorecia a caridade em vez do lucro (ao contrário do que prevalece com reformistas, anglicanos e calvinistas);
• Perda de hábitos de trabalho a partir do século XVI, devido ao excesso de escravos e ao gosto da ostentação;
• Falhanço das duas revoluções industriais, devido às guerras civis do século XIX;
• Espírito de "cigarra" em vez de mentalidade de "formiga".

Houve algumas tentativas de inverter estas tendências, mas não fizeram vencimento duradouro, como é o caso da acção de D. Dinis; D. João II; do Conde da Ericeira, de Marquês de Pombal, de Fontes Pereira de Melo e Salazar. Foi até no consulado deste último que se lançou, pela primeira vez, as bases do desenvolvimento sustentado e da industrialização do País, através do I Plano de Fomento, em 1951.

Finalmente é necessário perceber e assumir que a economia não é um fim em si mesma. Ela deve servir uma Política e ser instrumento de uma Estratégia. E ainda que o sistema financeiro não deve servir só para enriquecer banqueiros, quer nacionais quer estrangeiros, nem para servir a especulação bolsista ou outras: deve estar ao serviço da economia e do povo que lhe confia os seus réditos.

*****

"Sendo nós portugueses
convém saber o que é que somos".
Fernando Pessoa

Em tudo o que dissermos, existe um factor primordial de base, na geopolítica, para além da geografia – presente em tudo o que dissemos – e que é o carácter do Povo.

Nós somos portugueses e não outros. Temos uma idiossincrasia própria que muda muito lentamente, quando muda. Isto é uma realidade que todos os líderes nacionais, políticos, religiosos, militares, empresariais, etc., devem ter à cabeça nas análises que façam.

É com a nossa gente que o país se faz e não com outra. Por isso é fundamental preparar e escolher elites que tenham isto em mente e, já agora, dado que são as leis que regem a sociedade "devem-se fazer as leis para os respectivos povos, pela simples razão de que não se podem fazer povos, para as leis".

As Bandeiras de Portugal, da fundação à actualidade

5. As Ameaças Modernas

"Não temos de fiarmos de outras potências, mas sim de nós próprios"
D. João V

Quando começou o declínio português no final do século XVI, sobretudo depois da coroa portuguesa se ter juntado à espanhola, podemos considerar três grandes ciclos de viragem estratégica e que representam também "pagamentos" que a Nação portuguesa teve que fazer, são eles:

• A Perda do Oriente: para se obter apoio internacional (nomeadamente inglês), após a Restauração, para nos vermos livres dos Filipes "pagámos" com o Oriente e transferiu-se o esforço estratégico para o Brasil;
• A Perda do Brasil: para nos vermos livres dos franceses"pagámos" com o Brasil e transferimos o esforço para a África (com atraso);
• A Perda de África: para podermos entrar para o "Clube Europeu" e ter a "Democracia" "pagámos" com a África e transferimos o esforço para a Europa.
Ou seja, conseguimos ir sobrevivendo à custa da nossa enorme profundidade estratégica...
Cabe aqui a pergunta: e no futuro como será? Para o futuro divisam-se três grandes ameaças:
• O Federalismo Europeu
• O Iberismo
• O "laxismo" nacional Comecemos pela primeira.

A União Europeia (UE) só poderá evoluir, creio, para três cenários: no primeiro cenário a UE fica a patinar no estado em que está e apodrece devagarinho e nós apodrecemos com ela; no segundo há uma fuga para a frente, caminhando-se paulatinamente para o federalismo e o governo único da União. Caminho difícil e cheio de escolhos que, a construir-se levará, naturalmente, ao desaparecimento do estado português, primeiro, e ao despedaçar-se a nação, depois; finalmente, no terceiro cenário, a UE implode – o que é cada vez mais verosímil – e fica tudo partido em cacos, resultando o salve-se quem puder.

Em qualquer dos três cenários, porém, e a prosseguir-se a política de submissão, funesta e suicidária, que temos vindo a seguir relativamente à Espanha, esta passará a colonizar-nos já que ficaremos "submersos" por ela e sem defesas. Lembre-se Zurara... Portugal entrou mal para a então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1/1/86: entrou sem estar preparado; em condições materiais e anímicas débeis; sem pesar as consequências e sem as assumir explicitamente, perante a Nação.

Em súmula, atirámo-nos de cabeça para uma coisa como se tal fosse irreversível. Em termos político – estratégicos, fizemos o gravíssimo erro de assumir a CEE como um Objectivo Nacional Permanente Histórico – que ela não é – em vez de a perceber, como um Objectivo Nacional Importante, mas transitório, que é o que tal adesão devia representar. A diferença dos termos é de substância e isso implica uma postura diferenciada.

Ainda por cima a esmagadora maioria da população não acompanhou as "elites" políticas nesta assumpção. E tem de tudo isto uma ideia pouco menos que clara.

Como entrámos diminuídos material e psicologicamente tendo evitado a custo uma guerra civil no território europeu que nos restava, resolvemos portarmo-nos como os melhores alunos. Tal teve funestas consequências: baixámos as guardas; não acautelámos interesses, deixámos cair todas as barreiras administrativas, não meditámos consequências nem avaliámos custos. Ficámos euforicamente tolos.

Depois, em vez de estudarmos cuidadosamente onde aplicar os fundos de coesão que nos começaram a jorrar por (aparentes) desinteressadas torneiras e fazê-lo com parcimónia e método, embandeirámos em arco, distribuímos prebendas, ajudámos os amigos e milhões de euros esfumaram-se (nunca ninguém apresentou contas dos fundos recebidos da UE!), em centenas de cursos fantasmas; subsídios a fundo perdido; indemnizações para destruir coisas; fundos de apoio para remodelar nada que se viesse a ver e no muito que se destinava a arrancar vinha para plantar oliveira, arrancar oliveira para plantar milho, milho para plantar vinha; vinha para dar de comer à vaca, abater a vaca pois já dava leite a mais, etc. Sendo que uma quantidade nunca contabilizada de meios financeiros saíram deste circuito para cevarem os apetites cada vez maiores em Mercedes, Jeeps, barcos de recreio e casas de férias a serem utilizadas uma vez por ano, mas com impacto na especulação imobiliária. Engordaram-se as cliques partidárias e as autarquias fizeram muitas rotundas. Ou seja o país corrompeu-se.

Quando finalmente nos apercebemos de que os fundos de coesão eram finitos e teríamos que passar, daí a pouco, a ser contribuintes líquidos, constatámos que não acrescentámos quase nenhumas mais .valias que nos servissem no futuro: nem em educação e preparação técnica; escolha de nichos de mercado; apostas em investigação que nos favorecesse ou individualizasse; indústria ou serviços competitivos. Deixámos destruir a agricultura e a pesca, parte da pequena indústria e comércio e como achámos que todos eram nossos amigos e nós éramos amigos de todos, rapidamente alienámos capacidades no âmbito da soberania – leis, justiça, segurança, etc. – bem como nas Forças Armadas e na Diplomacia. Sempre com ufania!
Restam as auto-estradas. Só que, sendo duvidoso que o comum dos portugueses vá poder usufruir delas por não ter dinheiro para as pagar, as mesmas vão servir justamente os estrangeiros. Como nós não exportamos por elas – porque produção já vimos que temos pouca – os nossos concorrentes conseguem pôr os seus produtos cá mais depressa, logo mais barato, ajudando assim a arruinar o que vai restando. E os espanhóis são os que estão mais próximos...

E como as iluminadas mentes que nos têm conduzido ainda acham que lhes devemos estar agradecidos pelos seus esforços homéricos em nos proporcionarem o Bem-Estar que idealizam – mesmo que tal seja conseguido à custa da sobrevivência do Estado e da Nação portuguesa – tomam o ónus de assumirem sozinhos todas as decisões capitais no processo, aliviando a maçada de informarem a população do que está em jogo e de permitirem que esta se pronuncie sobre aspectos fundamentais que influenciarão o presente e o futuro da comunidade! Um dia destes a palavra referendo arrisca-se a ser banida do vocabulário político e saneada do ensino da língua.

Passemos ao **Iberismo**.

O Iberismo tem duas vertentes, uma espanhola, melhor dizendo, castelhana e outra portuguesa.

A posição espanhola é constante, adaptada às circunstâncias e, no mais das vezes, dissimulada.
O iberismo português, por seu lado, é errático, disperso e sazonal. Desperta, normalmente, em época de crise e tem vários matizes e motivações. Chega a ser ingénuo, idealista e roça algumas vezes a traição. Em todos os casos é, porém, ilusório e irrealista e estará enquanto houver um punhado de portugueses determinados, votado ao fracasso.

O iberismo acarreta, portanto, para o povo português e para as

suas elites – quando estas estão ao lado daquele – duas frentes de combate: uma externa para fazer face às investidas castelhanas; outra interna, a fim de neutralizar os ingénuos úteis e os cavalos de Tróia, que sempre os vai havendo.

Em vez de vos enumerar uma listagem de acções que se têm desenrolado ou estão em curso, decidi coligir uma série de citações iberistas e anti-iberistas, que ilustram o ponto:

"*A perda de Portugal foi de puro-sangue e, por isso, o ministro espanhol que não pense constantemente na reunião, ou não obedece à lei ou não sabe do seu ofício*"
José de Carvajal y Lencastre
Ministro de Estado ao tempo do Rei Fernando IV,
de Espanha

"*Não podemos reconhecer nunca, nem ao filho de Henrique de Borgonha nem aos portugueses, o direito à emancipação*"
(Lafuente, citado pelo Prof. Hernâni Cidade)

"*A Espanha como um todo, mais do que uma recordação, é uma meta, um destino. A separação de Portugal foi um fracasso, uma rebelião contra a Geografia. A Península Ibérica está preparada desde o princípio do tempo para ser a morada dos Espanhóis*"
(Julian Marias, Cinco Anos de Espanha, 1982)

"*Adeus ao Portugal das grandezas. E agora nada mais resta a Portugal que se acolher a Castela*"
Jornal ABC (a seguir ao 25/4/1974)

"*A Reconversão histórica de Portugal passa pela continental idade e, sem dúvida, pela Europa; salvo se, como fez desde Aljubarrota aos tratados de Windsor, procure converter-se na base de desembarque de uma potência ultramarina, e salvo se enfeude aos EUA e à NATO*"
Fernando Móran MNE de Espanha, aquando da primeira cimeira Luso-Espanhola

"*El mayor obstáculo à la fusion de todas las partes de esta Península: Camões se levanta entre Portugal y España qual firme muro, mas difícil de derribar que todas las plazas y los castillos todos*"
De Valera

"*Os espanhóis nossos absolutos contrários*"
Fernando Pessoa

"*Aonde se dirá com honra que se entregou este reino a Castela por temor de se defender do seu poder?*"
Febo Moniz

"*El-Rei Filipe bem poderá meter-me em Castela, mas Castela em mim é impossível*"
Frei Heitor Pinto

"*… Antes morrer livres, que em paz sujeitos*"
Cyprião Figueiredo de Vasconcelos
(Governador das ilhas dos Açores, in carta a El-Rei Filipe I, 1583

"*Os ibéricos continuam a trabalhar: os nossos são em menor número que os hespanhóis, mas decididamente mais malvados e estúpidos*"
desabafo do Conde de Lavradio, 1860
(Memórias…VIII, P.305)

"*Espero achar no meu povo o bom senso para ficar insensível às desgraças dos seus vizinhos, e o patriotismo para se sustentar se isso for preciso*"
D. Pedro V em carta ao conde de Atouguia, 1860

"*Para jurarem solenemente, perante Deus, perante o mundo e perante o país, que havemos de repelir com toda a energia da nossa vontade, das nossas forças, das nossas crenças, dos nossos sentimentos, das nossas convicções e da nossa alma, qualquer emboscada com infame atentado contra a independência nacional*"
Pedido feito às cortes, por um deputado anónimo, um homem do povo.
Estendendo o braço direito os deputados juraram Lisboa, 1869.

O teor desta última citação devia ser hoje repetido, pelos actuais deputados à Assembleia da República.

Por último, o ″**laxismo**″ **nacional**″.

Este verdadeiro cancro da sociedade portuguesa tem origem fundamentalmente:

- Na incapacidade de formar e escolher elites (falta de liderança, portanto);
- Na desnacionalização, ignorância e má formação dos políticos;

• No funcionamento dos partidos políticos;
• Na importação de doutrinas estranhas à nação dos portugueses e de teorias internacionalistas;
• No predomínio dos direitos sobre os deveres;
• Na implementação de ideologias perfeitamente erradas e nefastas que se consubstanciam no "relativismo moral", na "teoria do bom selvagem" e no excesso de "equilíbrios de poderes", que faz com que o país pareça um helicóptero em estacionário, isto é, não sai do mesmo sítio.

Tudo isto tem levado a sucessivos impasses políticos (neste momento o sistema político está, até, bloqueado...); erros crassos de estratégia; descaso relativamente às Forças Armadas; facilitismo generalizado; corrupção; crise moral; insegurança; desmoralização da população e um abaixamento generalizado das guardas perante quaisquer riscos e ameaças.

Não tenho por isso, dúvidas em afirmar que o modo como actuam os **órgãos de soberania** constitui, hoje, o perigo mais real a essa mesma soberania!

Dou apenas duas provas recentes do que afirmo: a mudança realizada na última revisão da Constituição, que deu primazia a todas as leis que viessem de Bruxelas, relativamente às nossas – sem que a isso nada obrigasse e passando tal facto despercebido no país – e a inenarrável "distracção" que constituiu a aprovação de um artigo no Tratado de Lisboa que passa e cito, "a gestão de todos os recursos vivos da Zona Económica Exclusiva para a responsabilidade de Bruxelas". Ou seja vão-nos esbulhar do nosso mar – que por acaso constitui a maior ZEE da UE. Devem ser os novos "ventos da História". Como vêm não há almoços grátis.

A tudo isto temos que juntar a "eutanásia colectiva"em que nos pusemos e em que nos puseram. A tempestade é "perfeita" e conta com a desgraçada demografia negativa que nos persegue há quatro décadas; A emigração desenfreada; a imigração/migração/refugiados, etc., não menos desenfreada; a desgraça da outorga da nacionalidade, nas suas várias vertentes e mais uma miríade de coisas relacionadas com o atrás apontado, vai destruir o País (e acabar com a sua matriz cultural) em menos de uma geração, se nada de radical for feito. E tem de ser mesmo radical!

6. Como Fazer Frente às Ameaças?

"Não há vento favorável para aquele que não sabe para onde vai"
Séneca

À cabeça de tudo aparece como fundamental ter-se uma Ideia estruturada e coesa de Portugal, o que se consubstancia em objectivos nacionais permanentes históricos.

Isto constitui, à partida, um desígnio e um projecto político.

A definição seguinte é a da Estratégia Geral e das estratégias particulares para o alcançar e manter.

Para se executarem uma, ou mais estratégias, é necessário ter Poder. Poder real, que se decompõe em poder político, diplomático, económico/financeiro, psicológico e militar. Se não tivermos poder estamos impedidos de fazer seja o que for. Parece que deixou de se perceber isto em Portugal!

Como se obtém poder? Pois fazendo um estudo do potencial estratégico, o que resulta no estudo das capacidades, das vulnerabilidades, dos espaços estratégicos de interesse nacional e nos cenários de possível actuação, bem como nas ameaças previsíveis.

Como já vimos a nação portuguesa está consolidada desde o século XIII/XIV, a sua coesão tem que ser cuidada. A Nação tem uma matriz antiga que vem da I dinastia, que deve ser preservada e, nalguns casos, recuperada.

O Estado, que representa a nação politicamente organizada, começou a ser construído em termos modernos pelo Rei D. João II. O Estado tem que ser servido e enformado por um sistema político que tem uma doutrina e constrói uma estrutura.

Tudo isto é dinâmico face à evolução da sociedade portuguesa e da estrangeira que, mais directamente, nos possa afectar.

Um ponto, porém, tem que estar à frente de todos: a evolução deve ser feita tendo em conta a idiossincrasia da população portuguesa e não outra.

Neste âmbito têm-se cometido muitos erros que nos têm custado muitas revoluções e algumas guerras civis.

7. Conclusão

"Como sempre gritemos presente
Como sempre, marchemos a par
Só tem Pátria quem sabe morrer
Só tem Pátria quem sabe lutar"
Marcha dos fuzileiros e antigos combatentes
(Pacheco de Amorim/Campos e Sousa)

Portugal vai a caminho dos 900 anos. Cedo nos amalgamámos num todo único e coeso. Fronteiras, língua, cultura, um destino comum. Pintura própria, literatura própria, arquitectura própria, costumes próprios. Temos mártires, santos, heróis, pensadores, estadistas. Professamos maioritariamente uma Fé religiosa, passámos bons e maus bocados. Juntos. Não existem conflitos étnicos, religiosos, regionais.

Durante mais de oito séculos, melhor ou pior mantivemos esta ideia colectiva de pé e fomos encontrando estratégias para ultrapassarmos todas as ameaças que se abateram sobre a

Nação Portuguesa. Apesar de tudo fomos sujeitos a dolorosos transes e perdas.

Nem sempre ponderámos bem as três provas da Estratégia, isto é a adequabilidade, ou seja se consegue realizar o objectivo pretendido; a exequibilidade, quer dizer, se há meios disponíveis para lançar a estratégia e mantê-la; e a aceitabilidade, ou seja se os custos são compatíveis com os ganhos a obter.

Tudo isto gerou uma forte identidade que garantiu uma individualidade. Aquela não se pode manter sem esta!

A partir de 1820 deixámos de ser unos em termos políticos e daí uma maior dificuldade em concretizar projectos nacionais.

Da unidade representada pela trilogia Clero, Nobreza e Povo, encimada pela figura do Rei e que se estendia pelo municipalismo passámos para as divisões ideológicas representadas pelos partidos e que nos têm dilacerado. Após um interregno de pouco mais de 40 anos, voltámos ao mesmo, embora em termos mais amenos.

A autoridade está diluída e o Poder atomizado e quem o exerce de facto, na maioria dos casos, não têm a ver com quem é eleito pelos votos de quem dizem soberano: o povo. E o país está confuso de referências e nada certo das coordenadas a seguir no futuro.

É preciso voltar a ter uma Ideia para Portugal e a questão primordial que está a impedir isto de acontecer é saber-se se queremos continuar a ser Portugal individualizado no concerto das entidades juridicamente constituídas, ou não. É isto que não aparece claro hoje em dia.
Para além do "nevoeiro" do poeta Pessoa, temos que tudo é centrífugo, nada é centrípeto.

É nisto que estamos.

Portugal está em espera e à espera. Mas Portugal ainda é, usando os termos do Marechal Conde de Schomberg – um notável militar alemão, que nos ajudou a salvar em 1660 – "uma causa nobre pela qual decidiu combater".

O Tenente-Coronel João Brandão Ferreira no uso da palavra.

João José Brandão Ferreira TCorPilav (Ref.)

Portugal e as suas relações com os países da CPLP

João Loureiro

Ao aceitar o honroso convite do Senhor Presidente do Conselho Supremo para abordar, neste ciclo de conferências, o tema "Portugal e as suas relações com os países da CPLP", de imediato me ocorreu que teria de delimitar previamente o âmbito da minha intervenção quanto ao seu objeto, mas também quanto à perspetiva de abordagem do tema escolhido.

Na verdade, constituindo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nos termos dos seus estatutos, a organização multilateral vocacionada para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político diplomática e da cooperação entre os seus membros, e desdobrando-se esta última área da cooperação nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, seria simultaneamente pretensioso e inútil querer abarcar, no tempo disponível, todos estes aspetos.

Pretensioso, porque obviamente não disponho de competências tão alargadas. Inútil, porque teria forçosamente que me limitar a generalidades que a ninguém aproveitariam.

Daí a decisão de centrar a minha comunicação naquela que considero dever ser a dimensão mais relevante desta singular associação que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, inclusive para a definição de estratégias com vista à sua consolidação no futuro: a Cultura.

É aliás um elemento da Cultura e a sua forma instrumental de expansão, a Língua Portuguesa, aliada a um incontornável passado multissecular comum, que está na origem genética da CPLP.

E no âmbito material da Cultural optei por eleger a temática do Património e da Memória comuns aos países membros, por diversas razões.

É indiscutivelmente um fator integrante da identidade das Pátrias e da formação dos seus desígnios.

Encerra valores consensualmente reconhecidos como dignos de preservação e de valorização (v.g. o que se passa como Património Mundial Classificado da UNESCO).

É notoriamente um tema caro à missão da Sociedade Histórica e às reflexões e motivações dos seus associados.

E relativamente a ele, perdoem-nos a imodéstia, penso que vos poderei trazer alguma novidade e dados interessantes sobre o estado do Património e da Memória nos países lusófonos, para que possamos extrair no final algumas conclusões.

Daí que a focagem do objeto escolhido seja a que decorre das minhas vivências e experiências pessoais, baseadas em fotografias e imagens que colhi nas últimas décadas em que, por motivos profissionais ou em viagens de férias, percorri muitos dos espaços geográficos que constituíram o Império dos nossos antepassados mais remotos, o Ultramar dos nossos Avós, dos nossos Pais e de tantos de nós aqui presentes, ou esta vasta e singular Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, apesar de tardiamente erguida, reúne, como veremos, todos os ingredientes necessários para ser um valor fundamental e estimulante do futuro de Portugal.

Portugal, como Pátria-Mãe, o Brasil e as cinco nações africanas que falam a língua portuguesa têm uma vastíssima e ímpar herança cultural comum, que inclui o património construído e a memória histórica, os saberes científicos acumulados sobre os seus territórios e recursos naturais e humanos, além de fortíssimas partilhas de vivências e de afetos.

Todos têm uma relação pacífica e de aproximação, fundada na paridade e no respeito recíproco.

O espírito da CPLP que, enquanto modelo de união de Estado está muito longe de ser forte, V.g. do tipo federalista ou de confederação, tem todavia inspirado a proliferação de centenas de organizações ou estruturas com substância e fôlego

lusófono: desde as bastantes vezes criticadas mas ainda assim valiosas RTP África e RDP África, até aos seminários e encontros periódicos de cientistas, historiadores, escritores e poetas, universidades, professores, médicos, agrónomos, economistas, militares, magistrados e tantos outros ativistas; desde a também singular União das Cidades Capitais dos Países de Língua Portuguesa até às incontáveis geminações de cidades e vilas portuguesas com equivalentes brasileiras e africanas, com propósitos de cooperação em vários domínios.

A cidadania e a sociedade civil impuseram-se à inércia ou à retórica inconsequente de protagonistas políticos.

Sinceramente vejo na Comunidade de País de Língua Portuguesa, que assenta raízes profundas na língua e nos valores históricos comuns, um caminho estratégico com largos horizontes e futuro.

Ao contrário do que penso sobre a ideia da União Europeia, tendencialmente federalista, mas na prática recente verdadeiramente imperial, com base nos ditames do eixo Berlim - Paris.

No âmbito da CPLP não descortino que exista o perigo de alienarmos injustificadamente soberania, de perdermos a independência ou de deformarmos a identidade.

Entre outros, e nos seus precisos termos estatutários, a CPLP regulasse pelos princípios da igualdade soberana dos Estados membros e do respeito pela sua identidade nacional.

Por seu lado, é inequívoco que no contexto do atual Império Europeu, a soberania deixou de residir nas vontades nacionais (v.g. como se desrespeitaram referendos) e nos órgãos eleitos do Estado, para passar a residir nos burocratas de Bruxelas, no BCE, no FMI e nas agências de "rating".

Bem andou assim a Comissão de Revisão dos estatutos desta Sociedade Histórica, ao reformular o respetivo articulado e ao introduzir um preâmbulo que muito em breve serão apreciados pela sua Assembleia Geral, privilegiando na definição da sua missão e objetivos conceitos com a "Nação Peregrina" ou o "amor à Pátria, à Língua Portuguesa e ao Mar que universalizou Portugal e a Lusofonia".

É certo que terminadas as devastadoras guerras pós-coloniais e substituídas as ditaduras marxistas por democracias pluralista ou semidemocracias mais ou menos toleradas, todos concordarão em que as Nações Lusófonas alcançaram um estádio de relacionamento pacífico, próximo, maioritariamente descomplexado, aberto, alicerçado em passado comum de que ninguém tem de se envergonhar, desejado por todos e reciprocamente proveitoso.

Se não existissem as traições, as demissões e as irresponsabilidades de há quase cinquenta anos, poderíamos ter alcançado tal estádio de convivência e cooperação em vários domínios com mais celeridade e menos traumas, mas convém ter em conta que essas décadas representam uma fatia importante das nossas vidas, mas são desprezíveis e irrisórias na História das Nações.

Ninguém duvidará que a aposta na valorização da dimensão cultural, e em particular as facetas relevantes do Património e da Memória de que nos ocuparemos, assumem peso crucial no reforço da unidade espiritual dos cidadãos da CPLP.

É por isso altura de nos interrogarmos sobre o que é feito do Património e dos símbolos da Memória que integram o acervo histórico comum a Portugal e à Lusofonia, e que nos anos da debandada não foi acautelado nem mereceu a mínima das atenções dos governantes de então.

Que será feito dos símbolos e das marcas desse Património e dessa Memória, nomeadamente qual o seu destino e estado atual?

Vou socorrer-me atualizando-o, de um artigo que escrevi na revista do "Expresso" de 19 de Outubro de 2002, intitulado "Será que os portugueses têm memória?"

Nestas matérias somos muito diferentes de americanos, de ingleses ou de outros europeus, mostrando-nos quase sempre envergonhados, complexados e desleixados onde os outros se revelam orgulhosos e diligentes com as honras devidas à sua História e aos seus maiores vultos. Ao ponto de recebermos tão inesperadas quanto desaproveitadas lições, como esta: "Samora Machel de visita a Portugal, perante a lista de para-quedistas mortos em Moçambique existente na Base de Tancos, observou com solenidade: «Fazem parte da nossa História»." (in Expresso, 8/10/83).

Do património edificado deixado em terras tropicais proponho-me destacar as fortalezas, as igrejas, os monumentos, as estátuas, os cemitérios e os conjuntos urbanos designados por centros históricos.

Ressalvando as intervenções meritórias de duas fundações privadas em ações de restauro e de manutenção, não é conhecida qualquer estratégia ou 46 atuação global do Estado português na sua preservação.

A Fundação Oriente recuperou património na Índia e em Macau.

A Fundação Gulbenkian está há muito vocacionada para as ações de reabilitação em locais de muito antiga presença lusa, V.g. Arzila, Mombaça, Ouidah, Cochim, Ayutia, e outros, e promoveu a edição de uma monumental obra em três volumes sobre Património de Origem Portuguesa no Mundo.

Na lista do Património da Humanidade da UNESCO atribui-se

essa categoria a 22 locais que, estando fora de Portugal, são de origem portuguesa.

Já o Comandante Malhão Pereira, em conferência proferida neste Palácio, registava que dos 144 Estados incluídos naquela lista só 15 tinham maior número de locais classificados do que Portugal, mas se fossem adicionados aqueles 22 locais ficaríamos num fantástico 4º lugar mundial!

Prestemos agora atenção ao que se passa com o Património e com os símbolos da Memória de que nos ocupamos.

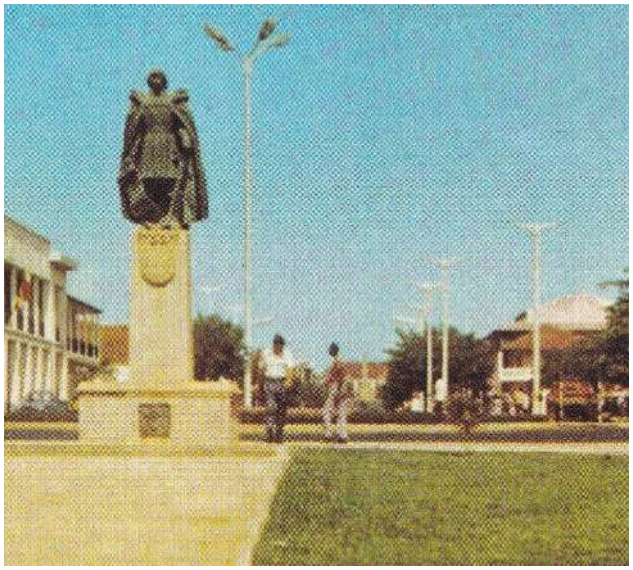
A Cidade Velha, em Cabo Verde, foi a primeira a ser construída pelos europeus em África, no século XV, a sua primeira capital, e é desde 2009 Património Mundial da Humanidade.

Sendo Cabo Verde uma sociedade crioula ou euro-africana, muitos sinais portugueses persistiram após a independência, mas não se escapou à retirada de outros.

Todavia a estátua de Sá da Bandeira já foi recolocada há muito no jardim da Praça Nova, no Mindelo.

O mesmo aconteceu com o busto do Infante D. Henrique, na Assomada (2008).

Na Guiné, os herdeiros políticos de Amílcar Cabral, que sempre escreveu que "a luta do povo guineense era contra o regime colonialista, e não contra o povo português, retiraram de Bissau as estátuas dos navegadores Diogo Gomes e Nuno Tristão, e do único governador negro que a Guiné teve, Honório Barreto, que só em princípios dos anos noventa foram removidas e encostadas aos muros interiores do pequeno forte do Cacheu.



Monumento a Nuno Tristão - Bissau.

Registe-se todavia que em todo o território deste país subsistem inúmeros pequenos monumentos ou placas comemorativas da passagem das unidades militares portuguesas, ou evocativas da memória dos seus mortos.

São ignorados em Portugal, mas respeitados e até protegidos pelas populações guineenses.

Em S. Tomé, os dois descobridores e o primeiro capitão donatário da ilha, João de Santarém, Pero de Escobar e João de Paiva, viram as suas estátuas derrubadas e deitadas no chão fronteiro à Fortaleza de S. Sebastião, até à queda do regime de partido único pós-colonial e ao estabelecimento da democracia.

Foram reerguidas junto àquela Fortaleza que é hoje igualmente Museu, embora um diário lisboeta, por incompreensível masoquismo, publique repetidamente uma foto de arquivo com elas prostradas no solo, sempre que se insere notícias de S. Tomé e Príncipe!

Quanto a Angola, vi recolhidas no Museu das Forças Armadas que atualmente funciona na Fortaleza de S. Miguel, as antigas estátuas de Luanda - do navegador Diogo Cão ao governador oitocentista Pedro Alexandre da Cunha, do restaurador Salvador Correia de Sá ao Rei fundador D. Afonso Henriques, cuja estátua foi curiosamente oferecida à cidade pela Associação dos Naturais de Angola, em 1941.

Mas que será feito da estátua de Manuel Cerveira Pereira, o fundador de Benguela em 1617, que existia nesta cidade?

A estátua do Alto-Comissário republicano Norton de Matos, em Nova Lisboa (Huambo) já regressou ao seu pedestal primitivo.

A do sertanejo Silva Porto na cidade que adotou o seu nome no Bié encontra-se no chão junto à antiga embala.

A de João de Almeida, explorador do Sul de Angola de há cem anos, em Sá da Bandeira (Lubango), encontra-se derrubada no quintal do Museu de Huíla.

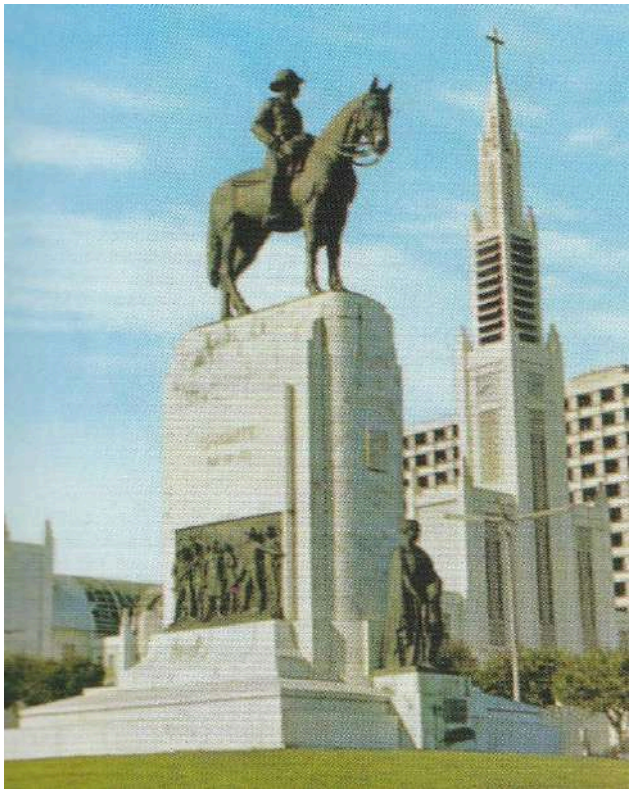
E a estátua de "Maria da Fonte", em Luanda, porque terá sido dinamitada aquando da independência e substituída por um blindado angolano carregando um blindado sul-africano?

A "Maria da Fonte" homenageava as campanhas da I Guerra Mundial no Sul de Angola, quando as tropas europeias e maioritariamente africanas defendiam as fronteiras do sul contra os alemães, as mesmas que os blindados angolanos queriam preservar contra os invasores sul-africanos!

Tenho sérias dúvidas que o Estado português ou quem o deve representar nestes domínios dos ativos culturais no estrangeiro tenha resposta pronta para estas interrogações.

Em Moçambique, o panorama não é tão desolador quanto na outra costa, o que é devido em grande parte à intervenção e à sensibilidade de algumas instituições do país, de que é justo salientar o Arquivo Histórico de Moçambique e os seus competentes quadros.

Na capital, o Museu da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição acolheu dignamente as estátuas de Mouzinho de Albuquerque, de António Enes e outros símbolos da colonização, e o exemplo foi seguido em Nampula, cujo Museu Nacional de Etnologia abrigou a estátua de Neutel de Abreu, um dos protagonistas militares da chamada ocupação efetiva.



Monumento a Mouzinho de Albuquerque - Lourenço Marques

A cidade-museu da Ilha de Moçambique, classificada como Património Mundial pela UNESCO, já recolocou nos mesmíssimos sítios as estátuas de Vasco da Gama e de Luís de Camões, e o memorial de pedra em homenagem ao governador-geral Almirante Sarmento Rodrigues.

Já na capital da província da Zambézia, o antigo governador-geral João de Azevedo Coutinho viu desde 1975 a sua estátua escondida num obscuro depósito municipal.

E que será feito das estátuas de João Belo no Xai Xai, de Vasco da Gama em Inhambane; ou de Caldas Xavier na Beira?

Monumento a Vasco da Gama - Inhambane

Sobre o modo como deve ser encarado o respeito pelo passado histórico das nações, não resisto a transcrever o que li numa interessante biografia de Eduardo Mondlane, a propósito da visita deste a uma circunscrição de Gaza (Moçambique), nos princípios dos anos sessenta, na qualidade de técnico superior das Nações Unidas:

"A administração estava situada num local maravilhoso com vista para o grande lago. À frente, os portugueses tinham construído um bonito parque com estatuetas no interior de um pequeno lago...

Mas o que era extraordinário aqui é que perto da entrada havia uma grande árvore, com uma pequena placa dizendo que era ali o lugar onde o Gungunhana se costumava sentar com os seus conselheiros quando tinha que tomar decisões. O administrador português tinha tido suficiente sentido da História para manter a memória daquele homem, embora ele tenha sido o arqui-inimigo dos portugueses" (in Nadja Manghezi, "O Meu Coração Está nas Mãos de um Negro", Maputo, 1999, pág. 203).

Que pensar e concluir de tudo isto?

É certo que a conjuntura difícil, insegura e angustiada que se viveu no então Ultramar em 1974/75, explica em parte que todas estas questões fossem subalternizadas.

É certo que eram tempos de transição para novos regimes, mas como cedo se constataram as violências gratuitas, que degeneraram em guerras civis; e as arbitrariedades quotidianas, que se banalizaram nas novas ditaduras, nada justificava que os nossos governantes de então passassem a vida a desfazerse em desculpas idiotas e a bajular os novos senhores que não eram exemplo para ninguém.

O pior de tudo, não esqueço porque o testemunhei "in loco" no

Uíge e em Luanda, em 1975, foi o humilhante e escancarado espetáculo, em que se viram monumentos, estátuas e outros símbolos nacionais serem lentamente arrasados ou mutilados, isto ainda durante o exercício da soberania portuguesa.

Sinto no entanto que este período negro da nossa História foi há muito ultrapassado e superado pela actual relação pacífica, paritária e de proximidade existente em vários domínios das nações lusófonas.

Há muita vida para além duma colonização que durou séculos, mas que deixou vasta herança, em cuja relação de bens só um preconceituoso não verá que as verbas do Ativo excedem largamente as do Passivo, que também as há.

Mas há sobretudo muito mais vida para além de uma Descolonização que durou escassos meses, mas que deixou um legado horrendo de guerras civis, regimes de partido único e relações complexadas entre lusófonos.

É essa nova vida ou ciclo da História que foi possibilitada pelo surgimento do modelo da CPLP, com crescentes ramificações em várias áreas da política, da economia, da ciência e da cultura, quase sempre da iniciativa e responsabilidade das sociedades civis.

Para o seu fortalecimento e robustez, de modo a ter influência determinante no desenvolvimento dos países lusófonos, as respetivas lideranças políticas devem assumir a ideia da CPLP como um desígnio nacional.

A via igualitária lusófona, gerada pela história e pela língua comum, afigura-se-me claramente sentida e desejada pela maioria dos cidadãos das suas Nações.

O Dr. João Loureiro no uso da palavra.

Portugal e a Zona Euro

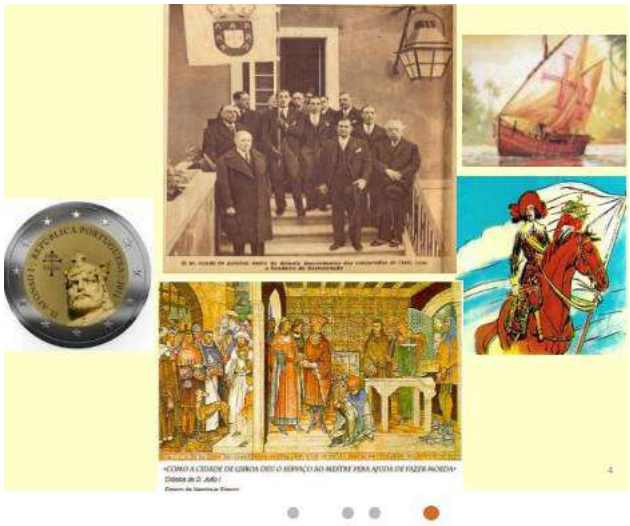
Rui Carp

O texto que segue antecede um período dramático de Portugal, que conduziu à entrada de Troika, quando a Economia Portuguesa entrou em riscos de insolvência. Os dados são de 2010, mas muito do que disse na altura permite uma reflexão sobre o futuro da nossa Pátria.

Portugal estar na Zona Euro. É um desafio, um risco e uma oportunidade. Não é incompatível com a capacidade de expansão lusíada para outros continentes.

- Portugal, as suas Gentes, a sua economia precisam de se afirmar na Europa do Euro.
- Portugal no Euro, uma causa ganha, um erro ou um combate permanente? Resposta: SIM, NÃO, SIM.
- o Euro como nossa moeda é um grande desafio dos Portugueses para garantir a sua Pátria, honrando as lutas pelas independências (a Fundadora e as duas outras) e a Gesta dos Descobrimentos.

Alguma simbologia nas imagens seguintes:



Fala-se de Estado, de Nação, de Soberania. Mas que formas de ESTADO?

Confina-se à repartição vertical de Poder, em função do elemento territorial. Pode ser:

- unitário
- unitário Composto ou Regional
- complexo ou Federal

A ideia de Nação nunca logrou ter aplicação generalizada porque há o Estado-Nação, há Estados com várias nações (ou nacionalidades) e há nações sem gozar da soberania de um Estado politicamente organizado e reconhecido. Segundo Adriano Moreira, entre outros, a ideia de Nação encontra-se associada à emancipação do poder temporal do poder espiritual. É a partir do Tratado de Westfália (1648), que acabou com a guerra dos 30 Anos, que a ideia de Nação é melhor concebida. O conceito de Estado-soberano de Jean Bodin é o mais consolidado. A nação definida por muitos com

base nos vectores da língua e da História comuns. Mas permanecem vários e divergentes entendimentos.

Quanto à noção de Soberania, cito um autor recente:

"...Sovereignty, as the word is now used, is historically a relatively recent concept. It comprehends an alleged right of a State to organize affairs within its borders as it pleases and an alleged right to be free from interference by other States...Theories of sovereignty based on the nationalism of the 19th and early 20th centuries have produced attacks from three different directions but each, in my judgment, is justified.

1) There are those who say that no State should be omnipotent, even within its borders.
2) There are those who ask questions in relation to the boundaries of a State and
3) There are those who point out that in practice no State is omnipotent." in EUROPE AND THE LOSS OF SOVEREIGNTY, Judge KONRAD SCHIEMANN, the Sir Thomas More lecture, London, November, 2006.

A União Europeia oferece a esperança e tem dado garantias de ser um modelo que transcende e convive com as soberanias nacionais, partilhadas e não subjugadas por um pretenso novo "super-Estado". Mas há sempre tentações dos maiores Estados quererem sujeitar os outros aos seus interesses particulares.

Uma ideia marcante: «L'Europe se fera par la monnaie ou ne se fera pas» (1950) por Jacques Rueff (Grande economista, grande patriota francês, grande europeu, conselheiro do General De Gaulle).

Mas... o que se entende por «Europa»?

Na boca de tantos, a palavra Europa tem servido a muitos para nela abarcar tanto "o alfa como o ómega", da Paz à Guerra, da Democracia e Liberdade à tirania e exploração impiedosa do Homem.

Sabemos das suas matrizes grega-romana, judio-cristã, essenciais na construção de uma civilização europeia que se foi consolidando na "península ocidental da Ásia".

Escolhi duas ideias recentes sobre"Europa"de dois ilustres Portugueses de agora:

D. José Policarpo, Cardeal Patriarca de Lisboa e o Doutor Eduardo Lourenço, o grande ensaísta português:

"...Quando dizemos Europa, de que falamos? de um espaço geográfico ou de uma realidade cultural? o espaço geográfico é físico e inalterável[...] mas o esforço secular para transformar esse espaço geográfico num espaço humano, matriz de civilização, convidou a definir a Europa mais como espaço cultural do que geográfico[...].É curioso verificar que a Europa, ao longo da sua história, nunca perdeu a atracção pela Ásia, de Alexandre Magno a Vasco da Gama.[...]Esta determinação em contribuir para a construção, na Europa, da unidade na pluralidade , sempre fez parte da missão da Igreja." O Cardeal D. José da Cruz Policarpo in «Espírito da Europa» conferência na Academia de Ciências de Lisboa, 6 de Maio de 2010, publicado em "Obras Escolhidas nº.13", Universidade Católica Editora.

Quatro ideias ressaltam: espaço cultural, unidade e pluralidade, abertura."... Na verdade, a Europa é difícil de fazer sobretudo por uma razão simples: é que a Europa não precisa de ser feita. No fundo, há Europa a mais. Cada nação europeia é uma maneira de ser Europa. [...] A identidade europeia é a identidade das diversas culturas, que se reconhecem nos referentes donde a Europa partiu. É a velha Grécia, naturalmente. [...] Ora a Europa e essa é uma das suas características passou a vida a autocriticar-se, a afastar-se de uma certa fase do seu desenvolvimento, criticando a época anterior."Eduardo Lourenço «Pequena meditação europeia», conferência em Guimarães, 23 de Janeiro de 2010. Editora Verbo Babel.

- A construção europeia dos seus fundadores baseou-se no pragmatismo das soluções organizativas, passo a passo. Não se baseou numa estrutura federal, manteve a soberania dos Estados-membros, embora com partilhas progressivas, fixadas matéria a matéria, em certos casos, com opção de derrogação (v.g. o Espaço Schengen) ou reservas (v.g. o Tratado de Lisboa). Essa é a originalidade da construção da Comunidade Europeia. Também não tem a estrutura de uma confederação, até porque há órgãos com poderes superiores aos dos Estados Membros. A originalidade da União Europeia tem que ver com o "federalismo" intergovernamental" do seu funcionamento (das decisões à execução), a par das soberanias nacionais. No entanto, em matéria política, o recente Tratado de Lisboa reforçou a componente federal. Mas nenhum Estado é obrigado a entrar ou é proibido de sair (embora, haja custos elevados em qualquer desses casos, difíceis de quantificar).

Aproveitando uma expressão de Montesquieu (Séc. XVIII), é «uma sociedade de sociedades». Aliás, a União Europeia comporta actualmente três Estados Federais: Alemanha, Áustria e Bélgica.

A génese e a noção da Integração Económica (IE)

Aparece esta expressão no final da 2ª Guerra Mundial para significar tudo o que tivesse a ver com relações económicas internacionais, numa acepção ampla. Só a partir de 1950 é que IE passou a designar uma situação ou um processo envolvendo a combinação de economias anteriormente autónomas/independentes em zonas mais amplas. O grande teórico é Bella Balassa (1961) com The Theory of Economic Integration, mas outro autor também é importante: Peter Robson(1984)com The Economics of International

Integration(Tradução da Coimbra Editora de 1985).

Desde o início, a génese primeira da integração europeia foi política, pois quis-se:

- evitar mais guerras intra-europeias, em especial entre França, Alemanha e Inglaterra;
- fazer frente à pressão do expansionismo soviético e aos blocos USA e URSS da "guerra fria";
- reconstruir a Europa, muito devastada pela 2ªguerra mundial (1939- 45), com base na ajuda norte americana do Plano Marshall (1947), para o qual se criou a OECE (1948, dando depois origem à OCDE).

Daí, a ideia inicial da França, embora frustrada posteriormente pelo seu governo, da Communauté Européenne de Défense (CED, 1954) e da Comunidade Política Europeia (CPE).Ficaram o Conselho da Europa (Tratado de Londres,1949) e a União da Europa Ocidental(UEO, Outubro de 1954).

Começou-se com a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, Abril de 1951,com a sua Alta Autoridade); depois, com o Tratado de Roma, de Março de 1957, cria-se:

- a CEE (Comunidade Económica Europeia,1957);
- a CEEA ou EURATOM (A Comunidade Europeia de Energia Atómica,1957), com 6 Países.

Os que ficaram de fora daquelas comunidades, mantendo-se na "órbita" do Reino Unido, criam:

- a EFTA ou AELE (Associação Europeia de Comércio Livre,1960), com Grã- Bretanha, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Áustria e Portugal.
- finalmente, o Espaço Económico Europeu (EEE,1992-2004), composto pela UE e alguns países da EFTA (até à integração destes naquela, excepto a Noruega, a Islândia, o Liechtenstein e a Suíça).

Portugal só entrou na 2ª tranche do Plano Marshall, para beneficiar de algumas ajudas desse plano, mas o mais discretamente possível, de modo a não ser posto em causa o regime vigente nessa época.

Foi, no entanto, fundador da EFTA (ao contrário da Espanha) e tentou sempre acordos (que conseguiu, no início da década de 70)com a CEE. Houve sempre no regime não-democrático da época, duas "forças" uma anti e outra pró processo europeu.

Voltemos à teoria, mas das uniões económicas e monetárias: Implicações de uma UNIÃO ECONÓMICA numa MONETÁRIA e vice-versa. Conceitos:

- UNIÃO ECONÓMICA— Mercado único; políticas e regras comuns visando a integração positiva; reforço de meios orçamentais próprios; coordenação das políticas económicas.
- UNIÃO MONETÁRIA—SISTEMA MONETÁRIO com um banco central, com moeda única ou sistema cambial rígido. Quando a política monetária é decidida centralmente num grupo de países, e existe uma moeda única para esse mesmo grupo, existe uma união monetária.

A HISTÓRIA ECONÓMICA da Europa (séculos XIX-XX) sustentou a ideia geral, com exemplos de fracassos, segundo a qual as duas uniões necessitam uma da outra para resistirem muito tempo. Sem isso uma ou outra claudicam.

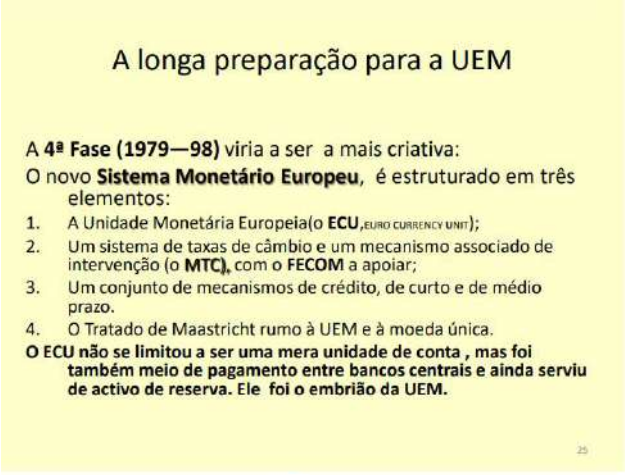
O papel da moeda é, além de unidade de conta, também de instrumento que facilita as transacções e a poupança e que por isso tem um efeito directo sobre a procura e sobre o custo das transacções realizadas pelos agentes económicos. A complexidade dos meios de pagamentos e a globalização tornou a moeda um bem cada vez menos fungível. Várias moedas também servem de negócio, de especulação. Mas várias moedas, regidificando as suas cotações, também podem dar grandes problemas (a obra fundamental é de Mundell, Robert (1983), 'A theory of optimum currency areas', American Economic Review 51, Nobel da Economia). A adopção da Moeda Única (Art.4º do Tratado) constituiu a vertente mais importante do Tratado, com uma excepção (opting out) para o Reino Unido, comportando três fases para lá se chegar e cinco critérios, os da Convergência Nominal que teriam de ser cumpridos até ao momento da decisão final (1 de Janeiro de 1997 ou 1999). Esses critérios tiveram que ver com: o défice orçamental limitado; a dívida pública limitada; a inflação baixa; a taxa de juro baixa; curtas margens de flutuação cambial, dentro do Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu. Para a Moeda Única exigia-se um desenvolvimento equilibrado (convergência real) e não gerador de tensões entre os Estados Membros. A adopção da Moeda Única (Art.4º do Tratado) constituiu a vertente mais importante do Tratado, com uma excepção (opting out) para o Reino Unido, comportando três fases para lá se chegar e cinco critérios, os da convergência nominal que teriam de ser cumpridos até ao momento da decisão final (1 de Janeiro de

1997 ou 1999).Esses critérios tiveram que ver com: o défice orçamental limitado; a dívida pública limitada; a inflação baixa; a taxa de juro baixa; curtas margens de flutuação cambial, dentro do Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu.

Para a convergência real, que tinha a ver com níveis de riqueza e de Bem-Estar, criaram-se Planos integrados (o "Pacote Delors" foi o mais eficaz), reforçaram-se os Fundos Estruturais (FEDER; FEOGA ...) e criou-se o Fundo de Coesão, para além de ter sido adoptado (em 1991) um Protocolo Social, como prolongamento da Carta Social Europeia.

Foram então três os pilares do Tratado da União Europeia (ou "Tratado de Maastricht"):

- um mercado único e políticas comuns, onde se insere a UEM;
- uma política externa e de segurança comuns (a PESC);
- uma segurança interna através da cooperação entre os serviços policiais e de justiça.



Quais os benefícios de uma união monetária?

São determinados principalmente por se conseguir ganhos de coordenação, resultantes da passagem de uma situação em que a política é decidida a um nível nacional para um novo quadro institucional em que as decisões de política monetária são tomadas centralmente.

Os benefícios derivados do sistema de pagamentos e da eliminação do risco cambial devem igualmente ser tomados em conta ao avaliar aqueles benefícios.

Além da coordenação das políticas, uma união monetária é caracterizada por uma política "harmonizada", ou seja, não só as deliberações de política monetária são tomadas de forma centralizada como estas são idênticas para toda a área.

Ao existir uma moeda única, a política comum implica taxas sem risco idênticas entre países.

E que custos numa união monetária?

A teoria diz-nos que os custos de uma união monetária resultam dos custos de taxas de câmbio fixas, assim como da perda de autonomia da política monetária ao nível de cada país. Na literatura recente, o ambiente que os modelos tentam replicar é o de uniões monetárias em que os países não só diferem quanto aos choques a que estão sujeitos como quanto às estruturas que os caracterizam. Isto significa que o ênfase utilizado na literatura actual é não só na existência de choques assimétricos como na diferente resposta a choques simétricos devido a diferentes mecanismos de transmissão entre diferentes países da união.

Conforme já foi referido, o facto das economias terem estruturas diferenciadas leva a que mesmo perante choques comuns as economias possam apresentar diferenças cíclicas, nomeadamente nos desenvolvimentos do Produto Interno Bruto e da inflação. Numa união monetária, a forma como as economias se ajustam perante choques é também influenciada pelo facto da política monetária ser fixada para a união como um todo e pelo facto da taxa de câmbio nominal dentro da união estar fixa.

No caso de países membros e uma união monetária, alterações de preços relativos bilaterais (taxa de câmbio real e termos de troca) vis-à-vis outros países da união correspondem a diferenciais de inflação.

Exige-se uma coordenação compulsiva da política monetária e cambial da zona unificada com as políticas orçamentais dos Estados Membros:

Para haver estabilidade monetária na união monetária, é indispensável que as finanças públicas não criem tensões. Ou seja, é preciso que os Orçamentos do Sector Público Administrativo, cuja principal receita é fiscal, não provoquem fenómenos de evicção (ou "Crowding-out). Daí a necessidade

de se impor regras “cegas” para desincentivar défices orçamentais elevados e resistentes. Porque é arriscado manter défices permanentes e elevados ?

Os défices são mais arriscados se o nível da dívida pública - ou seja, grosso modo, a acumulação de todos os défices públicos anteriores for elevado ou se estiver um rápido crescimento em relação ao PIB. Défices elevados e sem crescimento económico, irão transferir a “factura” da sua cobertura para gerações seguintes, o que poderá bloquear o investimento reprodutivo, atrasando assim a melhoria do nível de vida, o emprego, a justiça social e hipotecando mais o grau de independência nacional.

Passa-se de uma soberania real (que nunca é absoluta) para outra mais formal.

A entrada em vigor da UEM e da Zona Euro.

Em 1998, onze Estados Membros da União Europeia cumpriram os critérios de convergência, começando a existir a zona euro, com o aparecimento oficial do euro em 1 de Janeiro de 1999.

A Grécia, com “malabarismos” estatísticos, qualificar-se-ia em 2000, a tempo de ser admitida a 1 de Janeiro de 2001 nessa zona.

O Banco Central Europeu passou a ser a instituição central da política monetária da União Económica Monetária (UEM), responsável pela Moeda Única da Zona Euro e o centro do Sistema Europeu de Bancos Centrais(SEBC), sendo seus objectivos:

- manter a estabilidade de preços na UEM sendo totalmente independente do resto das instituições europeias e dos diferentes governos nacionais,
- garantir o bom funcionamento do sistema de pagamentos através do sistema de pagamentos TARGET)
- administrar as reservas de divisas que os países membros nele depositam,
- colaborar com as autoridades de cada país nas funções de supervisão bancária,
- emitir as notas de euros e
- estabelecer a quantidade de moedas de euro que os países membros devem cunhar para assegurar o fornecimento do mercado.

The European Monetary Institute (EMI) was the forerunner of the (ECB). It encouraged cooperation between the national banks of the member states of the EU.Created 1 January 1994, it was the key monetary institution of the second phase of the EMU, and was dissolved with the creation of the ECB and the European System of Central Banks.

Em 2011, são 17 os Estados Membros da União Europeia que usam o euro como sua moeda.

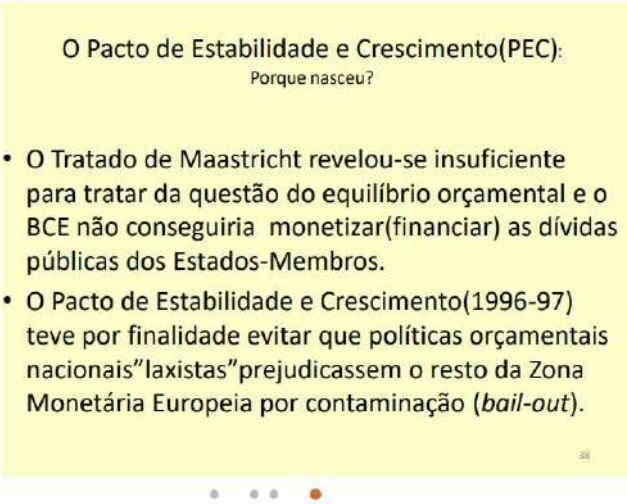
- Bélgica Alemanha Estónia Irlanda Grécia Espanha França Itália Chipre Luxemburgo Malta Países Baixos Áustria Portugal Eslovénia Eslováquia e Finlândia.

O Estados Membros da União Europeia Não-participantes na zona euro (Bulgária, Republica Checa, Dinamarca, Letónia e Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Suécia e o Reino Unido) mantém moedas diferentes do euro.

Em síntese, há duas grandes missões complexas para a União Europeia e para o Euro €:

Quanto à EU, ser obstáculo ao deflagrar de guerras na Europa Ocidental e de defesa a ataques dos poderes informais, aumentando:

- a democracia na Europa;
- a eficácia de actuação das instituições da UE;
- a capacidade da União de fazer face aos desafios globais (económicos e financeiros, políticos, de segurança, ambientais, demográficos e sociais). Quanto ao euro, ele deverá servir de contraponto ao Dólar como divisa mundial, melhorando a resposta europeia face à Globalização e face a ataques especulativos. Pertencer ao euro deveria traduzir-se numa protecção quase automática da zona monetária respectiva, resultante da possibilidade de utilizar um maior recurso ao endividamento externo, através do crédito interbancário. Mas é isso que falha na actualidade, embora muitos governos, Conselho Europeu, a Comissão Europeia e o BCE têm procurado remediar.



Com o Pacto de Estabilidade e Crescimento de 1996 reforçou-se a disciplina orçamental em toda a União Económica e Monetária, através de um regulamento de procedimentos em caso de défices excessivos que inclui sanções várias para quem apresentar défices orçamentais superiores a 3% do PIB, excepto

em caso de recessão forte.

O objectivo central é impedir que os Estados-Membros sigam políticas de intervenção nas respectivas económicas que provoquem défices orçamentais elevados com efeitos perversos na inflação e na competitividade de toda a zona Euro. Assim, os governos dos Estados-Membros devem orientar as suas políticas orçamentais para, no fim de cada ciclo, apresentarem saldos orçamentais para o Sector público consolidado, próximos do equilíbrio ou mesmo superavitários.

A sua Regra mater: o cumprimento da Regra Orçamental do rácio Défice/PIB< 3%, excepto em caso de recessão muito forte, acompanhado da sustentabilidade das finanças públicas.

Grande virtude: ser simples e potencialmente eficaz.

Grandes inconvenientes:

1. poder ser pró-cíclica, agravando a crise;
2. não prever choques assimétricos;
3. reduzir a utilização de estabilizadores automáticos. Mas, mais vale uma má Regra do que nenhuma!

Fala-se também de uma Estratégia Orçamental na Área do Euro, que tem um objectivo quantificado:

- os Estados-Membros da Zona Euro têm de atingir (em 2/3 anos) posições próximas do equilíbrio orçamental consolidado (défice zero no Sector Público não empresarial) e as suas finanças públicas têm de mostrar que são sustentáveis (ou seja, não ter problemas para se financiarem) a médio prazo.

Para isso, como já referido, o Tratado da União Europeia e o Pacto de Estabilidade e Crescimento fornecem o enquadramento político e jurídico da coordenação das políticas orçamentais nacionais na União Europeia. Só que a "estratégia", para ser simples e compreensível, é muito pobre e cega.

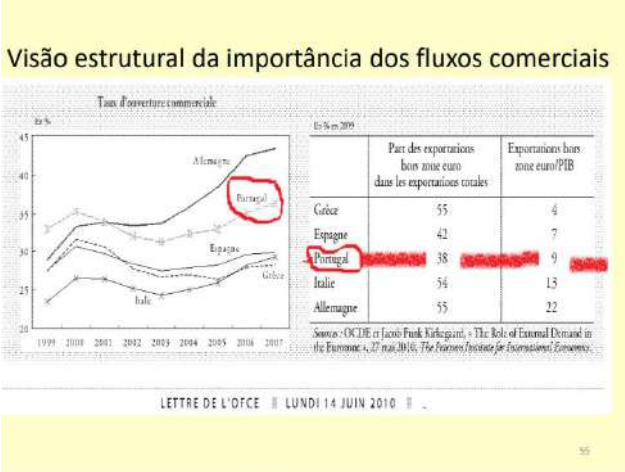
A nossa dependência da economia espanhola, o vizinho ibérico. Um problema importante

- Espanha evoluiu como primeiro "sócio comercial" para Portugal, desde 1995.
- a Espanha é responsável por cerca de 30% das nossas trocas comerciais com o exterior.
- a economia espanhola tem um forte efeito centrípeto e assimétrico sobre a Procura portuguesa. A economia portuguesa, só conseguirá reduzir esse efeito se o quiser fazer, se diversificar os fluxos comerciais e financeiros com outras regiões fora da península ibérica e se atacar com paciência, estratégia de médio prazo e qualidade, os mercados Espanhóis.

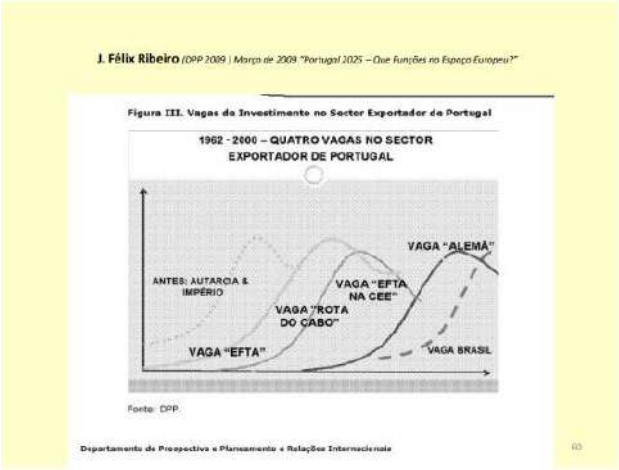
Recorro, como fonte, três diaporamas retirados de Fernando Faria de Oliveira, numa conferência no IIEE, sobre «Centros de decisão empresarial em Espanha»:

As nossas regiões tendem a ser atraída pelos polos de desenvolvimento espanhóis:

Outro mapa elucidativo da potencialidade de expensão das exportações portuguesas pra fora do espaço europeu:

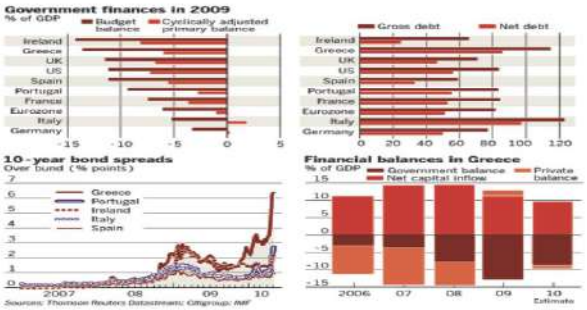


Outro estudo de 2009, este de José Félix Ribeiro , «Portugal 2025 que Funções no Espaço Europeu», dá-nos uma visão larga dos movimentos do sector exportador português:



Agora, o sector exportador português enfrenta um grande dilema: ou se concentra nos produtos e serviços onde tem vantagens comparativas, promovendo-os com forte acréscimo de qualidade e alargando a novas geografias e outra gama de clientes (o que envolve investimentos elevados) ou mantem os produtos tradicionais, com cortes salariais radicais (incluindo na protecção social) e forte aumento do desemprego.

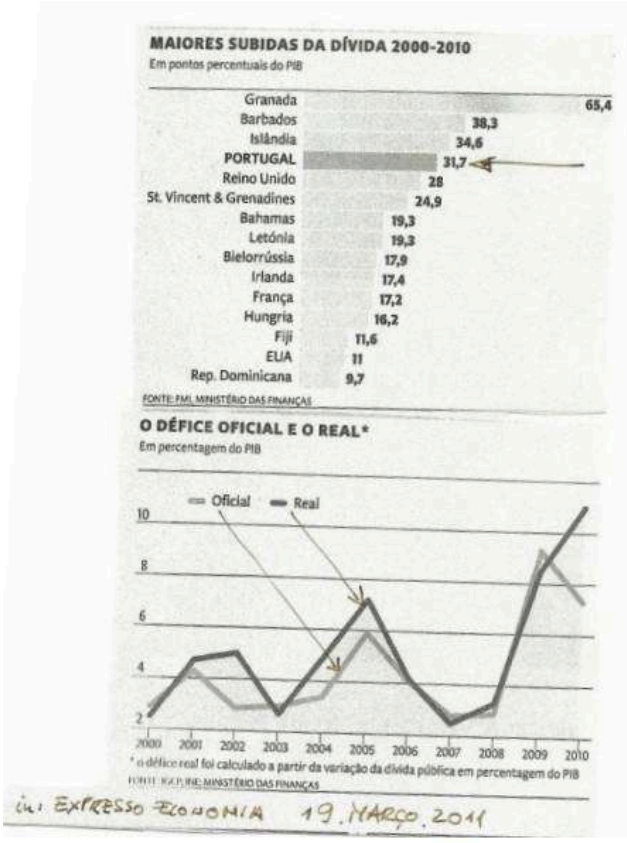
Além disso, está-se a atingir limites de endividamento externo (público e privado),o que exige uma dramática política restritiva (para não lhe chamar recessiva). Arriscamo-nos a fazer a má figura da Grécia (em vias de insolvência e de expulsão da zona euro). Veja-se este quadro retirado de um artigo do Financial Times:



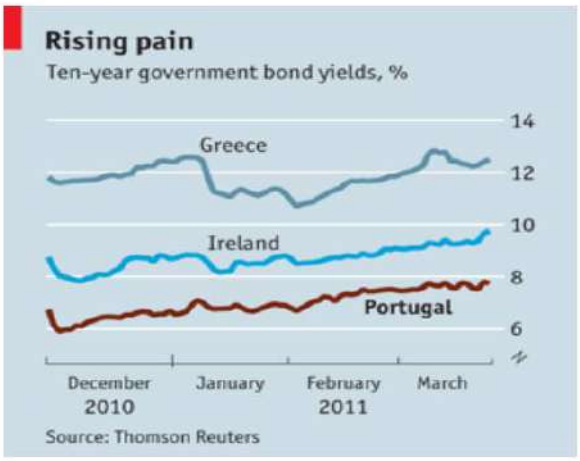
Se há problemas de financiamento, em grande parte ele deve-se às "poupanças negativas" crónicas do Estado (leia-se défices orçamentais) e à quebra de hábitos de poupança por parte das famílias portuguesas. É muito preocupante a quebra da poupança bruta em Portugal desde 1996.

Neste quadro, extraído de um estudo do Prof. Álvaro Pereira, vê-se bem isso:

Neste quadro (do semanário EXPRESSO) sobre «Século XX (2000-2010): Maiores agravamentos (ou "subidas") da Dívida pública e evolução do peso do Défice Orçamental no PIB» Portugal aparece mal colocado.



Embora menos altos do que na Grécia e Irlanda os yelds a 10 anos das Obrigações do Tesouro de Portugal vão subindo, como se vê neste quadro extraído de um artigo de hoje do The Economist, (March 2011). O subirem, tornam cada vez será mais difícil a Portugal honrar a dívida...



Os juros exigidos pelos investidores para deterem títulos de dívida soberana portuguesa com maturidade a cinco anos negoceiam hoje em máximos históricos, superiores a 8 por cento, tal como a yield exigida pelos investidores para deter a dívida portuguesa a dez anos, o seu máximo desde a entrada no euro, com o 'spread' face à dívida alemã a situar-se acima dos 540 pontos base. Mas para o eurogrupo (Estados membros com o euro como moeda), o que interessa é um Estado Membro corrigir derrapagens das finanças públicas (défice+ dívida). Como cada um consegue isso, sem « batota », isso é problema interno de cada governo.

Como Portugal poderá sair sustentadamente da grave crise? Limito-me a citar Luis Mira Amaral na sua obra "E depois da crise?"(ed. Bnomics, 2010):

"...A economia portuguesa tem de passar de um modelo de crescimento económico extensivo, assente na dotação de factores de produção, com trabalho pouco qualificado e salários baixos, para um modelo de crescimento intensivo feito através do aumento da produtividade, recorrendo para tal ao avanço tecnológico, à inovação e à qualificação do factor trabalho.

O modelo do crescimento extensivo que foi impulsionado pelos fundos comunitários e pelo "boom" de consumo, na sequencia das descidas das taxas de juro com a adesão ao euro, está esgotado. O modelo de crescimento intensivo só é possível através de empresas de conhecimento intensivo produtoras de bens e serviços transaccionáveis nos mercados internacionais.

A tecnologia só por si não resolve os problemas da competitividade. Precisamos também de organização, gestão e marketing, tendo que na formação dos nossos engenheiros haver maior equilíbrio entre o conhecimento científico e tecnológico e o conhecimento humano, organizacional e do funcionamento económico dos mercados..."

Em conclusão, as ideias força que considero obrigatórias pra se vencer a crise:

Urge:

- construir uma estratégia de médio/ longo prazo, com metas, prazos e medidas sequenciais, sendo umas prioritárias e outras contingentes.
- tentar a adesão dos agentes económicos e sociais e da população em geral a essa estratégia , explicando aonde se pretende chegar e monitorizando a sua aplicação, se necessário com o apoio de entidades credíveis e independentes.
- investir mais selectivamente , incentivando os investimentos que produzam bens e serviços com mercado externo ou que dissuadam, pela qualidade e pelo preço, a consumir menos importação.

- consumir menos embora até ao ponto em que a dignidade não seja destruída.
- poupar mais no Sector Público mas tendo em atenção não lesar grosseiramente o Estado Social e o limitando o risco de saída dos mais competentes, sérios e dedicados.
- remunerar mais os quadros, atrair os que estão fora, acarinhar as empresas que criem mais riqueza e competitividade, dentro do respeito pela Pessoa e pela memória do País.
- ganhar respeito por nós próprios, afastando pensamentos medíocres, estéreis e mesquinhos, embora se saiba que a popularidade fácil a isso aconselha aos menos corajosos e visionários.

O nascimento do Infante D. Henrique - comemorações do 4 de Março

Colóquio "Infante, o Navegador do Futuro"
Comunicação da Dr.ª Teresa Coelho

Organização da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Casa do Infante
4 de Março de 2022

Sessão na Casa do Infante

No dia 4 de Março de 2022 em que se assinalaram os 628 anos do aniversário de nascimento do Infante D. Henrique, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, instituição antiga, histórica e prestigiada organizou uma feliz iniciativa num espaço emblemático do Porto (a Casa do Infante), tão importante na cidade (foi-o e ainda o é) e que consideramos desempenhar um papel ímpar na divulgação da cultura portuense e até mesmo da história nacional. O local escolhido não poderia, de facto, ser outro se quisermos atender à antiga tradição de que o infante D. Henrique, uma das figuras mais conhecidas da nossa história, teria nele nascido. Não há dúvidas de que um dos momentos mais marcantes da vida de um ser humano é precisamente o do seu nascimento e que muitas vezes os locais que vêm nascer grandes vultos e personalidades revelam algum orgulho nesse acontecimento e uma ligação a estas figuras. Em Portugal existem alguns casos, que não apenas o do infante D. Henrique. No entanto, nesse dia evocámos este príncipe e começámos por compreender as suas ligações ao velho burgo portuense, local do seu nascimento, plasmadas sobretudo em dois momentos da sua vida: o referido nascimento e o seu envolvimento na preparação da expedição para Ceuta.

Nessa longínqua Quarta-Feira de Cinzas de 4 de Março de 1394, a rainha D. Filipa de Lencastre dava à luz mais um filho, no Porto. El-rei D. João I tornava-se pai de mais um infante, desta vez baptizado com o nome de Henrique. Vinha este juntar-se aos pequenos irmãos, os infantes Afonso, Duarte e Pedro. Nasceriam ainda Isabel, João e Fernando, os restantes irmãos a quem Camões chamou, n'*Os Lusíadas*, de *Ínclita Geração*, *altos infantes*. Os nomes atribuídos aos filhos de D. João I respeitaram as tradições portuguesas e inglesas e se o primeiro varão deste rei foi chamado de Afonso, relembrando os antigos monarcas portugueses, Henrique recebe este nome em memória dos seus antepassados ingleses da família materna, os Plantagenetas[1] – nessa altura a casa real reinante em Inglaterra. Esta ascendência pode ter imbuído o infante daquele que viria a ser o seu espírito de cavalaria e a ânsia e o desejo de se destacar militarmente e enquanto cavaleiro ao ter consciência da fama de alguns dos seus antepassados ingleses, pela bravura que várias vezes mostrou nas conquistas marroquinas, onde viria a participar ao longo da sua vida. O quinto filho destes monarcas nascia, como vimos, numa época de alguma turbulência política, muito sentida na Europa de então, e bastante nos reinos peninsulares. A nova dinastia de Avis debatia-se ainda com alguns problemas de legitimação; não nos esqueçamos da crise de 1383-85 e que o mestre de Avis, pai de D. Henrique, era um filho natural de D. Pedro I e, portanto, filho ilegítimo do rei. Assim o novo monarca enfrentava

algumas ameaças nomeadamente a falta de reconhecimento político em algumas zonas do norte de Portugal, nos primeiros anos do seu reinado, contando com o Porto, cidade que sempre o apoiara, para um indispensável suporte para as suas campanhas militares nesses territórios nortenhos[2], uma vez que praticamente toda esta zona do reino tomara o partido de D. Beatriz e de Juan I de Castela. Sendo quase a única cidade a norte que o apoia o monarca visita-a pela primeira vez, em 1385, para através dela iniciar uma dura campanha militar para norte. D. João I devia, por isso, muito ao Porto e a cidade também a ele deve bastante. Sem dúvida que as relações entre o 1º rei da nossa 2º dinastia e o burgo portuense eram de grande proximidade e de apoio, ou não fosse D. João I o rei a resolver a velha questão do senhorio episcopal da cidade, à qual vai pôr um termo, já em 1406 – quando o Porto se torna cidade régia. E não fosse igualmente o Porto a enviar uma esquadra de apoio ao ainda mestre de Avis quando este se encontrava cercado em Lisboa pelos castelhanos, em 1384. A logística e as circunstâncias políticas a que nos estamos a referir, bem como outras que se podem acrescentar ao complexo momento político que caracteriza os primeiros anos do reinado de D. João I, motivariam também o casamento do recém rei com a inglesa Filipa de Lencastre, na cidade do Porto, em 1387, como forma de firmar a aliança celebrada com Inglaterra no ano anterior e através do Tratado de Windsor. Ainda que se saiba da constante itinerância das cortes de então (os vários filhos de D. João I nasceram em locais distintos), poderemos referir que esta estreita e fecunda relação com a cidade do Porto levaria provavelmente ao nascimento de D. Henrique na cidade, no decorrer da década de 1390, por o rei nela passar longas temporadas e por, neste ano, a rainha ter ido ao encalço do marido que se encontrava na cidade. Ainda que seja quase certo referir que o infante nasceu no Porto (Fernão Lopes escreve, na *Crónica de D. João I*, que D. Henrique nasceu no Porto, sabemos também que a rainha se dirigiu para a cidade já em finais de tempo de gestação e dispomos de um interessante documento que atesta uma lista de pagamentos e de despesas aquando das celebrações do baptizado do infante, algo que terá acontecido certamente logo depois do seu nascimento no Porto; para além da referência de que os sinos tocaram um pouco por toda a cidade para anunciar o seu nascimento). Quanto ao local do parto, esses dados já não são tão claros. Ainda que a antiga e longa tradição diga que foi na alfândega medieval régia portuense, não existem quaisquer provas documentais que tal atestem. Apesar de ser o local mais provável pelas suas instalações e aposentos confortáveis e centrais, devem equacionar-se as hipóteses de poder ter ocorrido nos conventos de S. Francisco, S. Domingos ou mesmo até no paço episcopal. Nestes sítios já estes reis tinham ficado instalados nas circunstâncias do seu casamento, sobretudo no paço episcopal onde terão passado a sua noite de núpcias. Enquanto não contraíram matrimónio e, como era usual, o futuro casal de monarcas estava separado: o que ficou estipulado foi que D. João I permanecesse em S. Francisco e D. Filipa no paço episcopal. Não devemos, no entanto, omitir o facto da antiga alfândega ser do rei (fora D. Afonso IV que a mandara erguer, em 1325, e acrescente-se numa afronta ao bispo da cidade) e que numa parte desse complexo vivia um importante oficial régio, o almoxarife da cidade, argumento que pode ajudar a sustentar a tese de que o filho do rei aí pudesse ter nascido. Com certeza que teria boas e confortáveis acomodações para que a rainha pudesse dar à luz mais um infante, sabendo o casal régio que sempre se encontraria em casa. Encontramo-nos, portanto, em antiga propriedade régia, desde o século XIV, ainda que este edifício pouco tenha do seu aspecto original de remotos tempos medievos. Alfândega régia, onde depois seria também instalada a Casa da Moeda já nos tempos de D. Fernando, que trouxe ainda mais notoriedade ao Porto e a esta zona baixa da cidade. Este controverso edifício era constituído por duas torres, que hoje já não existem, com um pátio central que as separava e numa delas era a casa do almoxarife (a torre norte), sendo a outra um armazém. Centro mercantil e comercial do Porto dos finais de Idade Média, a Casa do Infante alberga hoje um centro interpretativo sobre o infante D. Henrique e o seu tempo e o Arquivo Municipal do Porto. Para terminar este aspecto do muito possível nascimento de D. Henrique na antiga casa do almoxarife régio, acrescente-se que, na ausência de fontes que nos indiquem os dados que procuramos saber, muitas vezes os investigadores podem recorrer a outros exemplos semelhantes. Tal aplica-se neste caso, tendo em conta o precedente do nascimento do infante D. Duarte na casa do almoxarife de Viseu. No Porto pode ter sucedido o mesmo. Acrescente-se que não havia um paço régio na cidade, ao contrário de outras cidades portuguesas, como Lisboa e Coimbra, por exemplo. Permanece e permanecerá este mistério na história da vida do infante e na história da cidade. A cronologia e os acontecimentos que percorremos até aqui mostram-nos como o Porto e as opções da cidade se entrecruzam com o percurso político de D. João I, monarca muito presente na cidade durante estes anos iniciais do seu reinado e que teriam, certamente, sido bem diferentes sem o auxílio com que contou por parte dos portuenses. Anos duros, mas que marcaram a história de ambas as partes envolvidas: a cidade e o mestre que depois foi rei.

Casa do Infante, no Porto.

Ainda em torno deste ano de 1394 (ou por volta dessa altura), ano do nascimento do infante, fundava-se no burgo uma nova instituição, a Confraria do Corpo Santo, também ela ligada a D. Henrique. Como outras instituições congéneres esta dedicava-se, durante o período medieval, à protecção e assistência de ofícios laborais que se organizavam em forma de confraria, onde predominavam os valores da entreajuda mútua, da defesa e da fraternidade entre aqueles que a ela pertenciam, unidos por esses tais laços laborais. Neste caso, fora esta criada para acolher e salvaguardar mareantes, marinheiros e homens do mar e para os proteger dos perigos que o trabalho no mar poderia trazer. A presença destes trabalhadores remete-nos para uma sociedade portuense muito virada para o mar, para a sua exploração e andanças marítimas que muito caraterizaram a história do Porto, o animado burgo ribeirinho que sempre olhou para o oceano, como fonte das suas riquezas e como destino dos seus negociantes, mercadores e marinheiros. As origens desta confraria trazem consigo algum carácter lendário, sobretudo no que respeita à sua fundação com base no conhecido milagre de S. Telmo (patrono dos marinheiros) e no erguer de primitiva ermida em Massarelos, no lugar da qual hoje temos uma igreja do século XVIII. As suas traseiras, viradas para o rio Douro, ostentam um painel de azulejos com a imagem do infante D. Henrique, remetendo-nos para a lenda e tradição de que o recém-nascido infante, nascido nesse mesmo ano, teria sido o seu primeiro juiz, a pedido e com o desejo dos membros da confraria. Teria sido quase desde nascença uma das figuras principais e honoríficas desta instituição que se destinava a proteger aqueles que andavam a navegar nos mares, dos seus perigos. Não deixa esta tradição de vaticinar aquilo que iria ocorrer na vida do infante D. Henrique, tão marcada pelo seu destino ligado aos oceanos e às navegações. Se quisermos (e pondo de parte as circunstâncias que possam ter ditado que assim se sucedesse), o próprio nascimento no Porto, burgo desde muito cedo virado para uma actividade mercantil assente na exploração de um comércio de matriz marítima e fluvial, parece ter augurado a ligação do infante ao mar e os destinos de Portugal na expansão ultramarina.

Em ligação com este último aspecto, encontraremos o infante uma vez mais ligado ao Porto num segundo momento da sua vida. É em Zurara e na sua *Crónica da Tomada de Ceuta* que encontramos todas as fases de preparação da expedição que levaria à conquista de praça, no Verão de 1415. Sabemos que as fundações da casa henriquina datam precisamente de pouco anos antes desta conquista e que D. João I preocupado com este assunto, reúne cortes no Alentejo em Évora para obter os meios financeiros necessários à criação e sustentação das casas senhoriais dos seus filhos mais velhos, sobretudo D. Pedro e D. Henrique. Tal assembleia reuniu-se em 1408[3]. No entanto, será só a partir de 1411 que a casa senhorial do infante D. Henrique começará a ganhar forma. Chegados ao ano de 1415, estamos perante um jovem infante, de 21 anos, ansioso por participar numa conquista militar, o que tal não seria de estranhar tendo em conta o espírito cavaleiresco de então e a quem o pai, D. João I, certamente bastante orgulhoso dos filhos, dará parte das responsabilidades na preparação da ida a Ceuta.

Sem dúvida que se tratou de uma operação complexa, que envolveu o reino e os infantes, que pela primeira vez assumiam um protagonismo político nas tarefas e obrigações que lhe tinham delegadas pelo pai, o rei. Na preparação da armada que haveria de zarpar para Ceuta, envolveram-se os infantes D. Pedro e D. Henrique, cabendo a este último reunir esforços, apoios, efectivos, armas, homens e recursos no Porto. Pelo meio da entrega, do compromisso e do entusiasmo, D. Henrique perderia a mãe, a rainha D. Filipa, falecida pouco tempo antes da partida para a praça norte-africana. A causa da morte deveu-se à peste. Ainda que com este episódio de perda, D. Henrique sempre manifestara, desde o início grande entusiasmo com Ceuta, algo que, de resto, manterá durante toda a sua vida no que diz respeito aos ideais de cruzada que sempre genuinamente defendeu e à forma como perpectivava o Norte de África e Marrocos. O protagonismo que assume em todo este processo torna-se assim muito verosímil, tendo em conta as ideias que viria a apresentar e preservar, já passadas décadas sobre a conquista de Ceuta. A sua resiliência e persistência caracterizam a sua forte personalidade no que diz respeito à guerra contra aqueles que julgava serem inimigos da fé cristã. Não poderia haver motivo mais válido, na mente do infante. À crença e fervorosa religiosidade poderíamos ainda acrescentar a pro-actividade, o espírito curioso, e incansável, características da sua personalidade que foi apurando ao longo da vida e que encontramos plasmadas nos ideais que defendeu e em momentos decisivos do seu percurso.

A entrada do Porto, em toda esta conjuntura de Ceuta, relaciona-se com o facto da cidade ter ficado sob ordens do infante no que diz respeito à preparação da expedição. Se a excitação sentida pelo infante nos é notória relativamente à oportunidade de ir a Ceuta e de participar de um grande feito militar, a cidade do Porto soube acompanhar o infante nesse processo. A euforia, a entrega e a alegria com que o burgo seguiu as disposições de D. Henrique são notórias nas linhas que Gomes Eanes de Zurara dedica à preparação da armada no Porto. Chegam a ser profundamente impactantes e impressionantes as palavras do cronista e os episódios que relata, que terão certamente marcado o jovem infante. O infante e os portuenses viviam um momento único e só tal pode explicar que Aires Gonçalves de Figueiredo, como 90 anos na altura, se tenha apresentado a D. Henrique, no Porto, devidamente armado e com homens seus preparados para embarcar para Ceuta. O desfecho marcaria muito D. Henrique que acabaria por convencer o muito idoso homem a permanecer tranquilo no resto dos seus dias. O esforço colectivo da cidade terá sido de tal ordem e de tal entrega que Zurara afirma que aqueles que já tinham morrido desejariam que os seus ossos voltassem a ser vestidos com carne para acompanhar os vivos que estavam a participar e a assistir a tal feito, como foi a conquista de Ceuta[4]. A esta marcante

afirmação, segue-se a descrição da euforia e da animação que se fazia sentir na ribeira portuense aquando destes preparativos; o cronista refere o tráfego constante, e os caminhos cheios de carros de bois e de bestas, e muitos marinheiros e os portuenses que laboravam de dia e de noite para prover e abastecer a frota do infante D. Henrique. Não será de estranhar que uma das hipóteses, mais lendária ainda que com algum fundo de verdade, que explique a origem da designação dos portuenses enquanto *tripeiros* seja atribuída a este momento que o Porto teria entregado toda a sua melhor carne à armada do infante, restando-lhe apenas as tais vísceras e tripas dos animais. Ainda que sem fundamento histórico, esta tradição ilustra bem a circunstância e a capacidade de resistência e de entrega dos portuenses neste momento, como em outros da sua história.

Construção de navios.

Na velha ribeira nos encontramos e nela permaneceremos um pouco mais, ainda que em tempos mais contemporâneos para perceber como a cidade e esta zona ainda se encontram ligadas ao infante. Nas proximidades da Casa do Infante, abre-se a Praça do Infante D. Henrique, rasgada no século XIX em antigos terrenos dos conventos de S. Domingos e S. Francisco. A ladear a praça temos outra referência toponímica a D. Henrique, com a presença da rua do Infante D. Henrique, aqui acima da Casa do Infante. Não deixa de ser curioso que esta rua corresponda à antiga Rua Nova mandada abrir por D. João I, nos finais do século XIV. Rua Formosa, como orgulhosamente lhe chamava o rei, pelo seu traçado recto, largo e amplo e por se ter tornado artéria de prestígio para a cidade ainda durante a Idade Média. Tal moderna e larga seria que, durante o Medievo, a chamavam de praça. Por fim, no centro da actual praça infante D. Henrique ergue-se uma estátua do mesmo. Inaugurada em 1900, com a presença dos reis D. Carlos e D. Amélia, D. Henrique apresenta-se a comtemplar o mar, junto de um globo terrestre, que simboliza a expansão e o conhecimento do mundo para o qual também contribuiu. Nesta simbologia aplicam-se bem os versos de Fernando Pessoa quando escreve que o infante *tem aos pés o mar novo e as mortas eras/ o único imperador que tem, deveras, /o globo mundo em sua mão*. Uma curiosidade acerca desta estátua em bronze é de que o mármore que se encontra na sua base é proveniente de Sagres, local muito ligado ao infante, uma vez que é também conhecido como o infante de Sagres. Seria também Ceuta e todo o seu contexto que daria ao infante o Algarve, uma vez que passaria por esta região pela primeira vez a caminho da praça norte africana. Um bocadinho de Sagres no Porto, portanto, numa lógica de homenagem a duas cidades que desempenharam um papel tão importante na vida do infante, nomeadamente no seu nascimento e na sua morte. O infante nasceu no Porto e morreu no promontório de Sagres.

Tivemos já oportunidade de ir revelando e destacando alguns aspectos mais marcantes da vida do infante e também traços da sua personalidade, uma vez que nos focámos bastante na sua ligação ao Porto de então e de agora. No entanto, e à medida que nos aproximamos do fim da nossa apresentação gostaríamos de mencionar algumas dimensões da sua vida ainda não faladas. Uma delas diz respeito ao infante D. Henrique senhor, outra remete-nos para as suas ligações a Marrocos e à costa ocidental africana, bem como à imagem do cruzado e às construções acerca da sua imagem. Estas são dimensões incontornáveis quando pensamos no infante e delas nos ocuparemos na fase final deste texto.

Talent de Bien Faire

A dimensão senhorial é importante para se perceber muitas acções e decisões que tomou, nomeadamente pelo acesso a riqueza que lhe foi necessário para as concretizar. O seu património foi constituído ao longo da vida, ou não se tornasse senhor de Lagos já em 1453, apenas sete anos antes da sua morte. Foi detentor do ducado de Viseu (o seu primeiro duque), inaugurando com o infante o D. Pedro, seu irmão, os primeiros ducados em Portugal, em mãos de membros da família real. Foi também senhor da Covilhã, senhor das ilhas atlânticas, governador da Ordem de Cristo, e possuidor de alguns territórios algarvios, como já se viu. Entre os monopólios que controlou e que também lhe pertenciam

contam-se as saboarias no continente e ilhas, a tinturaria do pastel, que ele, enquanto empreendedor introduzira em Portugal, bem como o monopólio das pescarias em algumas zonas do Algarve. Pensa-se que nos tempos iniciais do funcionamento da sua casa, os rendimentos só do ducado de Viseu ascenderiam quase a 1 milhão de reais de receita anual[5]. Imagine-se então o somatório de todos estes domínios para além de Viseu e numa casa senhorial de protegidos, criados, escudeiros, oficiais e pessoal doméstico da dependência do infante, cujo número total terá ascendido a cerca de 900 indivíduos. Uma das grandes fortunas do século XV português, sem dúvida.

Se Viseu ocupou um lugar muito importante na vida de D. Henrique, no núcleo dos seus bens e património, outros espaços mereceram certamente a sua atenção e afeição ao longo dos seus anos de vida: destacamos Tomar e a sua vila, junto a Sagres, para além da importância de Lagos, epicentro das navegações henriquinas. Quanto a Tomar, a sua importância relaciona-se com o facto de ter sido sede da ordem de Cristo, o que lhe valeu uma preocupação com o seu desenvolvimento económico e urbanístico: a existência de feira, a reconstrução do castelo e a construção de paços e de claustros. Foi nestes paços que morreu D. Duarte, em 1438. A sua vila no Algarve, mais um espaço doméstico e íntimo, do que propriamente uma vila, situar-se-ia perto da Raposeira, em Sagres, o que ajudou a dar visibilidade e a engradecer esta região. Por sua vez Sagres encontra-se ligada a um dos grandes mitos da nossa historiografia em torno do infante - a *escola de Sagres*, na medida em que esta teria existido para formar mareantes e navegadores - espaço de convívio, de busca, de discussão entre marinheiros, homens do mar, cartógrafos que aí cruzavam saberes, experiências e que podiam ajudar no progresso das navegações- assim devemos olhar para ela. O mentor era D. Henrique: um infante genuinamente cruzado, pela forma como defendeu a guerra santa e prossecução das campanhas militares em Marrocos, quase contra todas as opiniões dos seus pares e numa altura em que esse assunto era profundamente debatido na sociedade portuguesa; um infante que desafiou o medo pelo desconhecido e avançou pelas costas da Mauritânia e da Guiné, manteve a sua persistência e obstinação até ao fim dos seus dias, alimentado pela curiosidade, pela fé e pela necessidade e interesses igualmente económicos; um infante visionário, mas plenamente integrado no seu tempo, enquanto senhor que foi e que teve como objectivo a protecção dos seus bens e o fomento e complementaridade a vários níveis do seus territórios; o infante que se manteve incansável quase até ao final do seus dias, nomeadamente nas suas relações com África (acrescente-se que esteve quatro vezes em África, a última apenas dois antes da sua morte: Alcácer Ceguer, 1458); um infante que almejou êxitos com os descobrimentos, mérito enquanto cavaleiro, foi modelo de cristão (pela sua observância e pela castidade que desde muito novo abraçou) e por tudo isto alcançou prestígio internacional que revela o peso político que tinha em Portugal, chegando a pertencer à prestigiante ordem inglesa da Jarreteira; o infante que nos é tão familiar com o chapéu borgonhês e os longos e austeros trajes e que há muito faz parte do imaginário português, mas que no entanto, cujo verdadeiro rosto continua insondável passados quase 600 anos após a sua morte, como tantos outros aspectos da sua personalidade e vida.

A Dra. Teresa Coelho no uso da palavra.

Fontes:
- ZURARA, Gomes Eanes – Crónica da Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I (ed. Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915.

Bibliografia:
- MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luís Miguel – História do Porto: A cidade e o Mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito. Matosinhos: Quidnovi, 2010, vol. IV.
- OLIVEIRA E COSTA, João Paulo – Henrique o Infante. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.
- RUSSELL, Peter – Henrique o Navegador. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

[1] RUSSELL, Peter – *Henrique o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016, p. 47.

[2] Para acompanhar esta conjuntura de inícios de reinado de D. João I, o seu casamento, assim como do nascimento do infante D. Henrique no Porto consultámos: MIRANDA, Flávio, SEQUEIRA, Joana, DUARTE, Luís Miguel – História do Porto: *A cidade e o Mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Matosinhos: Quidnovi, 2010, pp. 25-37, vol. IV.

[3] OLIVEIRA E COSTA, João Paulo – *Henrique o Infante*. Lisboa: A esfera dos livros, 2009, p. 72.

[4] ZURARA, Gomes Eanes – *Crónica da Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I* (ed. Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915, p. 112. O capítulo XXXV desta crónica descreve toda preparação da armada que partiu do Porto, assim como os acontecimentos que apresentamos acima.

[5] OLIVEIRA E COSTA, 2009, p. 134.

O Mar e a Universalidade da Língua Portuguesa

José Manuel Malhão Pereira

Introdução

Quem me conhece, sabe que as minhas áreas de interesse e estudo são essencialmente a história da náutica e da expansão Portuguesa.

Contudo, considero que o momento que o país atravessa necessita da contribuição de todos os cidadãos para pelo menos darem sugestões construtivas para a solução dos seus problemas.

E para justificar mais concretamente esta minha iniciativa, bastará repetir aquilo que disse há cerca de quatro anos, falando em circunstâncias e com tema idênticos ao correspondente a esta sessão e neste mesmo salão nobre. Disse então que era sexagenário, avô, militar da Armada, ex-combatente e membro desta Instituição. Contudo, uma ligeira adaptação devo fazer. É que agora sou septuagenário e na altura tinha apenas três netos (agora tenho cinco), e consequentemente as minhas responsabilidades aumentaram.

Capa da Revista Independência I sec XXI

Aproveito a oportunidade de publicamente chamar a atenção para o facto de ter sido reiniciada a publicação da nossa revista, a revista Independência. E não se trata apenas de constatar esse facto, mas também de reconhecer que devemos agradecer à Direcção e ao empenho directo do Dr. Jorge Rangel, para que se concretizasse essa acção, tão importante para a perenidade de alguns dos nossos trabalhos. Quero ainda agradecer o generoso e patriótico gesto do Senhor General Rocha Vieira, que sei ter muito contribuído para que o projecto se concretizasse.

Será então o tema que me propus tratar esta noite, o da Língua Portuguesa, que ao Mar deve a sua difusão universal.

Quero desde já dizer que não sou nem filólogo nem linguista. Apenas pretendo chamar a atenção para a importância da língua portuguesa como veículo de cultura e de comunicação entre os povos, e ainda como traço de união de interesses comuns a esses povos.
Pretendo também chamar a atenção para o potencial humano correspondente aos falantes da língua de Camões, espalhados por todos os continentes e ao valor estratégico e cultural desses milhões de seres humanos.

Pretendo ainda tratar de um tema que é tabu para muitos dos decisores políticos da época actual e também por muitas das elites com responsabilidades administrativas e de comando da sociedade portuguesa, porque estes tipos de assuntos são geralmente mal vistos.

De facto, ainda está fresca a revolução dos cravos, e citando alguém cujo nome revelarei mais adiante, direi que "... no século XX em Portugal ocorreram três revoluções: em 1910, em 1926 e em 1974. As três revoluções deram-se mais pela implosão dos três regimes depostos – Monarquia, I República e Estado Novo – do que propriamente pela força dos seus

opositores, mas ainda assim, em todas elas, a lógica maniqueísta emergiu em todo o seu esplendor: pela diabolização da Monarquia pela primeira República; pela diabolização da I República pelo estado Novo; pela diabolização do Estado Novo pelo 25 de Abril.".

Nestas condições, falar em assuntos que possam lembrar as eventuais glórias do passado ou o antigo Império é não só politicamente incorrecto como indesejável em muitos sectores da nossa sociedade, por lembrar algo que é para esquecer.

Por isso, e como não partilho de opiniões idênticas, aqui vai mais uma reflexão sobre uma das vias que poderão ser utilizadas pelos falantes da língua portuguesa para resolverem muitos dos problemas sociais e políticos com que se defrontam na época actual.

A língua portuguesa no mundo[1]

A língua portuguesa é actualmente falada por cerca de 250 milhões de pessoas, sendo a quinta língua mais falada no mundo e a língua oficial dos oito países da CPLP e ainda, a partir de 2007, da Guiné Equatorial.

É também a língua mais falada no Hemisfério Sul e a terceira mais falada no mundo ocidental, onde a primeira é o Inglês e a segunda o castelhano.

É também falada nos seus antigos territórios portugueses da Índia e em pequenas comunidades da Ásia do Sueste e também da África Oriental.

Há cerca de 20 crioulos com base no Português, e a nossa língua, além de falada em grandes comunidades de imigrantes em regiões da Europa, das Américas e da Ásia, é ainda falada minoritariamente em territórios os mais díspares geograficamente, como Andorra, Luxemburgo, Namíbia, Paraguai e Uruguai, Maurícias, África do Sul.

Tem ainda estatuto oficial na União Europeia, na União Africana, na Organização dos Estados Americanos, na União Latina, no Mercosul, na CPLP e na Associação dos Comités Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa.

É de ensino obrigatório na República do Congo, na Zâmbia, na Venezuela, no Uruguai e na Argentina.

Tudo isto corresponde a um resumo da situação actual da língua, que tem no Instituto Camões criado em 1992 e sucessor do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, o seu orientador oficial, dispondo no mundo, de imensos Centros de Linguagem e Centros Culturais, assim sumariamente distribuídos:

- **Centros de Língua** – Vinte e cinco na Europa, dezasseis em África, dois nos Estados Unidos e um no México, dois nas Américas Central e Sul (Buenos Aires e Caracas), e três na Ásia (Pusan, na China e em Goa e Dilli).

- **Centros Culturais** – Dezanove, principalmente nos antigos territórios ultramarinos e ainda em França, Luxemburgo, Japão.

De uma maneira geral, a língua portuguesa ocupa um honroso lugar em número de falantes, admitindo-se um alargamento futuro, não só devido ao natural aumento da população dos territórios onde é língua oficial, como também ao crescente desenvolvimento económico do Brasil e dos territórios africanos de mais elevada população, que a tornará mais influente nos aspectos políticos e culturais.

Para um estudo mais detalhado da língua portuguesa e sua história, recomenda-se o *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* publicado pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pela Imprensa Nacional - [3] Casa da Moeda e pela União Latina, em 1992. Note-se que esta última instituição é praticamente desconhecida, ou pelo menos nunca referida pela média europeia.

Breve história da expansão do Português

Isto é apenas uma simples e bastante incompleta relação da situação da língua portuguesa no mundo actual. Mas uma análise da sua expansão e influência no passado, dar-nos-á certamente uma melhor perspectiva do que poderá ser o seu desenvolvimento futuro.

Como dissemos acima, é raro ouvir falar actualmente nestes assuntos, pelos motivos conhecidos e anteriormente expostos, mas no passado tal não foi o caso. De facto, muitos investigadores, linguistas e historiadores, se debruçaram sobre a expansão e influência da língua portuguesa no mundo, produzindo importantes trabalhos que convirá recordar.

Capa do livro Expansão da Língua Portuguesa no Oriente

Muito autor haveria a mencionar, mas limitar-nos-emos apenas a alguns, por razões óbvias. Falemos então de David Lopes, que exerceu a sua actividade docente e académica nas primeiras décadas do século XX, tendo recebido em França grande parte da sua educação, na *École National des Langues Orientales* e na *École des Hautes Études*. Distinguiu-se principalmente como arabista, tendo exercido a docência na Faculdade de Letras de Lisboa de 1914 a 1937, da cadeira de Língua e Literatura Árabe.

De entres as suas obras, destaco *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente Durante os Séculos XVI, XVII e XVIIII*. Extraio do Prefácio de Luís de Matos à sua segunda edição, cuja capa se insere acima:

"Esta obra, publicada em 1936, foi uma revelação. Os estudos portugueses e estrangeiros tinham até então mostrado um só aspecto do assunto: a existência de crioulos e a penetração do português em línguas asiáticas; ora David Lopes era o primeiro a demonstrar que o português fora durante três séculos a língua franca do Oriente.".

Luís de Matos informa em seguida que anotará esta edição e acrescentará mais transcrições de autores estrangeiros não referidos pelo autor.

David Lopes, no Preâmbulo do seu trabalho, informa que demonstra os factos acima referidos, com referências de viajantes estrangeiros e documentos oficiais, com vocabulário português que passou para muitas das línguas orientais e com as obras de carácter didáctico publicadas para ensino do português.

A leitura desta obra é verdadeiramente fascinante e não poderei deixar de comentar e citar algumas das passagens mais significativas. Vejamos outras das ideias, conceitos e informações dadas pelo autor neste seu estudo no referido Preâmbulo:

- As missões religiosas contribuíram muito para a difusão da língua. Estão nelas incluídas as missões protestantes, provenientes da expansão Holandesa.

- Citando um autor inglês de princípios do século XIX, diz Lopes que se viesse a constituir-se uma igreja católica indiana o português seria a sua língua.

- Batávia (a atual Jakarta, na Indonésia), foi desde a sua fundação em 1619, uma cidade de língua portuguesa, a tal ponto que as autoridades holandesas intentaram várias vezes impedir a sua difusão. A sua igreja portuguesa esteve aberta ao culto até ao século XIX.

Seguem-se vários comentários relativos à difusão e manutenção do português e da sua influência no sueste asiático continental e insular.

Contudo, os capítulos dedicados às fontes estrangeiras onde se fala do uso da língua portuguesa no Oriente são extremamente interessantes e convém recordar esta matéria, porque nós estamos actualmente tão absorvidas com a feliz vida neste oásis europeu, que nos esquecemos que já fomos importantes e independentes!

Vejamos então, e muito brevemente, algumas das citações que David Lopes faz de fontes estrangeiras bem identificadas:

- Em 1545 S. Francisco Xavier, em carta de S. Tomé de Meliapor, diz que "Se da nossa Companhia vierem alguns estrangeiros que não saibam falar português é preciso que o aprendam, porque de outro modo não haverá intérprete capaz que os entenda".

- Em 1596, o tratado de paz e comércio entre os holandeses e o governador do reino de Bantam (em Java), foi em língua portuguesa.

- Veja-se a credencial que em 1598, Maurício, Príncipe de Orange, Conde de Nassau, levou para os príncipes do Oriente.

Credencial do Príncipe de Orange para os Príncipes do Oriente

- Em 1600, o inglês William Adams escrevia a sua mulher e dizia que em Osaca só conseguiu falar com o soberano local sem ser por gestos, depois de aparecer alguém (de entre os da comitiva inglesa, é claro), que falava português.

- No relato da viagem do holandês Nicholas de Graaf à Asia, que corresponde ao período de 1639 a 1687, há uma interessantíssima informação relativa ao comportamento das mulheres de elevado nível social residentes em Batávia. Estas senhoras têm escravos dos dois sexos que estão permanentemente atentos às suas necessidades ou desejos. Se as escravas não respondem imediatamente chamam-lhes logo

sua *filha da ...*, , *etc.*, *etc*. Tudo em bom português, como devem imaginar! Os filhos destas senhoras são criados pelas escravas e falam mais tarde melhor o português que o flamengo.

Continuando a extrair as citações feitas por David Lopes, por ordem cronológica, de autores estrangeiros, vejamos mais as seguintes:

- Há informação de que os reis de Ceilão se correspondiam com os Holandeses em português, sendo transcritas duas extensas cartas correspondentes aos anos de 1646 e 1656.

- Em 1661, um viajante no oriente, comentando o sucesso dos portugueses no golfo de Manar, área de pescaria das pérolas, afirma que, entre outros factores, é em parte devido ao facto de o português ser de fácil compreensão por parte dos Índios.

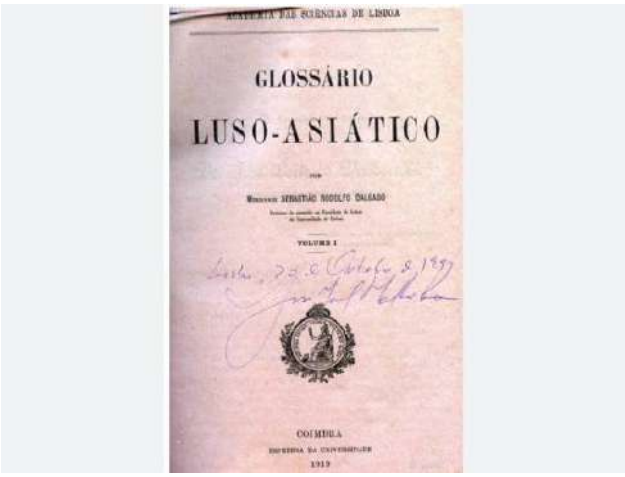
- Em 1674, os missionários franceses do Sião, Cochinchina e Tonquim, não obstante a sua hostilidade ao Padroado Português do Oriente, diziam que o português é praticamente a única língua europeia que se expandiu no oriente.

- Em 1689, no Sião (actual Tailândia), informa-se que se dá missa em português, que nesse país há inúmeros portugueses e que muita correspondência oficial é escrita nessa língua.

As citações prosseguem (cerca de mais vinte), percorrendo fontes que se referem de modo semelhante ao uso do português como língua veicular em Ceilão, costa do Coromandel, na zona do Cabo da Boa Esperança, costa oriental de África. A última citação é de 1906. Reparem bem, 1906!

David Lopes publica em seguida uma lista com "as palavras portuguesas no holandês da Companhia das Índias Orientais". São ao todo 200 vocábulos ou locuções.

No capítulo terceiro, David Lopes refere extensamente a problemática dos vocábulos portugueses de origem asiática, dando numerosa bibliografia sobre o assunto e referindo naturalmente a valiosa obra de Rudolfo Dalgado, o célebre Glossário Luso *Asiático*.



O Capítulo quarto comenta a importância do Português nas Índias Orientais Holandesas e o insucesso destes europeus em substituírem a língua franca por nós deixada.

É muito interessante notar a quantidade de publicações editadas em português e que foram publicadas pelas autoridades coloniais que nos sucederam no oriente.

Vejamos as páginas de rosto destes sugestivos exemplos publicadas pelo autor na sua importante obra:

- As *Fábulas de Esopo* para os, leitores de Batávia, 1672.

- Os Salmos de David, também para Batavia, 1703.

- Os mesmos salmos, impressos na cidade de Colombo, em 1763.

- O *Livro da Oração Commum*, na cidade de Veperey (perto de Madrasta), para a igreja de Inglaterra, de 1800.

- Um *Manual ou Breve Instrução que Serve para Uso das Crianças que Aprendem a Ler e Começam a Rezar nas Escolas Portuguesas, para a Índia* (Malabar e Coromandel), 1713. Admite David Lopes que pode ter sido impresso em Londres.

Capas dos livros: Fábulas de Esopo, Salmos de David, Livro da Oração Commum e Manual ou Breve Instrução que Serve para Uso das Crianças que Aprendem a Ler e Começam a Rezar nas Escolas Portuguesas.

Esta é apenas uma pequena amostra das 13 obras em português que o autor descreve com detalhe.

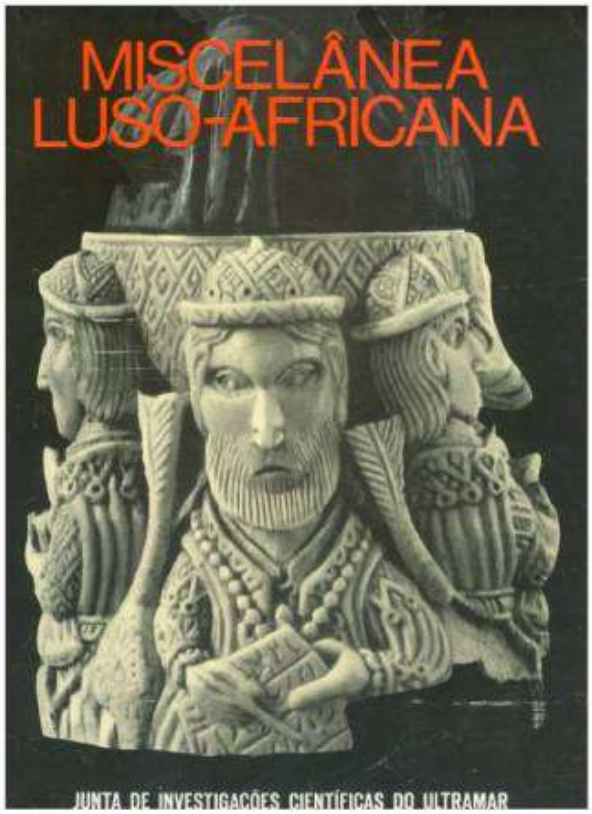
Aconselho vivamente a sua leitura.

Os portugueses em África e nas Américas

Há outro muito interessante trabalho, a *Miscelânea Africana*, que é coletivo, publicado em 1975 pela Junta de Investigações do Ultramar, sob a direção de Marius Valckhoff, um holandês professor de linguística, que leccionou na Holanda e na África dos Sul.

Reúne trabalhos de especialistas portugueses, sul-africanos, franceses, holandeses, e estuda a língua portuguesa como língua franca, e os seus crioulos. Cito algumas das palavras do coordenador na sua apresentação da obra:

"… no ano de 1974 a língua portuguesa surge como uma língua franca, graças à qual não só os Africanos e os Portugueses, mas também pessoas que falam línguas africanas diferentes, se podem entender. Esta situação é já muito antiga. Fora de Portugal pouca gente sabe que o português foi a língua mundial antes que o francês começasse a desempenhar este papel, e mais tarde o inglês.".



Miscelânea Luso-Africana

Eu corrigiria que este facto era essencialmente desconhecido dentro de Portugal.

Imagine-se a atenção que os portugueses na altura, 1975, deram a esta publicação, entretidos que estavam a introduzir em Portugal a *liberdade de distorção do pensamento*, entre outras amplas liberdades!

Os eruditos trabalhos tratam essencialmente, como se disse, dos crioulos em África, nomeadamente os de Cabo-verde e S. Tomé, mas também da toponímia geográfica em português, da música portuguesa em Moçambique, e da influência do português na África do Sul.

Há um muito interessante artigo em francês do coordenador intitulado "A Importância do Português como Língua Mundial Anterior ao Francês".

Neste trabalho, o autor demonstra que a língua veicular nas Antilhas e também nas costas da China era o português.

O Abbé de Choisy

Pelo seu interesse para a matéria que estamos a tratar, vou em seguida comentar muito brevemente um livro, conhecido certamente por alguns de vós, e de certeza por quem mo emprestou há anos. Quem mo emprestou foi um fuzileiro e grande português, meu comandante na Guiné em 1964 e 1965, com quem partilhei as aventuras que envolveram os lusófonos durante mais de 13 anos.

Como se sabe, depois desses treze anos de guerra de guerrilha, seguiram-se na maior parte dos territórios devastadoras guerras civis que destruíram muito do que os luso falantes construíram em conjunto, em mais de cinco séculos.

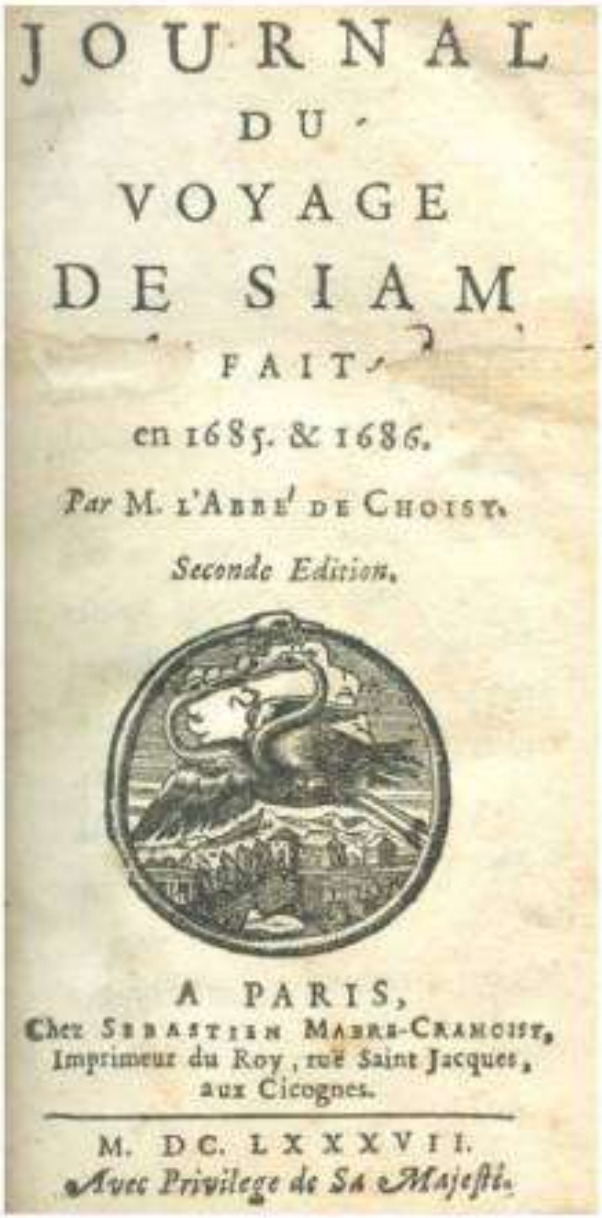
O livro a que me refiro é um relato, em forma de diário, do Abade de Choisy, um clérigo, que acompanhava o Cavaleiro de Chaumont Alexandre e Gui Tachard numa embaixada de Luís XIV ao rei do Sião. Iam também a bordo 6 jesuítas que se juntariam ao Padre Verbiest, em serviço no Observatório de Pequim.

Vejamos alguns excertos do relato desta viagem iniciada em Brest em 1685 a bordo do *Oiseaux*, um navio do Rei, de 46 peças, que traduzo do francês e que são muito elucidativos da importância da nossa língua na época:

- A primeira preocupação da comitiva culta, logo expressa no segundo dia de viagem, foi a de aprender português, além de astronomia.

- Reparem agora V.as Exc.as nesta extraordinária informação

do nosso narrador. Ao fundear no Cabo da Boa Esperança, do navio partiu uma comitiva que foi recebida pelo Governador do Cabo, onde os holandeses já estavam estabelecidos. Para comunicarem entre si, o Governador Holandês e os emissários franceses, falaram em português. É extraordinário que isto aconteça entre duas nações europeias tão próximas fisicamente na Europa, mas é de facto a realidade insofismável. Choisy também diz que ao dirigir-se em francês ao Barão Van Reede um dos administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que conhecia mal esta língua, este lhe responde por vezes em português.


JOURNAL
DU
VOYAGE
DE SIAM
FAIT
en 1685. & 1686.
Par M. L'ABBÉ DE CHOISY.
Seconde Edition.
A PARIS,
Chez SEBASTIEN MABRE-CRAMOISY,
Imprimeur du Roy, ruë Saint Jacques,
aux Cicognes.
M. DC. LXXXVII.
Avec Privilege de Sa Majesté.

Journal du Voyage de SIAM

Em toda a viagem perpassa sempre a presença portuguesa, não só no que respeita à língua, como também à existência no Sião de um *mandarim* português, de um militar português *comandante* de uma força, de informações sobre os territórios administrados por Portugal e do *casamento* de um militar francês com a filha de um militar português.

O valor estratégico da língua de Camões

Esta é, em linhas muito gerais, a evolução do português no mundo e a situação actual da nossa língua.

Note-se que por ser mais conhecido, não desenvolvi o tema da expansão do português na África Ocidental, que aconteceu logo no início da expansão, e que originou que a língua veicular de toda aquela área fosse o Português.

Relembro a extraordinária experiência do contacto entre povos diferentes, que constituiu a relação dos Reis do Congo com a coroa portuguesa. Sobre esta área do globo, veja-se no *Atlas da Língua Portuguesa*, já referido, o erudito trabalho de António Luís Ferronha.

Apenas mais uma breve nota para chamar a atenção que a história de muitas áreas do globo e de muitos povos só pôde ser mais profundamente conhecida, recorrendo às fontes escritas na nossa língua.

A maioria de vós sabe qual a minha opinião sobre o rumo que a nossa nação deve seguir, até porque eventualmente leram a nossa revista. Mas eu sou apenas um ex-combatente, um septuagenário, um humilde marinheiro e um avô. Podem crer que tenho grande orgulho neste meu último atributo, e é em grande parte por isso, por ser avô e me preocupar com o futuro dos meus netos, que me encontro mais uma vez nesta nobre sala, a desabafar sobre estes temas.

Vejamos agora a opinião de algumas personalidades, realmente representativas da sociedade portuguesa ou latina, que vou citar brevemente, para ilustrar o que acima disse e que mostram que nem todas as pessoas desconhecem, ou intencionalmente esquecem o que fomos e o que poderemos ser no futuro.

Transcrevo da Apresentação do acima referido Atlas da Língua Portuguesa, publicado em 1992, feita por Philipe Rossillon, Secretário Geral da União Latina:

"Portugal foi, e continua a ser, o mais pequeno e menos povoado destes países (tinha-se anteriormente referido aos quatros países europeus fundadores de outros tantos impérios). A audácia, a coragem, o ardor no trabalho e a capacidade de diálogo dos homens e das culturas, superam a falta de efectivos e a relativa fraqueza de meios materiais. As virtudes portuguesas e a dos povos lusófonos, permitiram criar um conjunto cem vezes mais vasto e vinte vezes mais povoado que a

Lusitânia.".

E mais adiante: "*Será que os Portugueses estão conscientes que a sua língua pode vir a ser um instrumento de comunicação internacional e ter um lugar nos sistemas de ensino estrangeiros dos vários continentes e subcontinentes?*".

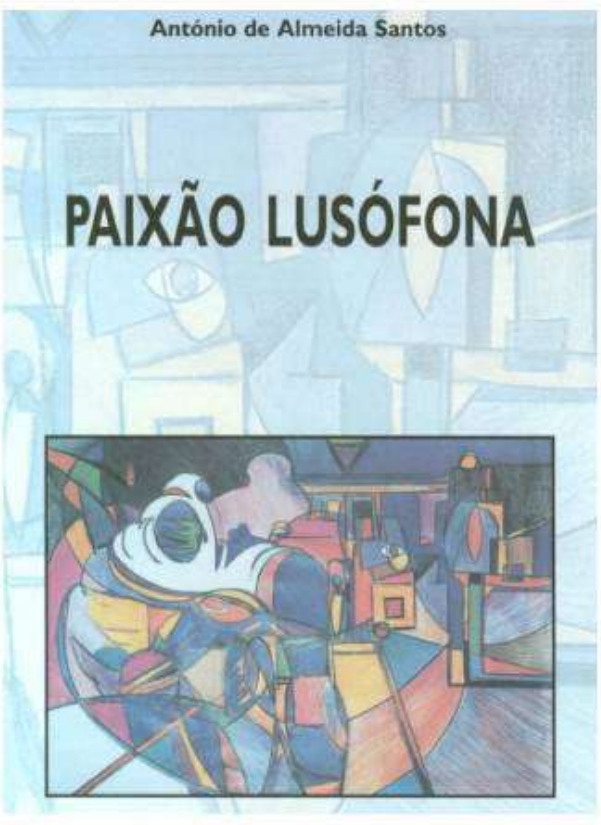
Vejamos em seguida algumas ideias expressas numa colectânea de textos, escritas por uma personalidade muito interveniente na vida pública portuguesa nas últimas quatro ou mesmo cindo décadas, da qual revelarei o nome no fim:

- Referindo-se aos textos que publica, afirma que os une "... uma afinidade:
versarem sobre gente que fala, e lugares onde se fala, português. É a nossa preciosa língua - que desde muito novo adoro e cultivo ... À medida que fui amadurecendo, dei por mim a adorar também as sete partidas em que o português é falado.".

- E mais adiante: "A língua portuguesa, caldeada em todos os azimutes do ignoto e em todas as seduções do revelado, ganhou contornos de universalidade. É hoje uma síntese de civilizações, após ter bebido em todas elas.

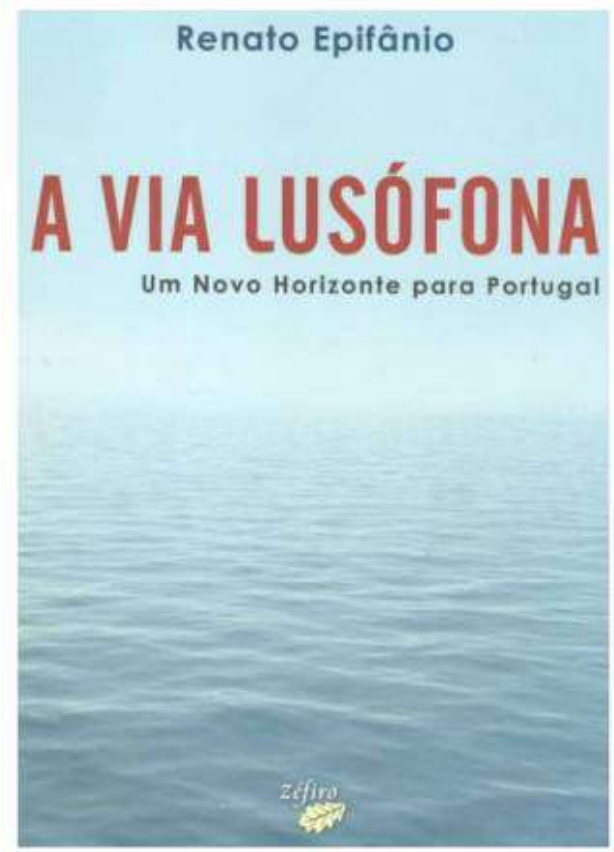
- A propósito do seu encanto pelo portentoso Brasil afirma: "A mesma – mas reforçada – sensação de espaço sem limite. Espaço que o génio português legou unido aos seus irmãos brasileiros. Lograram estes mantê-lo uno enquanto a América espanhola se fraccionava em dúzia e meia de novos estados. É essa a obra-prima do génio luso. Mais justamente: luso-brasileiro.".

- Referindo-se a África refere que: "... do consequente caldeamento de raças e de sangues, a que não foi alheio o impulso dos afectos e até a bênção dos poetas, surgiu a mestiçagem, que não sendo exclusivamente luso-africana, começou por predominantemente o ser. Luso tropicalismo lhe chamou o erudito Gilberto Freire.".



Paixão Lusófona

Pois estas considerações não são do cardeal Cerejeira, de Franco Nogueira ou de Marcelo Caetano, mas sim de António de Almeida Santos, que discute, na sua colectânea intitulada *Paixão Lusófona*, publicada em 2001 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a razão dessa sua paixão. São feitas inúmeras considerações relativas à já instituída comunidade de povos de língua portuguesa, e diversas orientações doutrinárias sobre a sua evolução. São também feitos comentários ao colonialismo, ao que considera erros do regime anterior na condução da guerra, ao vinte cinco de Abril, e outras considerações semelhantes, não me revendo eu na maior parte destas últimas considerações.



A Via Lusófona

Permitam-me que refira agora um grande pensador da nossa cultura, infelizmente já falecido, o Professor Agostinho da Silva. Admiro este homem e sou um incondicional adepto das suas ideias. Um dos melhores meios que os interessados que ainda o não conhecem poderão ter para bem conhecerem a sua obra e o seu pensamento, será o de seguir os estudos feitos por Epifânio da Silva, *A Via Lusófona*, publicada em 2010 pela Zéfiro, em Lisboa.

A leitura de um seu recente trabalho, que corresponde à publicação em papel de uma selecção de textos que o autor publicou numa dessas modernices chamadas blogue, é para mim música celestial.

E digo isto a sério, visto que as ideias lá expostas equivalem ao que penso. Permitam-me que cite algumas dessas ideias que correspondem a contributos para um reajustamento da condução da nossa vida política, dando ao espaço humano, geográfico, cultural e económico da lusofonia o lugar que devia ter.

- … Portugal, depois do 25 de Abril, quis fazer um corte com todo o seu passado. Exausto da guerra colonial (a maior razão para o golpe de estado), voltou as costas a todo o Ultramar (com algumas consequências bem trágicas), e empenhou-se em "regressar à Europa". Daí essa obsessão de ter a Europa connosco ou ser um bom aluno Europeu.".

A propósito de ser bom aluno europeu eu vi na televisão a chanceler Ângela Merckel, há poucas semanas, a dar aqui ao lado, um trabalho de casa ao primeiro-ministro Zapatero.

- Continuando a citar Epifânio da Silva:

"Passados já mais de trinta anos sobre o 25 de Abril, saradas (ou a caminho disso), as feridas do lado de cá e de lá, com uma nova geração já nascida depois de tudo isso, é tempo de refazer as pontes … Refazendo as pontes com o mundo lusófono, Portugal não está, pois, a renegar a sua condição europeia, mas, ao invés, a cumpri-la: tal como o fazem, de diferentes modos, as outras potências europeias …".

- A propósito da sobrevivência de Portugal:

"… o risco maior à nossa independência seria a língua portuguesa ficar confinada ao nosso território (falamos sempre no plano do médio-longo prazo). Daí a aposta estratégica na lusofonia: é do nosso interesse que a língua portuguesa se continue a falar nos diversos países da CPLP. E também, ponto decisivo, para os outros países da CPLP. Para os países africanos de língua oficial portuguesa, por exemplo, é a língua o grande factor de coesão nacional. Por isso, acredito no futuro da lusofonia.

Tanto mais porque essa plataforma linguística tem virtualidades outras (económicas por exemplo), ainda não de todo exploradas. Por isso em suma, acredito no futuro de Portugal.".

Conclusões

Partilho todas as ideias expostas acima com os seus autores. Aliás, para quem leu o meu modesto trabalho de 2007 publicado na revista Independência ou uma comunicação que tive oportunidade de fazer numas Jornadas do Mar organizadas pela Câmara Municipal da Nazaré em 2005, poderá verificar a justeza desta afirmação.

Além de partilhar estas ideias, estou muito preocupado com o futuro da nossa terra, como aliás devem estar quase todos os presentes nesta sala.

E vimos acima que uma das saídas possíveis poderá ser a via lusófona.

Contudo por razões que todos nós conhecemos, é a nossa integração na Europa que ocupa a maior parte das mentes pensantes do nosso país. Sobre este assunto veja-se um excerto da minha comunicação em 2007, quando comentava a facilidade com que os portugueses aceitaram essa integração:

E é muito fácil convencer o povo a aceitar soluções deste género, visto que até agora a Europa foi uma benevolente fornecedora de dinheiro que, é conveniente assinalar, não corresponde ao esforço produtivo da Nação Portuguesa. Esse dinheiro, a fundo perdido, tem de facto como objectivo a harmonização das economias dos diferentes países, mas a maioria dos votantes apenas sabe que o capital entra, e enquanto entrar não se opõe nas urnas a outras soluções.

E é facílimo também convencer os nossos representantes eleitos ou nomeados para servir nos organismos comunitários na Europa, por razões que não me atrevo a esclarecer, ou que são de desnecessário esclarecimento!

Nada mais actual. Mas agora rebentou-nos a castanha na boca. E perguntamos: *Que fazer*? Será resignarmo-nos a ter como primeira-ministra Angela Merckl e como Presidente da República Carla Bruni? Apesar de apoiar muito mais a ocupação do segundo cargo aqui exposto pela personalidade mencionada, por razões estéticas, tenho esperanças que poderá haver outra solução.

Francamente tenho muita fé numa ligação cada vez mais profunda aos povos que connosco iniciaram uma caminhada a partir do século XV e que só terá tendência para continuar.

Nessa caminhada já participam os oitos estados da CPLP, e por estranho que pareça pretendem acompanhá-los a Suazilândia, as Ilhas Maurícias, o Senegal, a Guiné Equatorial, a Indonésia, a Austrália, não esquecendo a tão próxima Galiza!

E evidentemente não é apenas pelos lindos olhos dos falantes de português. É naturalmente por reconhecimento da importância estratégica de uma comunidade de povos espalhados por todos os continentes e que detêm nos seus territórios vastas riquezas materiais, além das culturais.

A atitude dos estados que pretendem acompanhar-nos nesta caminhada não é mais do que a de seguir o princípio fundamental, por vezes esquecido, da defesa dos interesses dos seus povos. Foi aliás a razão que nos levou, e aos outros povos que se expandiram, a sair dos seus espaços de origem.

É claro que vai demorar tempo a consolidar e executar acções concretas, que produzam resultados palpáveis. Mas na realidade o tempo urge. Os últimos acontecimentos sociais e económicos, na Europa e no mundo, demonstram-no.

Algo se tem feito em Portugal. A CPLP tem evoluído, os seus membros têm sido cada vez mais pragmáticos, os desejos de adesão de outros povos também têm sido encorajadores.

Apesar de o complexo pós-colonial continuar a existir e estar profundamente imbuído nas elites que nos governam actualmente, a nossa política externa parece estar cada vez mais convencida da necessidade de aprofundar as relações com o Brasil, com Angola, com Cabo Verde, com Moçambique. E muitas acções se têm levado a cabo e o tecido empresarial tem sido crescentemente actuante nesses e noutros territórios.

Contudo vou dar-vos apenas um exemplo dos muitos que tenho constatado, em consequência das viagens que pelo mundo lusófono e não só, nos últimos 20 anos tenho feito.

Refiro-me à Tailândia, que este ano comemora os 500 anos do tratado que efectuou com Portugal, a primeira potência europeia com quem teve relações oficiais. Tivemos oportunidade, de visitar a bela e digna embaixada, oferecida a Portugal pelo estado Siamês no século XIX.
Nessa embaixada trabalham, além do casal Embaixador, muito poucos funcionários. E a responsabilidade diplomática abrange uma enorme área do sueste asiático, onde as trocas diplomáticas culturais e económicas seriam extremamente produtivas. Toda aquela área do globo está cheia de salpicos do nosso sangue, pertencentes agora às sociedades dos chamados tigres Asiáticos. Francamente custa-me só ouvir falar na intensificação das nossas relações com a Venezuela, onde na realidade vivem e trabalho meio milhão de Portugueses. Mas e na Malásia, na Tailândia, na Coreia, na Indonésia, e na Índia?

Não sei se se terá demonstrado algum interesse por parte do estado português, uma vez que o Senhor Embaixador na Tailândia não tem ajuda praticamente nenhuma nas suas funções.

Na época actual, é um lugar-comum afirmar que a culpa de tudo quanto de mal se passa no nosso país é da classe política. Há quem preconize a solução que apresentei acima de sermos administrados por outros europeus.

Mas não será o conceito de incriminar desdenhosamente os políticos, perdoem-me a dureza do termo, algo hipócrita? De facto, como é possível fazer política sem políticos, ou como é também possível a democracia sem partidos?

Antes, no antigo regime, também havia partidos: o Partido Comunista, na clandestinidade, e a União Nacional! Portanto, não exageremos.

É claro que eu gostaria que não houvesse tantas pessoas a amanhar-se, desculpemme o termo, durante o exercício da

actividade política.

Mas o que é verdade é que a actividade política é nobre, a dificuldade é encontrar essa nobreza nos que até agora nos têm governado, e refiro-me principalmente à época depois da revolução dos cravos.

Acentue-se que nem todos se comportam da mesma maneira, mas não há dúvida que partidos e políticos têm que existir. Contudo, o que é fundamental é haver uma profunda mudança de atitude perante o serviço público.

E por isso, algo terá que mudar em Portugal.

Às vezes vejo na televisão os parlamentares britânicos a discutirem em instalações que parecem um armazém. Os deputados acotovelam-se em bancadas que mais parecem as que estão desenhadas para praças de touros, apesar de terem algum estofo. Não vejo à sua frente nenhum computador e até não sei se têm microfone. Mas esta é por ventura, a Câmara dos Comuns. A dos Lordes deve ter mais palamenta. Em Portugal só há a dos Lordes!

Também agora, com a internet, todos nós sabemos quanto ganham e quais as regalias dos gestores públicos em Portugal. Apesar de isso ser uma gota de água no orçamento, visto que o que essencialmente conta são as centenas de milhar de pessoas que ganham muito pouco, não será imoral? Parece-me que muitas coisas se terão de copiar do antes do vinte e cinco de Abril.

É fácil achar exemplos de boa administração dos dinheiros públicos durante essa **longa noite**, se se quiser procurar. Mas mesmo que queiram, como estava tudo **escuro e cinzento**, ninguém vê.

Admitindo que a política não deva ser uma profissão, princípio que advogo, e admitindo também que há muitas profissões e cargos que não requerem tanta mordomia, proponho o seu recrutamento para cargos públicos.

Refiro-me, por exemplo, aos militares. E só falo nesta profissão por ser a que conheço melhor. Vejamos por exemplo os da Armada. O comandante de um submarino, que tem sob a sua responsabilidade as vidas de dezenas de pessoas e a segurança física de uma dispendiosa máquina de guerra que tanto custou a adquirir, não tem secretária, telemóvel, automóvel, assessor. Contudo cumpre a sua missão com humildade e ninguém sabe quem ele é.

E o comandante de uma fragata, que agora é só electrónica e mísseis, tudo muito caro! E que possivelmente ganha menos que um maquinista da CP!

Tenho a convicção, talvez deturpada pela minha formação, que é tal a honra que devemos ter em praticar com dignidade o serviço público, que não deverão ser necessárias as mordomias ou chorudos ordenados para aliciar personalidades para o cargo. Porque, diga-se de passagem, o argumento de quem sanciona a despesa com os ordenados é que não se conseguirão recrutar pessoas de qualidade, dada a concorrência privada.

Mas continuando, muito haverá a mudar para seguirmos em frente. E não valerá a pena a chamada sociedade civil clamar aos quatro ventos o caminho a seguir se não houver executores da política preconizada. Por isso mudemos de paradigma como soe dizer-se actualmente.

Quero apenas reiterar a minha convicção de que se deve apostar na lusofonia nos termos expostos acima e de acordo com as opiniões das personalidades que acima referi e de tantas outras pessoas que pensam da mesma maneira. Mas para isso, um dos pilares da nova expansão portuguesa será a difusão e expansão da nossa língua.

Sabemos que custa dinheiro, mas poderei dar-vos uma solução para isso, de entre as muitas que se deverão equacionar: desviar o dinheiro que se irá esbanjar com a projectada e praticamente assente regionalização, no Instituto Camões.

Seria a substituição de uma catástrofe por um renascimento. Se a difusão da língua não abrandar, os empresários segui-la-ão.

Resta-me agradecer a dizer como diria, teria mesmo de ser, Fernando Pessoa:
Ó Mar Salgado, quanto do teu sal são palavras de Portugal.

S.H.I.P., Palácio da Independência, 2011 José Manuel Malhão Pereira

José Manuel Malhão Pereira

[1] Baseei-me essencialmente no Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo.

Ver imagem da capa, inserta abaixo.

Atlas Língua Portuguesa na História e no Mundo

"A Pátria Vos Contempla" Sacadura Cabral e Gago Coutinho no Centenário da 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul

Alocução apresentada pelo sócio da SHIP Dr. Lourenço H. Henriques-Mateus

Senhor Presidente da República. Excelência.

Senhora Ministra da Defesa Nacional

Senhor Almirante Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional

Senhor Almirante Chefe do Estado Maior da Armada

Senhor General Chefe do Estado Maior da Força Aérea

Ilustres Convidados

Alguma coisa temos que fazer para nos considerarmos dignos daqueles que, no passado, nos desbravaram o caminho.

Os protagonistas da 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro (1922).

Estas palavras escritas pelo punho do próprio almirante Gago Coutinho a propósito das navegações quinhentistas, foram aqui postas em prática, há cem anos, por dois oficiais da Armada, secundados por muitos outros camaradas, cujos nomes jazem na penumbra da História, mas a quem hoje aqui cabe também, a glória do feito que celebramos.

Feito, que então se traduziu na 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul nesse tempo, uma extraordinária façanha aeronáutica de repercussão mundial.

Extraordinária, pelas inúmeras dificuldades que apresentava, e pelos incontáveis problemas técnicos e científicos que os comandantes Sacadura Cabral, e Gago Coutinho tiveram que resolver, antes, e durante a viagem.

Proeza, que não estava ao alcance dos mais ousados, mas dos mais aptos pois, nesse tempo de Ares nunca d´antes navegados, não bastava ter um avião e ser audaz para voar com precisão sobre o mar.

Era preciso mais... E muito, muito mais, era aquilo que os dois aviadores da marinha portuguesa em si guardavam, aptos que se sentiam, pela tenacidade que os animava, pela disciplina intelectual e física que tinham, pelo rigor que praticavam, e sobretudo pelo espírito de sacrifício que estavam habituados a devotar à Pátria que serviam.

Mas aptos, também, por serem os mais bem preparados para a missão que se propunham realizar tanto pelos estudos que haviam feito, como pela experiência acumulada, ao longo de anos, como marinheiros e geógrafos militares.

Aptidões que lhes permitiram percorrer o ignoto espaço aéreo

entre Lisboa e o Rio de Janeiro tal como haviam percorrido as terras de África sempre com a vida metida em despesa mas com o menor risco possível e a maior margem de sucesso provável.

Expedição aérea durante a qual patentearam ao mundo a valia dos seu trabalho científico tal como o préstimo dos instrumentos e métodos por ambos desenvolvidos para a prática segura da aeronavegação .

Aeronavegação marítima, que até 1921 (até à conclusão da bem-sucedida viagem aérea entre Lisboa e o Funchal por ambos realizada como ensaio para a Travessia aérea do Atlântico Sul, juntamente com Ortins Betencourt e Roger Soubiran) se revelara tão imprecisa como arriscada.

Imprecisa e arriscada porque, nas quatro viagens aéreas de âmbito mundial até então empreendidas por aviadores de diferentes nacionalidades, em todas se patenteara de maneira diversa, mais arrojo do que ciência, e maior emprego de recursos materiais e humanos do que de métodos científicos e resultados precisos ; Sendo, por isto mesmo, e quando vistas à luz da progressão aeronáutica tão estéreis como irrepetíveis.

Progressão aeronáutica, que desde o termo da Grande Guerra, elevava cada vez mais as asas dos aviões e lhes alargava o raio de acção , vencendo milenares barreiras geográficas e abeirando do mesmo horizonte de progresso povos e culturas.

Horizonte de progresso, que o comandante Sacadura Cabral antevia a seu modo, como JOIA DO OUSAR que foi ! segundo Fernando Pessoa, e sobretudo, como personificação plena da modernidade do primeiro quartel do século XX onde o dinamismo se impunha à indiferença e o desembaraço à lentidão. Porque a presteza se tornara num modo de vida, e o céu num caminho aberto pela humanidade.

Caminho inédito, até então estorvado pela impossibilidade física de interpretar a sinalética do firmamento, quando em voo, tal como o faziam os mareantes sempre que procuravam conhecer a sua posição.

E como novos caminhos exigem tecnologia recente e reconfigurações do pensamento, o comandante Sacadura Cabral avassalou-se sobre os problemas que se impunham, para superar as circunstâncias que os ditavam

Trabalho, que desde logo, contou com os conhecimentos e dedicação do seu caro ex. chefe" o comandante Carlos Viegas Gago Coutinho um geógrafo de mão cheia, diligente e incansável, que ele bem conhecia, pois com ele trabalhara, durante alguns anos, em cenários distantes e circunstâncias inóspitas para o comum dos mortais.

Parceria, que não tardou em dar bons frutos: pois o Corrector de Rumos e a adaptação de um Horizonte Artificial ao sextante, são disso provas palpáveis. Provas, por detrás das quais se ofusca um imenso estudo, de rigor científico, que a Aeronáutica logo tentou conhecer.

Estudo, que nasceu da insatisfação do piloto-aviador, do desejo de saber do geógrafo, e da aptidão dos dois marinheiros para resolver as contrariedades que impediam a prática da aeronavegação .

Num par de anos entre 1919 e 1921, ambos alcançaram os resultados que lhes permitiram abalançar-se na viagem aérea Lisboa – Funchal.

E logo no ano seguinte enriquecidos pelo triunfo aqui estavam mais uma vez, nesta doca junto de nós, que herdara o feliz nome de um convento antigo consagrado a Nossa Senhora do Bom Sucesso.

Bom sucesso, que era aquilo que todos esperavam. Não só os aviadores e homens da Armada envolvidos na preparação e apoio da viagem aérea ao Brasil, mas quantos viam nesta o franquear de um tempo novo para Portugal.

Tempo que viraria definitivamente a página cediça do século XIX, para lançar o país nos valores e rumos da contemporaneidade.

Contemporaneidade que esta viagem implantava no centro da aviação mundial, onde só alguns países jogavam as cartadas decisivas do futuro da aeronáutica.

E foi cientes de tudo isso, que os dois aviadores descolaram do Tejo naquela madrugada de 30 de março de 1922.

Sem gestos efusivos nem grandes despedidas, imersos nos seus próprios pensamentos, em comunhão com a máquina, e aureolados pelo arco-íris passageiro com que a meteorologia os brindou. Para trás, no paredão da doca, deixavam alguns jornalistas e repórteres fotográficos nomes conhecidos, que fixaram o momento com as palavras e imagens que hoje conhecemos.

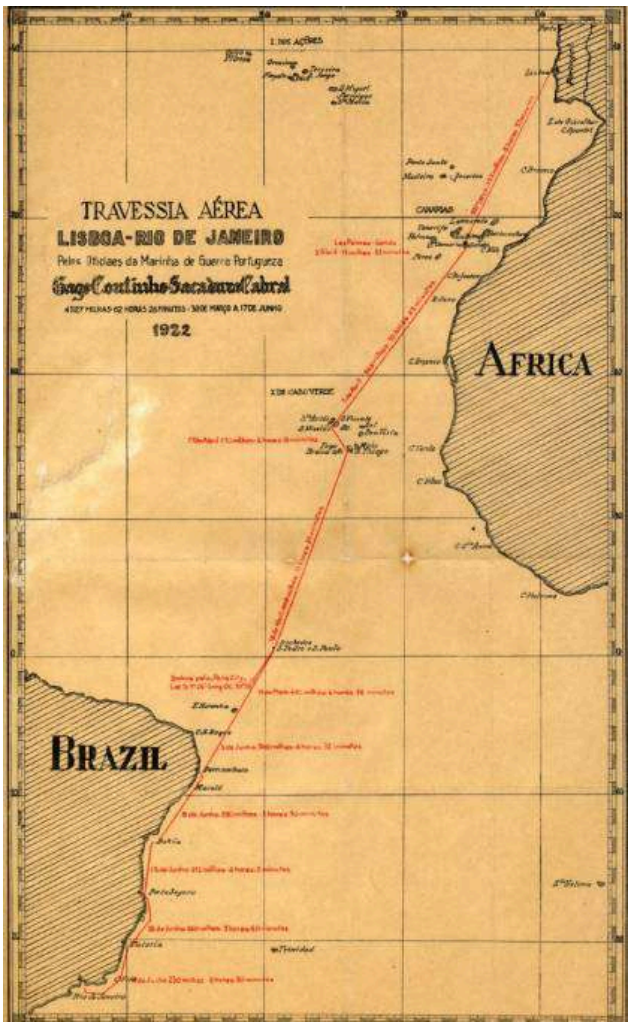
Sacadura Cabral e Gago Coutinho — protagonistas da 1.ª travessia aérea do Atlântico Sul.

Já ao longe, a escassa centena de pessoas que então testemunhou aquele momento inolvidável, pressentiu que era alguma coisa mais do que a esperança que partia com os dois aviadores.

Alguma coisa mais do que uma máquina que se queria levar até ao Brasil, naquele ano em que se cumpria o primeiro centenário da sua independência. Era... qualquer coisa... que a Razão não podia explicar, mas que o coração dos portugueses não tardou em reconhecer nas páginas da sua História.

Já no ar, o que então se pretendia pôr à prova, não era a resistência e o desempenho da uma aeronave construída em Inglaterra, mas a excelência dos conhecimentos científicos e dos instrumentos nacionais que estavam na base da travessia aérea do Atlântico Sul. Usando palavras inspiradas pelos escritos de Gago Coutinho não era o realejo que movia os dois aviadores navais, mas a intenção de comprovar, na prática, o rigor dos seus métodos de aeronavegação.

Prova, que Sacadura Cabral e Gago Coutinho não podiam entregar em mãos alheias, por imperativo intelectual que ambos assumiam sem vaidade pois, se os seus cálculos não estivessem certos, só a eles caberia pagar o preço supremo do seu erro.



Travessia Aérea

Certeza que se confirmou na etapa de 18 de Abril de 1922, que decorreu entre Porto Praia e os minúsculos Penedos de S. Pedro, já território Brasileiro, quando foram percorridas 918 milhas náuticas em 11 horas e 21 minutos, sem qualquer apoio externo, comunicações, ou outros meios de orientação para além daqueles que se achavam a bordo.

Momento em que se levou até ao extremo dos limites possíveis e muito para lá dos aceitáveis todo o rigor da aeronavegação executada por Gago Coutinho e da Pilotagem realizada por Sacadura Cabral, no termo do qual se atingiu um ponto pré-determinado, onde navio República os aguardava.

Foi isto que maravilhou o mundo daquela época. E foi isto, também, o que reconciliou momentaneamente os portugueses e uniu as nações Lusíadas em torno do mesmo abraço.

Volvidos dois anos sobre este dia supremo o mar arrebatou para sempre Sacadura Cabral.

Gago Coutinho sobreviveu-lhe quase três décadas e meia, tempo bastante para a Aviação mudar a face do mundo. Mas... o tempo.. não conseguiu apagar do mundo a façanha que inscreveram na História.

Quando daqui partiram, nessa alvorada de Março, Sacadura Cabral e Gago Coutinho eram apenas dois homens com uma missão por cumprir. Decorrido um século neste mesmo lugar da partida é a Pátria Reconhecida que os contempla. Porque a Pátria e a Ciência souberam Honrar.

Dr. Lourenço Henrique Henriques Mateus

Portugal. Uma individualidade política na Europa cristã medieval.

José Varandas

A bula Manifestis probatum de 23 de maio de 1179
Conferência apresentada à Sociedade Histórica da Independência de Portugal
23 de maio de 2021

José Varandas [1]

Representação do Imperador Afonso VI de Leão.

Pelo terminar da década de vinte do século XII, os anos de 1128 e 1129 marcam decisivamente o início da tomada de poder pelo jovem D. Afonso Henriques no Condado Portucalense e o início de um percurso que levaria ao reconhecimento da independência de um vasto território que até aí integrava o reino de Leão. A maioria dos historiadores portugueses, e os programas de ensino da História de Portugal, são unânimes em afirmar que em 1139, com a vitória na mítica batalha de Ourique, o prestígio político do jovem príncipe aumentou consideravelmente e passou a intitular-se rei de Portugal, título que foi reconhecido no Tratado de Zamora pelo seu primo, Afonso VII, imperador de todas as Espanhas.

O condado crescia em capacidade militar a olhos vistos, mas a ameaça leonesa, e as suas eventuais represálias, estavam sempre presentes e limitavam bastante a ambição secessionista da maioria da nobreza portucalense, e dos moçárabes de Coimbra. E Afonso Henriques, tenente dos territórios de Astorga, era vassalo de Leão. Faltava, por isso, o reconhecimento do papa, a autoridade internacional por excelência à época, sobre a legitimidade, a todos os níveis, da independência portuguesa.

D. João Peculiar, Arcebispo de Braga.

Em 1143 os esforços diplomáticos de elementos muito próximos do conde portucalense, mas com algum prestígio junto da Santa Sé, conseguem que em Roma seja aceite um juramento de vassalagem ao papa, e que é renovado no ano seguinte como o demonstra a carta Claves regni celorum, onde o novo vassalo se compromete a pagar um censo anual de quatro onças de ouro. Em contrapartida o documento papal garantia a proteção pontifícia e que nenhum poder espiritual ou temporal interferisse no governo das terras portuguesas. O chefe da missão foi o arcebispo de Braga, D. João Peculiar, mas

este esforço diplomático obteve um sucesso parcial. A iniciativa contrariava a política de Roma: a Santa Sé entendia que se impunha, na Hispânia, a união dos reinos e demais territórios cristãos sob a coordenação de um poder único, o do imperator Afonso VII, que melhor garantisse a vitória final sobre o Islão. Lúcio II, pela bula *Devotionem tuam*, de 1 de maio de 1144, aceita a vassalagem, o censo anual e a doação do território, mas dá a Afonso Henriques simplesmente o título de *dux Portugallensis*, ignorando as contrapartidas pedidas pelo líder português.

Azulejo evocativo do tratado de Zamora

Mas o esforço diplomático do Condado vai continuar. Os vários papas que se sucedem são informados sobre os sucessos militares do comando português que vai alargando as fronteiras por terras do Alentejo e das Beiras, valorizando cada vez mais o território que havia sido doado à Santa Sé. E, em 1173, o cardeal-legado, D. Jacinto, já incluía D. Afonso entre os reis peninsulares. Finalmente, oito anos depois, a 23 de maio de 1179, Alexandre III concede-lhe o título de rei de Portugal, não a título de graça, mas por ter ficado provado, *manifestis probatum est*, que os feitos militares do príncipe amplamente o mereciam.

Sem dúvida a suserania papal era preponderante sobre todos os sistemas de poder existentes na Europa cristã e a autoridade do Papa aumenta durante o pontificado de Alexandre III. Os esforços portugueses foram consideráveis e pacientes e D. Afonso Henriques ao tornar-se dependente da Santa Sé e prestando vassalagem ao papa vem a obter o apoio indispensável para garantir uma independência já adquirida de facto, mas que custou a ser confirmada expressamente pela única autoridade que a podia conceder. O teor da bula recebida é bem claro sobre a concessão do privilégio solicitado.

A independência, e o título de rei que a sustém, são concedidos pelos serviços prestados pelo príncipe português à *Cristianitas*, à Igreja, pela propagação da fé cristã e dos êxitos sucessivos na guerra travada contra os muçulmanos. Para sempre ficará preservada a memória de D. Afonso Henriques, um exemplo perfeito de um príncipe escolhido pela Providência divina para governar e salvar o seu povo. Assim, o papa, sublinhando as qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo, toma D. Afonso Henriques sob a proteção de São Pedro, concede e confirma por autoridade apostólica ao seu domínio o reino de Portugal com todas as honras inerentes à realeza, bem como as terras que arrancara das mãos dos sarracenos e nas quais não podiam reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. O privilégio estende-se a todos os seus descendentes, prometendo o papa defender esta concessão com todo o seu poder supremo.

Pela primeira vez, o Santo Padre declarava de forma inequívoca o reconhecimento de Portugal como reino e de D. Afonso Henriques como rei, e salvaguardava os territórios adquiridos na guerra como fazendo parte integrante de Portugal. Foi um passo decisivo para a independência de Portugal e para D. Afonso Henriques, então já muito perto dos 70 anos de idade, que via finalmente ser-lhe reconhecida a dignidade e o título de rei.

Mas Portugal não era já independente, desde o Tratado de Zamora?

De acordo com os termos ali assinados, em 1143, Afonso VII de Leão e Castela já tinha reconhecido Portugal como reino e D. Afonso Henriques como rei, mas isso não era suficiente. O rei leonês intitulava-se imperador e, portanto, apelidar o seu primo de rei era até uma forma de aumentar o seu próprio prestígio entre a Cristandade. Por isso a estratégia de D. Afonso Henriques e dos seus homens, nomeadamente de D. João Peculiar, arcebispo de Braga, visava obter o reconhecimento direto do papa, devido à importância que este possuía na cristandade europeia da época. Aquele influente clérigo declarou o príncipe português vassalo da Santa Sé e manobrou nos meandros diplomáticos da cúria papal para obter a separação e a primazia do arcebispado de Braga sobre Toledo e Santiago de Compostela. Um pormenor de importantes consequências futuras. Esta posição fazia naturalmente parte de uma estratégia diplomática mais vasta, junto de outros reinos da Europa, para acentuar a distinção e a autonomia de Portugal como reino soberano e independente. Mas continuava a faltar o reconhecimento da Santa Sé, que só chega depois de 40 anos de esforços dos diplomatas portugueses.

Sobressai, aqui e hoje, uma pergunta. Por que demorou tanto tempo, esse reconhecimento?

O processo português foi naturalmente lento porque dependia da alteração da conjuntura internacional. O reconhecimento da independência de Portugal não agradava ao conjunto Leão-Castela. Mas a morte do imperador Afonso VII e a separação desses dois reinos, em 1157, assim como a emancipação

definitiva de Aragão, facilitou as pretensões portuguesas. Também, por esta altura, a autoridade do papado estava enfraquecida, com o envolvimento em querelas constantes com o Sacro Império Romano-Germânico e o surgimento de vários antipapas. Mas a eleição de Alexandre III, em 1159, alterou este cenário. Este enérgico papa pretendia desempenhar novamente um papel interventivo na cena política internacional. No mesmo ano em que emitiu a bula *Manifestis probatum*, convocou o 3º Concílio de Latrão, no qual a Santa Sé voltou a afirmar-se como o árbitro da Europa. O reconhecimento de Portugal e de D. Afonso Henriques constituiu, portanto, um sinal de afirmação da autoridade papal.

Mas, voltemos um pouco atrás. O ano de 1131 testemunhou em contexto ibérico uma alteração que viria a revelar-se num futuro não muito longínquo, um dos mais determinantes momentos subjacentes ao processo de transformação de um pequeno condado, localizado no extremo mais ocidental da Europa, numa nova unidade política autónoma e relevante no contexto europeu medieval. No rescaldo da vitória de São Mamede, em 1128, D. Afonso Henriques deslocara o núcleo da antiga residência condal, em Guimarães, para a região de fronteira junto ao Mondego, estabelecendo-se em Coimbra no ano de 1131. Muito tem sido escrito sobre as motivações que levaram o príncipe português a realizar esta mudança para a região onde, livre da influência da nobreza de Entre Douro e Minho, passa rapidamente a apoiar-se política e militarmente noutras instâncias, como Santa Cruz de Coimbra, os cistercienses e a Ordem do Templo.

Na base da emergência de um reino onde descobrimos a raiz de uma entidade que prevaleceria ao longo de quase 900 anos, encontrou-se a perspicácia de uma visão que soube bem compreender desde o primeiro momento, que a resposta às suas ambições pessoais se encontrava muito para lá das fronteiras do seu pequeno condado e para lá das fronteiras peninsulares. A política de D. Afonso Henriques e dos seus homens de confiança acompanha, desde a primeira hora com grande previdência, as oscilações nas relações de forças desencadeadas pelas disputas entre os reinos europeus e o papado.

Num período não muito extenso, compreendido entre os finais do século XI e os inícios do século XII, mais concretamente entre o final da Primeira Cruzada à Terra Santa (1096-1099) e a emergência de Alexandre III (1159), o panorama político e religioso europeu sofre alterações significativas e perduráveis. Ao cisma da Cristandade (1054), que fraturou o mundo cristão e determinou a sua partição entre a Igreja do Oriente, ortodoxa, e a Igreja do Ocidente, católica, seguiu-se a Reforma Gregoriana (1073), que beneficiava os bispos e os mosteiros a favor da liturgia Romana, dando argumento à chamada «Querela das Investiduras». O conflito, que se consubstanciou na disputa pelo poder do «colapsado» Império Romano do Ocidente, entre o Sacro Império Romano-Germânico e a Igreja, não redundou simplesmente numa contenda pela legitimidade de nomeação dos membros do clero para os cargos religiosos, mas antes numa disputa entre os dois maiores potentados da época pela primazia política sobre o Ocidente e o direito a conduzir os destinos da Cristandade.

As consequências do confronto, que se arrastaria de modo mais ou menos inflamado até 1122, marcariam os finais do século XI e todo o século seguinte, ao mesmo tempo que se desencadeavam as primeiras campanhas militares empreendidas sob o pretexto de granjear para a Cristandade a libertação do túmulo de Cristo. As cruzadas, iniciadas em finais do século XI, originavam verdadeiros movimentos coletivos do Ocidente medieval, tendo afinidades com processos análogos, como foi o caso da Reconquista Ibérica. Na Hispânia, o esforço de conquista territorial aos muçulmanos nunca deixara de ocupar um lugar importante no plano da legitimação do prestígio e poder régios, que podiam ser alcançados sem necessidade de embarcar em jornadas aos territórios longínquos da Terra Santa.

Cisma do Ocidente, Reforma Gregoriana, «Querela das Investiduras» e Cruzadas trataram-se, portanto, de elementos centrais no processo de emancipação do poder da Igreja em relação ao Império. No rescaldo da assinatura da Concordata de Worms, em setembro de 1122, o equilíbrio de poderes no Ocidente começou claramente a pender a favor da Igreja, caminhando-se no sentido da centralização do poder da cristandade ocidental numa única autoridade, soberana e livre do controlo de outros potentados e que encontrava o seu expoente máximo na figura do papa, descendente da linhagem de São Pedro e representante supremo de Deus na Terra.

Este princípio de teorização da soberania, a chamada teocracia papal, que concebia a fusão do poder material e do poder espiritual, a favor da dominância deste último, só se efetivaria formalmente com Inocêncio III (1198-1216), mas é fruto de um longo processo que encontra na primeira metade do século XII a sua fase fundamental de consolidação. Esta reconfiguração do equilíbrio de poderes não passa despercebida aos reinos cristãos que, bem conscientes da entidade detentora da primazia política, voltavam o olhar para Roma, onde o sólio pontifício se encontrou durante grande parte do início do século XII ocupado por sumo-pontífices filiados à poderosa ordem cluniacense.

Papa Inocêncio III

Mas no século XII o declínio de Cluny e do seu modelo monástico entre as altas esferas começa a tornar-se tangível e abre caminho à alteração de poderes na cúria papal e no ocidente cristão, mediante o processo de multiplicação de novas correntes associadas a experiências de vida eremítica, que tinham começado a proliferar a partir da segunda metade do século XI em França e Itália, a par da emergência da Ordem de Cister. Esta nova Ordem converter-se-á numa importante via de difusão da reforma monástica em curso. É nesta Europa em transformação que as ordens religiosas militares, como a Ordem do Templo, conquistam o seu lugar como elementos-chave da atuação política do maior potentado do período. O papa acompanhava atentamente, a partir de Roma, as dinâmicas internas das pequenas unidades políticas em desenvolvimento, de modo a controlar a emergência de possíveis ameaças ao seu poder.

Encontramos desde cedo presentes em território português, tanto a Ordem do Templo como a Ordem de Cister, ambas ocupando um lugar importante na política desenvolvida por D. Afonso Henriques, que desde o início procurou associar a sua demanda pelo reconhecimento papal, às correntes e tendências religiosas em ascensão. Os templários contaram desde cedo com o favor da liderança portucalense. Tal como Afonso I de Aragão, o príncipe português adotou uma política de doações às ordens religiosas militares. No ano de 1129 confirma a entrega da importante posição estratégica de Soure à Ordem do Templo, que nas décadas seguintes desempenharia um importante papel nas conquistas de Santarém e Lisboa.

Não menos relevante neste contexto é o apoio que o dux concede ao ideal da «vida apostólica», fruto da reforma monástica de Cister que procurava, entre outros elementos, o retorno à intervenção no século, de que se tinha afastado o clero catedralício de Cluny. Os monges de Cister desempenhavam funções diplomáticas ao serviço quer do poder papal, quer dos monarcas da cristandade, sendo enviados como representantes, legados e intermediários entre as autoridades dos reinos e a Santa Sé.

A importância de Santa Cruz de Coimbra, cuja história é quase tão antiga quanto a da própria nacionalidade, não se limitaria apenas ao facto ter sido aí o local eleito por D. Afonso Henriques para começar a construção da sua corte régia. Para além de Santa Cruz se ter afirmado enquanto principal centro do conhecimento no interior das fronteiras portuguesas no século XII, cabendo aos monges regrantes a produção de narrativas de grande importância no reconhecimento de iure do reino português perante o papado, é a este mosteiro que se associam alguns dos mais importantes conselheiros e «agentes» ao serviço do dux português, como D. Telo, o seu fundador, São Teotónio, o seu primeiro prior, e acima de tudo, D. João Peculiar que desde cedo associara a sua causa à ambição pessoal do líder português.

Se a responsabilidade temporal era de D. Afonso Henriques, a D. João Peculiar cabia a responsabilidade em todas as questões do foro religioso. Sagrado bispo do Porto em 1137, Peculiar ver-se-ia elevado logo no ano seguinte à função arcebispal da arquidiocese de Braga, posição a partir da qual, com base numa teorização e argumentação bem fundamentadas, conquistaria junto das mais influentes personalidades do século XII, o apoio necessário ao projeto político autonomista, ao qual a Providência divina reconhecia legitimidade. Era necessário deixar que essa vontade divina e que os próprios atributos militares de D. Afonso Henriques se expressassem, não só perante o papado, mas diante de toda a Cristandade. Um feito de armas grandioso consubstanciado na conquista estratégica de uma grande cidade, como Lisboa, ao infiel preencheria plenamente esses requisitos. Mas tamanho projeto implicaria um esforço coletivo coordenado e seria merecedor de um planeamento detalhado em todas as vertentes.

Aproximava-se o momento de pôr a diplomacia ao serviço do poder, e D. Afonso Henriques, rodeado de homens de confiança conhecedores dos meandros da política da época, encontrava já estabelecidas as bases fundamentais para começar a desenvolver este seu empreendimento. Acima de tudo, estava bem consciente das entidades que reuniam o poder para catapultar o seu pequeno território, isolado no extremo mais ocidental da Cristandade, de um condado disputado a um reino reconhecido. Era necessário que os seus triunfos militares se equiparassem às conquistas diplomáticas de D. João Peculiar,

pois a guerra far-se-ia em duas frentes: no plano militar e, acima de tudo, no plano político e eclesiástico.

A Cristandade tinha o olhar voltado para a Península Ibérica, onde desde 1139 assistia aos sucessivos triunfos do imperador leonês no avanço da ofensiva "reconquistadora" contra o mundo muçulmano, fragilizado pelas disputas almorávidas. O rei de Leão e Castela passa à ofensiva entre 1139 e 1144 com êxitos retumbantes sobre forças e praças muçulmanas e as suas sucessivas vitórias militares precipitam D. Afonso Henriques a procurar ainda em 1142, sem grande preparação prévia, conquistar a cidade de Lisboa, visto que não contava ainda com o prestígio de grandes conquistas e tardava a estabelecer laços matrimoniais, como fizera o seu primo leonês com Berengária de Barcelona, logo em 1128.

Essa constatação deve ter levado o comando português a orientar todos os seus esforços para o planeamento de um feito de armas com o aparato daquele que viria a verificar-se em 1147, mas desta feita com um conhecimento muito mais profundo da realidade que defrontavam e acima de tudo, com apoios de peso que seriam conquistados, não pelas armas, mas por via de uma movimentação bem ponderada no plano diplomático. Talvez em 1142 encontremos não uma primeira tentativa de conquista da cidade, mas antes um empreendimento promovido pelo príncipe português com o objetivo de testar as defesas muçulmanas, estudar o terreno e atrair a atenção de intervenientes do exterior. Mesmo não se tendo conquistado a cidade, a riqueza de Lisboa atrairia muitos cruzados que voltariam mais tarde a participar no cerco de 1147.

O verão do ano de 1143 ficou marcado pela chegada à Península Ibérica do cardeal Guido de Vico. A terceira visita do legado apostólico decorria num momento politicamente conturbado para a Santa Sé. O Concílio de Latrão (1139) que comemorara o fim do Cisma, estivera longe de pôr fim à instabilidade em Roma, onde às vésperas da sua morte, Inocêncio II se via política e militarmente pressionado.

Numa lógica oposta à que orientava o projeto político de Afonso Henriques, Rogério II da Sicília aproveitando-se, por um lado, da proximidade geográfica a Roma, onde recentemente tinha sido criada uma comuna hostil ao pontífice e, por outro, do desinteresse do novo imperador germânico, Conrado III (1093-1152), face a questões relacionadas com a proteção papal, envereda por uma lógica de conflitualidade com o poder estabelecido e ataca a cidade de Roma, em 1139. Inocêncio II foi capturado na batalha de S. Germano, sendo forçado a reconhecer a Rogério o título régio.

A instabilidade provocada pelo episódio abala fortemente a soberania do poder papal, que a Igreja procuraria nos anos seguintes reforçar perante as monarquias europeias. A vinda de Guido de Vico à Península Ibérica visava não só reunir apoios políticos e financeiros para Inocêncio II (1130-1143), mas também atender a problemáticas de natureza eclesiástica relacionadas com a luta pelo primado da Hispânia e com as questões resultantes do complexo processo de definição das fronteiras diocesanas.

Situada no extremo ocidental da Europa, a Península Ibérica contava com uma particularidade vantajosa para o papado: constituía um meio privilegiado de acesso aos metais preciosos provenientes de África e do Oriente, através do mundo muçulmano. Contudo, o pagamento de elevadas quantias à Santa Sé por parte dos mosteiros ibéricos e a questão da isenção diocesana depressa se converteram em focos de quezília com Roma, já que as políticas centralizadoras que tinham resultado da Reforma Gregoriana, e que desde então a Igreja se tinha esforçado por implementar, promoviam o abandono do modelo organizacional assente na autonomia jurisdicional de cada bispo, que se encontrava ainda profundamente enraizado na tradição eclesiástica ibérica.

Pormenor da estátua de D. Afonso Henriques, Guimarães.

A vinda de Guido de Vico tinha, portanto, propósitos que visavam a garantia da manutenção da influência política e religiosa do papado sobre a Península Ibérica. Mas D. Afonso Henriques tinha planos para capitalizar a favor do seu objetivo autonomista a visita do legado pontífice, que se dirige primeiro a Portugal.

O ano de 1143 é frequentemente apontado como o marco que assinala o nascimento da nacionalidade. Não é, contudo, o reconhecimento da realeza de D. Afonso Henriques por parte do imperador leonês, pacificamente acordada em outubro desse ano, em Zamora, sob mediação de Guido de Vico, que determina o momento decisivo no processo de construção de uma independência política, mas antes a cisão com o estado de dependência jurídica em que o reino de Portugal se mantinha perante Leão e Castela. No dia 13 de dezembro de 1143, D. Afonso Henriques, que antes do encontro com Afonso VII em Zamora prestara homenagem à Santa Sé em Coimbra na presença do cardeal Guido de Vico, enviou à cúria pontifícia D. João Peculiar com a sua carta de vassalagem, a Claves Regni Celorum. O príncipe português prometia assim ao papado o pagamento de um censo anual e sublinhava não reconhecer autoridade a mais nenhum poder secular ou eclesiástico. D. Afonso enveredava pela mesma estratégia anteriormente adotada por Sancho Ramirez de Aragão (1068), Bernardo II de Besalú (1077) e Berenguer Ramon II (1090), que tinham recorrido ao estabelecimento de ligações de vassalagem ao papa como meio de autonomização dos seus recém-formados reinos.

A resposta à Clavis Regni Celorum chegaria apenas em maio de 1144, através da bula *Devotionem Tuam*, mediante a qual Eugénio III (1145-1153) oficializava a vassalagem do líder português à Santa Sé. A confirmação da carta de juramentum pelo papa consumava um triunfo importante para D. Afonso Henriques, que assim furtava à autoridade jurídica do imperador leonês não só os territórios já por si dominados, mas também os que viria nos anos seguintes a conquistar. No entanto, o mesmo papa que o tinha reconhecido enquanto *miles Santi Petri* referia-se-lhe apenas como *Filio Ilustri Portugalensium Duci* e não como *rex*. Os canonistas da cúria papal tinham progressivamente adotado os rigorismos de São Rufo de Avinhão, o que se consubstanciara num aumento da importância atribuída às definições precisas dos títulos nobiliárquicos, e num endurecimento dos parâmetros mediante os quais esse título era atribuído.

Para além disto, por 1143 o maior triunfo militar de D. Afonso Henriques até então, a vitória em Ourique (1139), não tinha resultado numa conquista territorial para a Cristandade. O príncipe português teria de esperar até 1179 para lhe ser visto reconhecido oficialmente o título régio pela *bula Manifestis probatum*, mas esse título de pouco lhe serviria se em 1143 não tivesse dado um passo crucial ao subtrair a sua unidade política ao domínio feudal do imperador leonês, fazendo-se vassalo do maior potentado do período. A Santa Sé, por sua vez, intervinha ativamente a favor da reconfiguração política que se operava na Península Ibérica, onde por meados do século XII se consumaria o estilhaçamento de mais um império em várias unidades políticas: Leão e Castela, Aragão-Catalunha, Navarra, sultanato de Granada, e Portugal.

A notícia da queda de Edessa às mãos do governador de Mossul no dia 24 de dezembro de 1144, ao fim de três meses de cerco, chegaria à Europa trazida por mercadores italianos e por peregrinos que no verão de 1145 regressavam da Terra Santa. Se inicialmente a perda do principado não tem grande eco no Ocidente cristão, em outubro de 1145, quando o relato dos massacres de inúmeros cristãos chega ao conhecimento do pontífice em todo o seu detalhe, por intermédio de uma delegação de bispos arménios, o papa Eugénio III toma uma posição.
À data da chegada destas notícias, encontravam-se presentes na cúria pontifícia alguns emissários régios de Afonso VII de Leão, que se tinham deslocado a Roma para apresentar queixa contra a recusa de D. João Peculiar em reconhecer o primado de Toledo. Os legados régios teriam igualmente alertado o pontífice para a crítica situação em que se encontravam os reinos cristãos em território ibérico, perante o avanço da ofensiva dos Almóadas, e tinham saído de Roma na posse de uma bula papal que prometia a indulgência a todos os que tomassem parte na guerra contra os muçulmanos na Península Ibérica. E assim, a partir de 1145 o imperador leonês inicia a sua cruzada no vale do Ebro, pondo cerco a Córdova, em maio de 1146, e conquistado Calatrava em janeiro de 1147.

Pouco depois da partida dos emissários de Afonso VII, Eugénio III publica, no dia 1 de dezembro, a encíclica *Quantum Praedecessores*, dirigida ao rei de França, que anuncia publicamente a sua intenção de participar na cruzada à Terra Santa numa assembleia de barões em Bruges, no dia de Natal de 1145, decisão que não é recebida com agrado por parte do seu conselheiro mais próximo, o abade de S. Denis, Suger. Mas a adesão à ideia de participação numa nova Cruzada revelou-se dececionante o que obrigou a que em março de 1146 o papa publicasse nova *Quantum Praedecessores*, e apelasse à sua divulgação por parte de uma figura de incontestável autoridade na Cristandade ocidental: Bernardo de Claraval.

É ainda no ano de 1145 que se sabe em Santa Cruz de Coimbra da queda do principado de Edessa às mãos dos muçulmanos, e do início da pregação de uma Segunda Cruzada por Eugénio III. O arcebispo de Braga, D. João Peculiar, tendo abandonado a corte pontifícia em Roma, onde se dirigira inicialmente entre 1143-1144 para solicitar a Lúcio II a resposta ao pedido de vassalagem de D. Afonso Henriques, demorara-se antes do seu regresso a Portugal numa importante visita à corte de Amadeu III de Sabóia. Aí apresentara a proposta de casamento de Afonso Henriques com a princesa Mafalda. É já em maio de 1146 que voltamos a ter notícias do arcebispo de Braga em Portugal, momento de que data também a primeira notícia de D. Mafalda de Sabóia no reino. D. João Peculiar teria integrado o séquito que acompanhou a princesa até Portugal, onde irá casar com D. Afonso Henriques em abril desse ano, em Coimbra.

político face ao imperador leonês, tendo determinado a aproximação de D. Afonso Henriques ao único verdadeiro imperador, cujo título resultava da *translatio imperii*.
A conjuntura geopolítica progressivamente fragmentada no centro da Europa às vésperas do início da Segunda Cruzada não favorecia o imperador germânico, progressivamente pressionado pelo monarca francês. Conrado III tinha interesses evidentes em que o rei português conquistasse a sua autonomia em relação a Afonso VII, já que essa autonomia consumaria de forma irreversível a fragmentação da Península Ibérica em cinco pequenas unidades políticas, e determinaria o desaparecimento do potentado do Império Hispânico, um aliado potencial de Luís VII, a que o rei de França efetivamente viria a recorrer mais tarde, procurando associar-se ao monarca leonês por via do matrimónio com a sua filha, Constança de Castela.

Mafalda de Saboia (ou Matilde, em francês), primeira rainha de Portugal.

O território leonês no século XII

O ponderado enlace com D. Mafalda não poderia ter decorrido em melhor momento para o rei português. O consórcio consumava-se num cenário em que os preparativos para a Segunda Cruzada ocupavam as atenções imediatas das poderosas monarquias cristãs, as mesmas com as quais D. Afonso Henriques forjava agora estreitas relações fora do círculo das casas reinantes ibéricas. A decisão revelar-se-ia a curto prazo prolífica para o líder português em múltiplas vertentes. D. Mafalda era filha de um vassalo do imperador germânico e prima do rei de França, Luís VII. O futuro reino de Portugal vinculava-se deste modo aos poderes mais próximos do centro da Cristandade, à terra onde vivera o mítico imperador Carlos Magno.

O matrimónio do príncipe português para além de ter sido encarado pelas cortes europeias como uma conquista prestigiante para o futuro reino de Portugal, possibilitou a D. Afonso Henriques uma associação ao movimento cruzadístico promovido por Bernardo de Claraval, já que Amadeu III, tal como o monarca francês, revela-se um entusiasta participante na Cruzada. Por outro lado, tinha permitido ao príncipe português dar mais um passo no sentido do distanciamento

O casamento de D. Afonso Henriques com a filha de Amadeu III consumava-se no mesmo dia em que Bernardo de Claraval pregava em Vézelay a Cruzada. A ligação portuguesa àquele abade, oriundo de uma família nobre da Borgonha, remontava a 1138, ano em que terão ocupado o mosteiro de São João de Tarouca monges vindos da abadia francesa, provavelmente por influência de D. João Peculiar. Não teria passado despercebido ao arcebispo de Braga o ascendente do abade de Claraval entre as altas esferas do poder, nas numerosas ocasiões em que ao longo da década de 1130 frequenta a cúria pontifícia pela mesma altura que Bernardo. Peculiar terá favorecido perante ele a imagem do cristianíssimo príncipe português, que desde cedo acolhera em Portugal a observância cisterciense e promovera a criação de eremitérios, ao mesmo tempo que se empenhava na luta contra o infiel. O resultado das visitas de Peculiar à cúria romana refletir-se-á na multiplicação do número de casas cistercienses em território português a partir de 1140 e nas importantes doações régias às Ordens Militares
As notícias da retumbante pregação de Bernardo perante o monarca francês e a sua corte, na abadia cluniacense de

Vézelay, espalham-se com a eficácia pretendida pela Europa, chegando rapidamente ao longínquo reino de Portugal, onde são acolhidas com o maior agrado pelo arcebispo de Braga. Pouco tempo depois partia do território português um mensageiro, possivelmente o próprio irmão do rei que tinha intenções de partir com os cruzados para combater na Terra Santa, ou um templário eleito por D. Afonso Henriques, com uma carta enviada pelo rei português a S. Bernardo. O abade de Claraval estava nos territórios do Norte, onde se demorara entre julho de 1146 e janeiro de 1147 em missão pelas terras do Reno e dos Países Baixos. Aí o encontra o enviado português, que faria chegar sem demora a Portugal a resposta do cisterciense. O abade, ao corrente de «todas as coisas necessárias», reúne um exército para ir em auxílio do rei dos portugueses que em menos de um mês concretizaria por fim a conquista da opulenta cidade de Lisboa.

Costuma-se dizer que Portugal foi construído pela vontade política de um povo e como se sabe, o título de rei atribuído a D. Afonso Henriques aparece, pela primeira vez, em documento autêntico, datado de 10 de abril de 1140. No entanto, a Santa Sé só o reconheceu como rei e Portugal como reino, passados 39 anos, ou seja, em 23 de maio de 1179, o dia que hoje celebramos. Perante este facto, muitos de nós têm-se interrogado por que razão a Sé Apostólica retardou tantos anos o reconhecimento desse título, seis anos antes do monarca português morrer. É óbvio que se torna difícil apontar, com toda a segurança, uma causa determinante de tão importante e tardia decisão pontifícia.

Mas sublinhemos um acontecimento bastante significativo. Tem de ser relacionado o envio da bula de Alexandre III com o testamento do príncipe de Portugal. O testamento régio é feito em fevereiro de 1179. Três meses depois, ou seja, em 23 de maio de 1179, foi-lhe concedida a bula de reconhecimento de título de rei. Parece haver, portanto, uma estreita relação entre os dois acontecimentos. Tanto mais que no testamento manda distribuir vinte e dois mil maravedis, guardados no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra aos pobres e à própria Igreja nas suas instituições.

O silêncio pontifício que cai sobre os 39 anos talvez ainda exija uma profunda investigação. Muitos apontam para a necessidade de ter de ser criado um facto novo que levasse a Santa Sé a repensar a sua posição de tantos anos. E essa novidade que motivou Alexandre III a reconhecer D. Afonso Henriques como rei pode ter estado no pormenor de o monarca decidir duplicar o montante do censo, num total de dois marcos de ouro. E a partir desse momento, desapareceram as objeções da Cúria ao reconhecimento do título de rei. É incontestável que a oferta régia precedeu a concessão do título de rex. E não há dúvida que a quantia adequada é o facto novo.

A bula *Manifestis probatum* é um momento importante no processo de afirmação de Portugal como nação independente. A bula reconhecia no primeiro rei português todas as capacidades para cumprir os seus deveres e responsabilidades para com os seus súbditos. Para lá da força das armas como vetor de legitimidade do seu poder, D. Afonso Henriques via expressa no documento pontifício toda a sua legitimidade como soberano de Portugal e dos portugueses.

Professor Doutor José Manuel Varandas no uso da palavra.

[1] Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa.

Notas sobre a vida e as representações do Condestável Nuno Álvares Pereira

Pedro Albuquerque [1]

Nota introdutória

Como guerreiro e homem de fé, Nun' Álvares Pereira é um nome sonante na História de Portugal e na construção da identidade portuguesa e, com muita probabilidade, como antepassado comum de grandes famílias reais europeias.

Para compreender esta personagem, assinalam-se alguns acontecimentos chave da época em que viveu, bem como as suas representações em Portugal e Espanha. Estas, por sua vez, devem entender-se como reflexo dos valores e mentalidade das sociedades[2] e permitem afirmar que o Condestável foi admirado nos dois lados da barricada. Deve, por isso, recordar-se que esta importância, sobretudo do lado lusitano, está intimamente relacionada com o fato de boa parte da narrativa histórica portuguesa ter sido construída em torno da luta contra os muçulmanos e castelhanos[3] .

Estas breves notas servem, portanto, para assinalar alguns eventos importantes da vida do Condestável e o modo como as gerações seguintes o lembraram.

A Europa no século XIV, segundo Jaime Nogueira Pinto,

1. A vida: de Nun'Álvares Pereira (1360 – 1422) a Nuno de Santa Maria (1422- 1431)

Nun'Álvares Pereira nasceu em Cernache de Bonjardim a 24 de junho de 1360, no reinado de D. Pedro. Filho de Iria Gonçalves do Carvalhal e de Álvaro Gonçalves Pereira, aos 13 anos começou a servir Leonor Teles e, pouco tempo depois, foi armado escudeiro. Começava assim o percurso de um destacável guerreiro[4] que, após ter ficado viúvo de D. Leonor de Alvim (1388) e com três filhos (dos quais só uma, Beatriz, sobreviveu), recusou-se a casar novamente, o que foi por muitos visto como um ato de castidade.

Aos 21 anos, defendeu o Alentejo durante as guerras contra Castela e começou a chefiar importantes missões, entre elas as

negociações para a rendição da guarnição do Castelo de S. Jorge, que lhe valeram o titulo de "libertador de Lisboa" (1383)[5]. Em 1381 foi nomeado fronteiro-mor no Alentejo, mas destacou-se sobretudo durante a crise de 1383 – 1385, em que a independência portuguesa estava fortemente ameaçada. Desta crise resultou a ascensão de D. João, Mestre de Avis, ao trono de Portugal com um amplo apoio de vários setores da sociedade portuguesa de Norte a Sul[6]. A partir de 1384, com a vitória na batalha dos Atoleiros, a sua vocação militar começou a ganhar maior destaque, a tal ponto que ficou conhecido nessa época como o "invencível" que conseguia, com poucos homens, vencer a mais numerosa armada castelhana. Nesse mesmo ano, depois de prestar juramento ao Mestre d'Avis, foi nomeado Condestável do reino e Mordomo-mor.

As invasões castelhanas foram determinantes para que o seu génio militar se destacasse nas batalhas de Aljubarrota (14 de agosto de 1385) e, dois meses depois (17 e 18 de outubro desse ano), em Valverde del Camino (perto da fronteira com Portugal, na atual província de Huelva). Em ambas, Nun'Álvares infligiu pesadas derrotas às tropas castelhanas[7]. A última foi destacada na Vida e feitos do grande Condestável como episódio revelador da sua fé, uma vez que se ajoelhou a rezar em plena batalha e "mandou o seu alferes que avançasse à frente da hoste com grande pressa na direção do inimigo". Nun'Álvares Pereira participou numa série de episódios militares que reforçaram o prestígio obtido nas batalhas de Atoleiros, Aljubarrota e Valverde. Após a obtenção da paz com Castela em 1411, a sua última grande campanha militar teve Ceuta como palco.

Entre 1415 e 1422, dedicou-se à gestão dos seus bens e à continuidade da construção de igrejas e capelas em Aljubarrota, Vila Viçosa, Monsaraz, Portel e Estremoz, passando a ser apelidado de Nuno de Santa Maria, ocupando o humilde cargo de leigo na Ordem dos Carmelitas. Este período marca, definitivamente, o início de uma fase espiritual marcada pelo desapego em relação às riquezas adquiridas durante a sua vida, assim como pela castidade, caridade e devoção[8].

Capela de São Jorge, onde Nun'Álvares Pereira colocou a bandeira durante a batalha de Aljubarrota.

Faleceu a 1 de novembro de 1431. Sepultado no convento do Carmo durante noventa anos, foi trasladado para um mausoléu erigido por ordem de Dona Joana, filha dos Reis Católicos de Castela. Este mausoléu de alabastro foi arrasado pelo terremoto de 1755, sendo logo substituído por uma cópia de madeira. O seu corpo acabou por ser trasladado de igreja em igreja (S. Vicente de Fora, Panteão da família real de Bragança) até ter sido, definitivamente, sepultado na igreja do Santo Contestável em Lisboa, fundada nesse mesmo ano.

2. Nun'Álvares Pereira nas gerações posteriores (séculos XV – XXI)

Como se assinalou, a narrativa da história portuguesa fundamentou-se, em boa medida, num sentimento anti-castelhano e anti-islâmico. O protagonista desta reflexão construiu uma boa parte da sua imagem como guerreiro na definição da identidade e independência portuguesas. Isto explica a multiplicação de lendas que persistiram – e ainda persistem – nas tradições orais e no imaginário popular, que conduziram à sua ascensão ao estatuto de "Santo Condestável", de autêntico herói nacional e exemplo de fé e perseverança a partir dos anos seguintes à sua morte. Efetivamente, as crónicas do século XV, a epopeia camoniana e a poesia espanhola fizeram eco destas imagens.

Centro de interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), no local onde se realizou a batalha.

A devoção à sua figura começou, por outro lado, nas terras onde marcou a sua presença[9]. É, contudo, nas crónicas do século XV que o seu nome começou a ser recordado como guerreiro. Destacam-se, neste contexto, a Crónica do Condestabre, autorizada e promovida por D. Duarte, escrita em c. 1438 e impressa em 1526 nas oficinas de Germão Galharde em Lisboa, bem como breves referências de Gomes Eanes de Zurara (1450)[10]. A Crónica saiu daquele prelo como uma proposta economicamente arrojada (pelo receio de imprimir

uma obra em português)[11]. A sua publicação poucos anos mais tarde (1554) e uma tradução para latim (do sevilhano Juan Fernández) são, por si só, reveladores do acerto deste investimento e da importância da figura do Condestável como exemplo de virtudes no panorama intelectual do século XVI português, num contexto de tentativas de coesão da consciência nacional e de protagonismo da Expansão como foco da produção historiográfica[12].

A primeira tentativa de canonização foi feita logo em 1438 por D. Duarte ao Papa Eugénio IV, assinalando-se a sua bondade, devoção, santidade e capacidade milagreira, dando assim início a um percurso em que a sua imagem foi venerada como homem de fé e, sobretudo, como santo[13]. Esta ideia encontra-se, igualmente, exposta no Compendio das chronicas da Orde[m] de Nossa Senhora do Carmo (1572), como "exemplo de humildade, castidade, & pobreza edifficando muitas casas em louor da Virgem gloriosa"[14]. Depois de várias tentativas, só em 26 de abril de 2009 se consumou a canonização.

N'Os Lusíadas (1572), a figura do Condestável é, igualmente, valorizada em várias ocasiões[15]. Embora os objetivos de Camões ao escrever este poema tenham sido os mesmos que os do discurso historiográfico quinhentista[16], o interesse camoniano nesta personagem contrasta com outras obras do século XVI, nas quais estas personalidades não eram objeto de interesse maior. Como se sabe, Camões dedica dois cantos à história de Portugal[17], e neles D. Afonso Henriques (III) e o Condestável (IV) adquirem um valor inquestionável como protagonistas da "sanguinosa guerra" que garantiu a independência portuguesa e a defesa da sua fé. Não é, por isso, estranho que o poeta lhe tenha dedicado bastante espaço do seu poema (IV, 14-46), assinalando-se a sua vocação militar na luta contra os castelhanos, bem como na conquista de Ceuta:

«Dom Nuno Álvares Preira digo, verdadeiro
Açoute de soberbos Castelhanos,
Como já o fero Huno foi o primeiro
Pera franceses, pera Italianos.»[18]

Deve ainda referir-se que foi mencionado com grande admiração por personalidades incontornáveis da poesia espanhola como Lope de Vega, Tirso de Molina ou Pedro Calderón de la Barca[19]. Esta admiração continuou no século XVII, sobretudo durante o domínio filipino. Por exemplo, em 1610, Duarte Lobo publicou um poema épico sobre o Condestável, dedicando-o a D. Teodósio, Duque de Bragança (que estaria no trono)[20]. Por outro lado, em 1623 e 1627 saíram dos prelos duas reedições da Crónica.

É, porém, ainda mais surpreendente a obra, publicada em 1640 na cidade de Madrid, da autoria de Rodrigo Méndez Silva, um cronista português das cortes de Filipe III e Filipe IV, intitulada Vida y hechos del Gran Condestabre de Portugal D. Nuño Alvarez Pereyra Conde de Barcelos, De Orem. De Arrayolos. Mayordomo. Mayor del Rey Don Iuan el Primero; Con los arbolos y descendencias de los Emperadores, Reyes, Príncipes, Potentados, Duques Marqueses y Condes del que se derivan. Trata-se de uma obra que trata, além do percurso biográfico, a descendência de Nun'Álvares Pereira na Europa, à qual se acrescentaram dados que não foram transmitidos em crónicas anteriores, nomeadamente alguns milagres que podiam ter feito parte de tradições orais ou de outros documentos. Não obstante, a publicação desta biografia neste contexto particular chama poderosamente a atenção pelo modo como o passado português era valorizado pelos monarcas espanhóis, o que em boa medida contradiz a imagem negativa da política filipina transmitida na historiografia portuguesa[21].

«Sete imperadores, cinco imperatrizes, doze reis, vinte e cinco rainhas, vários Condestáveis de Castela», entre eles a esposa de Filipe IV e Carlos V, eram descendentes do Condestável, segundo Méndez da Silva[22]. Com isto, o autor coloca o Condestável em relação direta com países como Espanha, França, Hungria, Alemanha, Áustria, Polónia, Dinamarca, Suécia, Portugal, etc.[23].

A estas representações acrescenta-se o contributo da poetisa Soror Violante do Céu, uma freira dominicana (1602 – 1693) do Convento da Rosa em Lisboa, que escreveu uma magnífica obra intitulada Parnaso Lusitano de Divinos e Humanos Versos, publicada quarenta anos após a sua morte (1733). No Soneto LIII desta obra pode ler-se um poema dedicado ao Condestável, incluído numa sequência de poemas dedicatos a santos e a personagens veneráveis:

«Oh que premios ganaron los servicios,
Que haveis hecho feliz al Rey Sagrado!
Pues depuso por vòs lo reboçado,
Quando abraços os diò por sacrificios,
Como lo merecido en lo alcançado,
Mucho del mismo Dios fuiste amado,
Pues Duis hizo de amante los officios,
Y tanto os regalò su Omnipotencia,
Que niño, como Dios de los amores,
Os diò los attributos de divino:
Pues como es Trino, si Unico en la Essencia
Unico os hizo a vòs en los favores,
Y en el Habito (Antonio) os hizo trin[...] ».[24]

Este bonito poema – escrito em Castelhano, como todos os de Violante do Céu – transmite a importância do Condestável no conjunto de personagens da História de Portugal ou a esta associadas, numa perspetiva religiosa que se explica pelas circunstâncias da vida desta poetisa barroca[25].

A Crónica do Condestabre volta a publicar-se em 1848 como testemunho da literatura nacional.

A personagem, por seu turno, é celebrada por autores como Garrett e Herculano à imagem do nacionalismo e anti-castelhanismo romântico e num contexto de reinvenção das tradições portuguesas[26], valorizando-se fundamentalmente o seu papel na defesa da nacionalidade.
Em 1918, Nun'Álvares é beatificado pelo Papa Bento XV. Um dos documentos coligidos por J. Pinharanda Gomes é uma carta pastoral que se enquadra neste episódio, da autoria de Dom António Mendes Belo, Cardeal Patriarca, em que se refere a permanência da memória e do culto a Nun'Álvares Pereira[27]. Neste caso, recupera-se fundamentalmente a imagem do leigo carmelita Frei Nuno de Santa Maria, valorizando-se a vertente guerreira em episódios como a conquista de Ceuta que, como se sabe, abriu caminho para a Evangelização de territórios até então desconhecidos para a Europa. Este foi o principal argumento numa proposta de canonização de 18 de novembro de 1940, assinada pelo Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, no contexto da celebração do duplo centenário em Portugal.

Fernando Pessoa, n'A mensagem, prestou também uma homenagem tanto a D. João I como a Nun'Álvares Pereira, comparando a sua espada com a Excalubur do famoso rei Artur:

Que auréola te cerca?
Mas que espada é que, erguida,
faz esse halo no céu?
É Excalibur, a ungida,
que o Rei Artur te deu.

'Sperança consumada,
S. Portugal em ser,
ergue a luz da tua espada
para a estrada se ver![28]

(sobre Nun'Álvares Pereira)

Nesta obra dedicada às grandes personalidades portuguesas, Fernando Pessoa deixou um testemunho brilhante da sua escrita e sensibilidade, referindo D. João I e o Condestável (São Portugal em ser). Corria o ano de 1934 e o país que via, na sua ótica, encontrava-se em decadência. Facilmente nos apercebemos do significado dos dois últimos versos dedicados a Nun'Álvares Pereira, como também a admiração do grande poeta por outro que não o é menos: Camões. Neste contexto, retomar as grandes figuras da nacionalidade significava lembrar, também, que é possível retomar parte da grandeza de um País, relembrando um passado que não se repete, mas que pode servir de alavanca para a construção do futuro. A perspetiva de Pessoa sobre este passado está profundamente marcada pelo Sebastianismo, colhendo o pensamento de Padre António Vieira, autor de uma História do Futuro, em que Portugal seria o Quinto Império, não no sentido territorial do termo, mas no sentido espiritual. Pessoa acredita na força do Ser Humano e não tanto em Deus, daí a importância que confere a uma personalidade como o Condestável.

De qualquer modo, a figura do Condestável ganhou um interesse renovado a partir de 26 de Abril de 2009, dia em que o Vaticano o reconheceu oficialmente como santo. Isto conduziu à multiplicação de trabalhos sobre a sua vida, personalidade e papel no contexto histórico dos séculos XIV e XV em Portugal[29]. O percurso que tentámos assinalar ao longo destas linhas, tanto da vida do Condestável como das representações posteriores, omitiu a sua descendência, talvez por desinteresse pelo tema. No entanto, os resultados novos estudos parecem testemunhar uma nova valorização desta figura histórica, principalmente no seu papel de patrono de muitas casas reais europeias. É esse aspeto que Fernando Cristóvão destaca na recente edição crítica da Vida e Feitos do Grande Condestável (2010), sobretudo pela dimensão europeia que a figura de Nun'Álvares Pereira ganha com a valorização desta fonte.

3. Nun'Álvares Pereira hoje

Olhando para todo este percurso de representações, aqui exposto com necessária brevidade, sobressai a questão do modo como a literatura se relaciona com a vida, ou como inspiração ou como um espelho. No caso que nos ocupa, a formação do jovem Nuno, futuro Condestável, ou melhor, Santo Condestável, parece basear-se num ideal veiculado nos romances de Cavalaria. Em muitas obras, é possível verificar que o seu objetivo não é tanto o de refletir este ou aquele aspeto da vivência humana, mas antes fornecer-lhe algumas coordenadas. A arte das letras e os ecos da biografia, tal como Galaaz do círculo do rei Artur, parecem então fundir-se para proporcionar uma imagem embelezada de um homem como Nuno Álvares Pereira[30].

Num mundo ocidental orientado para o plano físico e científico, e não tanto para o metafísico, os milagres e a vivência religiosa parecem tornar-se anedóticas e, como tal, acabam por ser remetidas para o plano da "curiosidade". No entanto, independentemente das crenças religiosas que servem de ponto de partida para parte das representações da figura de Nun'Álvares Pereira, há aspetos que devem ser considerados, nomeadamente a sua generosidade em contraste com o mundo em que hoje vivemos. A independência portuguesa é, hoje, um dado adquirido, não fazendo sequer sentido um sentimento anti-castelhano como aquele que norteou boa parte da construção da identidade portuguesa e, consequentemente, o seu discurso sobre a História Nacional[31].

Poderíamos escrever aqui, assim como nos capítulos precedentes, o percurso da História enquanto representação do passado e a forma com que esta lançou o seu olhar sobre a produção historiográfica precedente, mas esta reflexão levar-

nos-ia por outros caminhos.

Muito fica, certamente, por dizer neste texto, mas em todo o caso assinala-se que a figura do Condestável é uma das poucas que – podemos dizê-lo com toda a certeza – se manteve praticamente imaculada ao longo dos tempos, sobrevivendo aos "altos e baixos" que episódios e personalidades tiveram na construção da História e, consequentemente, da personalidade coletiva de Portugal. O seu nome, independentemente do sentimento que norteia o olhar do observador, continua a estar associado, hoje e sempre, à defesa daquilo em que mais acreditamos. A descendência do Condestável torna-se, por isso, apenas mais um aspecto a acrescentar a todos aqueles que fazem dele uma personalidade incontornável do património comum da Europa.

Estátua do Condestável em frente ao mosteiro da Batalha.

O que podemos valorizar na figura do Condestável? A figura do guerreiro que infligiu pesadas derrotas ao inimigo na defesa dos interesses da Coroa? A figura do homem que, abandonando a vida militar, abdicou de todos os seus bens terrenos para se dedicar, em exclusivo, à caridade? O seu papel na construção da Europa, tanto pela sua descendência como pelo contributo que deu ao início da Expansão Portuguesa? Tudo depende do olhar, dos valores e da sensibilidade de quem se debruça sobre a sua figura, mas a admiração que suscita parece ser comum a todos esses olhares.

NOTAS

1 Universidade de Sevilha, Centro de Estudos Globais (Universidade Aberta). E-mail: pmalbuquerque78@gmail.com; albuquerque@us.es; pedro.albuquerque@uab.pt.

2 V. o excelente trabalho de José Luís Martín Martín, Aljubarrota vista pelos Castelhanos. [s.l.]: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

3 Paralelamente, a Historiografia espanhola ganha outros contornos a partir da conquista do reino de Granada aos Muçulmanos, orientando o seu discurso para a unificação dos Espanhóis sob a tutela dos Reis Católicos. Ver, a este respeito, Martí – Aguilar, M. A., Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española, Málaga, 2005, com uma excelente exposição desta problemática e com bibliografia.

4 Rodrigo Méndez da Silva, Vida e feitos heróicos do Grande Contestável. Edição coordenada por F. Cristóvão, Lsboa: Esfera do Caos, 2010.

5 Manuel Maria Wermers Nun'Alvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário. Lusitania Sacra, (5), 1960, pp. 7-99, com uma cuidada compilação dos acontecimentos da vida do Condestável e referências às várias crónicas que o referem.

6 Para um resumo desta questão, veja-se o artigo publicado na página web da Fundação Batalha de Aljubarrota, em https://fundacao-aljubarrota.pt/docs/ciba_batalha_de_atoleiros.pdf (cons. 8/10/10).

7 José Luís Martín Martín, op. cit.

8 Jesué Pinharanda Gomes, S. Nuno de Santa Maria – Nuno Álvares Pereira. Antologia de documentos e estudos sobre a sua espiritualidade. Sintra: Zéfiro, 2009. Calado, A.A., Estoria de Don Nuno Aluarez Pereyra: Edição crítica da "Crónica do Condestabre". Introdução, Glossário e Notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra, Universidade, 1991, p. LXXVI – LXXVII.

9 Alexandre Teixeira Barbosa, O Santo que salvou Portugal. Lisboa: Presselivre/ Correio da Manhã, 2009. Cf. Vida e Feitos do Grande Contestável. Edição crítica coordenada por Fernando Cristóvão, com tradução de António Castro Henriques, Lisboa, Esfera do Caos, 2010. Na introdução à edição crítica portuguesa desta obra, assinala-se também que o Condestável, «en la religion obrava Dios per el conocidos e evidentes milagros, sendo tenido en opinion e veneracion de santo» (p. 10). Corria o ano de 1640.

10 Crónica do Condestabre. Consultou-se a edição de 1848, publicada pela Tipografia Constitucional. É provável que

Fernão Lopes se refira a este documento na Crónica de D. João I. Para esta questão, cf. António José Saraiva e Óscar Lopes, História da Literatura Portuguesa, 16ª ed., [s.d.], p. 142. O texto de Zurara pode ser lido no trabalho de J. Pinharanda Gomes, S. Nuno de Santa Maria (...), p. 47-8, ou no 8º volume da colecção HALP (História e Antologia da Literatura Portuguesa), p. 36 – 41.

11 A. Anselmo (p. 165, nº 576). Na publicação dos Impressos do século XVI, coligidos por M.ª Alzira Proença Simões, encontram-se dois registos (212 e 213). Pressupõe-se que outras cópias tenham desaparecido, ora por descuido, ora pela própria degradação destes documentos. As publicações sucederam-se desde então: 1554, 1623, 1848, 1911, 1972 e 1991 (ver edição crítica da Crónica do Condestabre, de Adelino de Almeida Calado).

12 Nair N.C. Soares, op. cit.

13 No texto da Crónica podem ler-se várias passagens que referem esta faceta: «(...) e ainda o dya de oje, depoys da sua morte, Deos, por sua merçee, fez e faz muytos milagres» (Cap. LXXIII). Autores como C. da Silva Tarouca defenderam que o documento foi escrito no contexto desta tentativa de canonização. Veja-se, contudo, a edição comentada de Adelino de Almeida Calado (1991), p. LXXV. Apenas um dos capítulos – o penúltimo – pode ter servido para este propósito, mas não parece ser essa a intenção do biógrafo anónimo.

14 Compendio das chronicas da Orde[m] de Nossa Senhora do Carmo...: Com exposiçam da Rera da dita Ordem.../ agora nouame[n]te copillado per frei Simão Coelho. [Lisboa]: per Antonio Gonçaluez, 1572. Texto digitalizado disponível na Biblioteca Nacional de Portugal. https://purl.pt/14257 (consultado a 12/11/2023).

15 Aires A. Nascimento, «Ditosa Pátria que tal filho teve: a voz de Camões por Nun'Álvares Pereira". Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, Clase de Letras". Lisboa: ACL, 2009. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/45375/1/anasciment o_ditosa_patria.pdf (consultado a 14/11/2023).

16 Pedro Albuquerque, «Camões e Tartessos: leituras em torno de dois excertos d'Os Lusíadas». Spal 17, 2008, pp. 137 – 168.

17 Camões dedica 143 estrofes à História de Portugal no Canto III e 104 no IV (cf. Sena, J. de, A Estrutura de Os Lusíadas (...), 1980; Albuquerque, P., Op. Cit., p. 153 – 154. Camões volta a referir estas duas personalidades na descrição das bandeiras no Canto VIII (1 – 42).

18 Luis de Camões, Os Lusíadas IV, 24. 1-4.

19 V. A edição crítica de R. Méndez da Silva, op.cit., p. 398 (Tirso de Molina), 400 (Lope de Vega), 401 (Calderón de la Barca).

20 Maria Ana Ramos, «Da prosa à poesia épica. Hespaña Libertada». Versants 3 (69), 2022 pp. 85-103.

21 Carlos Margaça Veiga, A Herança Filipina em Portugal, Lisboa, Edições CTT. Cf. Fernando Cristóvão, «Introdução», em Rodrigo Méndez da Silva, op.cit., p. 12, n. 2).

22 F. Cristóvão, «Introdução», op.cit., p.15. Rodrigo «começa pela casa de Bragança, nomeando o "Rei Nosso Senhor Filipe IV, o Cardeal D. Fernando, a Imperatriz Maria e a Rainha de França, escalonando depoos as listas de nobreza por "três linhas", pertencendo à primeira sua filha Beatriz; à segunda, os descendentes dela, entre os quais se contam duas rainhas, o Imperador Carlos V, etc.; à terceira linha Isabel, a Católica, o Imperador da Alemanha, o Rei da Hungria, a Rainha da Polónia, vários arquiduques e arquiduquesas, para além de uma interminável lista de duques, condes, marqueses» (ibid., p. 14-15).

23 R. Méndez da Silva, op.cit., p. 421ss.

24 Há uma pequena lacuna nas últimas letras desta palavra. Epitafio del Mausoleo del Venerable Conde D. Nuño Alvares Pereyra en el Carmen de Lisboa. Parnaso/ Lusitano/ de Divinos, e Humanos versos, compostos pela Madre Soror/ Violante do Ceo/ Religiosa dominicana no Convento da Rosa de Lisboa, Dedicado a' Senhora Soror/ Violante do Ceo/ Religiosa no Convento de/ Santa Martha de Lisboa. Primeiro Tomo. Lisboa Ocidental, na oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1733.

25 Para um melhor enquadramento da obra desta poetisa, v. Mendes, M.V., «A poesia de Sóror Violante do Céu (excerto)». História e Antologia da Literatura Portuguesa, nº 18, Século XVII. Poetas do Período Barroco. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 33 – 38.

26 V. Teófilo Braga, História do Romantismo em Portugal, Lisboa: Nova Livraria Ocidental, 1880, p. 107ss.

27 J. Pinharanda Gomes, op.cit., p. 211-212.

28 Fernando Pessoa, A Mensagem.

29 Veja-se, por exemplo, João Gouveia Monteiro, « Nuno Álvares Pereira (1360-1431): de general a carmelita». Medievalismo 28, 2018, pp. 113-145.

30 Cf. J. Nogueira Pinto, Nuno Álvares Pereira, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 56ss.

31 V. o trabalho de Rui Sousa e Ana Sofia Santos, «a incidência do Anticastelhanismo na Literatura Portuguesa. Séculos XIV – XVII.» Letras Comvida 1, 2010, pp. 141 – 154.

Falar dos 900 Anos de Viseu é falar já dos 900 anos de Portugal - comemorações dos 900 anos do Foral de Viseu

José Ribeiro e Castro

Discurso do Presidente da Direcção da Sociedade Histórica, José Ribeiro e Castro, membro da Comissão de Honra das Comemorações

Viseu, Claustro da Sé, 27 de Maio de 2023

Festas de Viseu

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Que grande dia este para a Cidade de Viseu e para os viseenses! Que grande dia em que iniciamos as celebrações dos 900 anos do foral de Viseu, dado por D. Teresa, mãe do nosso rei fundador D. Afonso Henriques.

Por convite da Câmara Municipal, que muito agradeço, é uma grande honra poder, aqui, nesta ocasião, dirigir-vos algumas palavras, em nome da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, sobre esta Carta de Foral de 1123.

«*In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego regina Tarasia Ildefonsi regis filia. Videns et cognoscens fidelitatem et bonum servicium in homines de Viseo* [não vos lerei mais deste trecho inicial em latim] *placuit michi ut facerem illis firmitatis scripturam de bono foro et de bona consuetudine quod semper inter illos sit nullo cogente sed ex propria mea volumptate atque cum sana mente.*» - assim começa a Carta de Foral.
"*Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Eu rainha Teresa, filha do rei Afonso, ao ver e conhecer a fidelidade e o bom serviço das gentes de Viseu, aprouve-me, não pela força, mas por minha vontade e de mente sã, fazer-lhes a confirmação firme por escrito do bom mercado e do bom costume que deve sempre existir entre eles.*"

Não são muitas as vilas ou cidades que podem reclamar tamanha antiguidade de título concelhio ou municipal, a fundar a autonomia da sua afirmação e administração. Viseu é um desses casos e antes mesmo de haver Reino de Portugal. Mas, antes, detenhamo-nos um pouco na figura de D. Teresa, que outorgou esta Carta de Foral, em Maio (não sabemos o dia) de 1123.

Portugal, como sabemos, derivou do Condado Portucalense, atribuído em 1096 por Afonso VI, rei de Leão, Imperador de Toda a Hispânia, ao casal Henrique de Borgonha e Teresa de Leão. D. Teresa era filha do rei doador e D. Henrique, um nobre francês que se destacara nos combates com os mouros, na defesa dos reinos cristãos. D. Teresa e D. Henrique viriam a ser os pais do nosso primeiro Rei D. Afonso Henriques.

Este Condado Portucalense, que foi destacado do Reino da Galiza, foi, segundo o estudo de Paulo Merêa, *uma doação pelo casamento de D. Teresa, mas que não excluía a subordinação de governo* [pelo marido, o Conde D. Henrique] *à coroa de Leão e Castela*", como explica Joaquim Veríssimo Serrão, que

continua: "*A esposa detinha a titularidade do senhorio, enquanto D. Henrique apenas possuía o exercício dos poderes constantes da doação. As terras do Minho ao Tejo eram concedidas ao casal, sendo ele* [D. Henrique] *o governador do Condado Portucalense por força da herança de que beneficiara sua mulher. Mas a doação era a título hereditário e não como préstamo e usufruto*." O fim desta doação era a defesa de uma extensa província ocidental que a coroa de Leão não estava em condições de assegurar sozinha e diretamente e que, nessa época, as circunstâncias da Reconquista aconselhavam a separar da Galiza, dotando-a de governo próprio e de defesa própria também.

O Conde D. Henrique deixou uma crónica de bom governo – e também de bom guerreiro. Para consolidar o povoamento e proteger os direitos dos povos, concedeu meia dúzia de forais, sendo o primeiro Guimarães, em 1096, e os três últimos, em 1111, em conjunto com sua mulher, a Condessa D. Teresa: Sátão, Coimbra e Soure. D. Henrique faleceu em Astorga, em 1112, quando D. Afonso Henriques era uma criança, senão mesmo um bebé – os historiadores dividem-se entre 1109 e 1111 como ano de nascimento do nosso futuro rei.

A partir de 1112, o governo do Condado Portucalense (território de que foi nascendo Portugal) é assumido por D. Teresa, que era – recordemos – a titular efectiva deste senhorio, doado por seu pai, o rei Afonso VI. D. Teresa tem papel marcante na evolução política da fundação da nossa nacionalidade. Nos vários diplomas assinados por D. Teresa, que ilustram bem intensa actividade governativa, designa-se, no início, de Infanta ou Condessa, para, mais tarde, surgir frequentemente com o título de Rainha. Nesses tempos medievais, os títulos «infans» e «regina» pertenciam-lhe também como filha de rei, sendo discutível que titulasse este último com propriedade plena. Mas, seja como for, é com esta expressa invocação que outorga a Carta de Foral de Viseu, como citei de início: «*Ego regina Tarasia Ildefonsi regis filia*.» - Eu rainha Teresa, filha do rei Afonso.

A Condessa-Rainha procurou, com a sua acção governativa, dar continuidade à acção do marido, o Conde D. Henrique, fazendo-o muitas vezes a partir de Viseu, onde residia parte do tempo. Além dos de Guimarães e Coimbra, estabeleceu em Viseu um paço, que é referido num pergaminho, datado de 25 de Outubro de 1125, como o "palatio de Viseo", que se crê ter existido nas imediações da Sé de Viseu. E, como se atesta em vários actos condais, estão presentes na sua cúria "homines de Viseo", os destinatários do Foral, em que exaltara a fidelidade e o bom serviço.

D. Teresa, ao centro, ostentando uma coroa e segurando um ceptro.

Joaquim Veríssimo Serrão dedica a D. Teresa parágrafos significativos:

"*Assiste-se depois ao governo firme de sua viúva, que até 1117, invocando sempre a qualidade de filha de D. Afonso VI – a quem chama, por vezes, imperador das Espanhas –, assina os diplomas como «infans domna Tarasia». A partir de então começa a verificar-se nos actos governativos a indicação de «rainha», que se torna uma expressão corrente desde 1120.*
Foi, na verdade, notável a sua acção, no que respeita sobretudo ao povoamento do Condado. Conhecem-se cartas de foral aos habitantes de Ferreira das Aves (Sátão) e de Viseu, em Maio de 1123; a coutar a vila de Ponte de Lima e a beneficiar os seus povoadores; à povoação de Assilhó, onde instituiu a albergaria de «Meigion Frio», que corresponde à atual Albergaria-a-Velha; de doação do burgo do Porto em favor do bispo D. Hugo e sucessores. Muitas igrejas e mosteiros receberam cartas da infanta para estimular o povoamento de lugares e casais vizinhos, tal o caso da abadia de Pendorada, em Marco de Canaveses, de São Pedro de Cete, de Ázere, de Vimieiro, perto de Braga, etc.
Com a ambição de alargar os limites do Condado, D. Teresa estendeu a sua acção para além do rio Minho. Em 17 de Fevereiro de 1122 declarou proteger os moradores de Orense, ali instituindo um mercado mensal e doando bens e direitos senhoriais à respectiva sé. O facto insere-se na sua política galega, para o que se alia a D. Diogo Gelmires, bispo de Compostela, com o fim de diminuir o poder de D. Urraca

naquela província. Por diversas vezes atravessou o Minho para impor a sua força militar, o que deu origem ao desforço da irmã que, em 1121, a veio cercar no castelo de Lanhoso. Com o apoio do arcebispo e dos barões galegos pôde obter muitos lugares de Leão e Castela, sobre os quais nunca teve efectivo domínio, que por morte de D. Urraca, em Março de 1126, o novo rei D. Afonso VII veio a anexar.»

É esta política galega de D. Teresa que haveria de determinar o fim do seu governo e o início do percurso triunfante do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques. Por um lado, estes conflitos a Norte com a sua meia-irmã, D. Urraca (que seria rainha de Leão, entre Afonso VI e Afonso VII); por outro, as relações muito estreitas com um grande nobre galego, Fernão Peres de Trava, de quem teve duas filhas. Segundo alguns, terão casado, o que não é certo. O que é certo é que chegaram a praticar em conjunto actos de governo sobre o Condado Portucalense. Isto gerou forte oposição entre a nobreza portucalense, especialmente no Minho, receando a consolidação de uma supremacia galesa. As tensões sobem rapidamente a partir de 1125, crescendo o partido afonsino, que incitava o jovem Infante Afonso, filho de Henrique e Teresa, a avançar para o governo do Condado, se necessário, arrancando-o das mãos de sua mãe. O desenlace, como é sabido, foi a batalha de S. Mamede, em 24 de Junho de 1128, em que o nosso D. Afonso Henriques, arrebatou o Condado de que viria a fazer o Reino de Portugal, expressamente reconhecido, primeiro, pelo primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, em 5 de Outubro de 1143, e, enfim, também pelo Papa Alexandre III, em 23 de Maio de 1179. Todavia, o Reino que Afonso I nos fundou não teria sido possível sem a obra prévia conduzida por seus pais, Henrique e Teresa. Escreve Veríssimo Serrão:

«*Curvando-se perante a arca tumular que se encontra na sé bracarense, Alexandre Herculano rendeu tributo ao «bom cavaleiro francês», que considerou o fundador da monarquia portuguesa. Os séculos guardaram a lembrança grata do progenitor de D. Afonso Henriques, cuja acção para alargar os limites do condado e o tornar independente de Leão a ninguém oferece dúvidas. Pouco menos que envolto no manto da lenda, D. Henrique viu a sua biografia alargada nos últimos anos, graças ao auxílio de uma valiosa documentação, o que não obsta a que continue a ser discutida a sua actuação política em que pode veladamente captar-se o ambicionado projecto de transformar o Condado Portucalense em reino. Não lhe estava reservada essa glória, ainda que tenha realmente contribuído para ela.*»

E a propósito da Condessa-Rainha, além dos trechos que já citei, Veríssimo Serrão resume:

«*De maneira geral não escondem os historiadores a admiração que lhes merece a figura de D. Teresa, cuja acção marcada pela valentia e pela astúcia contribuiu para desanexar o Condado do reino de Leão.*»

Presidente da Câmara, Eng. Fernando Ruas, com a rainha D. Teresa, depois de esta lhe ter dado o Foral

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Na visão que tenho da História, esta não é afundar-nos passado, mas fundação do futuro. É um alicerce fundamental e define traves-mestras. É até alavanca, uma poderosa alavanca à nossa disposição. É fonte, uma inesgotável fonte de ensinamentos e inspiração, para não repetirmos erros e buscarmos a energia e a confiança, a alegria e o entusiasmo indispensáveis a vencermos os desafios do nosso tempo, irmos mais além, chegarmos tão longe quanto nunca fomos. A História é isso: guia de sonhos e ambição, fermento de propósito, raiz de exigência e de paixão. É assim que olhamos estes 900 anos que estão a chegar.

Falando dos 900 anos de Viseu, falo também dos 900 anos de Portugal.

Dos vários reinos cristãos medievais que se formaram na Península Ibérica nos tempos da Reconquista, só um chegou aos nossos dias: Portugal. Todos os outros desapareceram: Leão, Castela, Aragão, Navarra, outros menores ou partes de alguns destes. Portugal está cá.

Está cá como nasceu com as fronteiras com que foi formado a partir do Condado Portucalense, em 1096; com as fronteiras como foi reconhecido independente em Zamora (em 1143) e

pelo Papa (em 1179); e com as novas fronteiras que resultaram de novas conquistas para Sul, até ao Algarve, e da partilha da fronteira oriental definida em 1297, reinando D. Dinis, ou que decorreram das descobertas, mar adentro, da Madeira e dos Açores, entre 1419 e 1452.

A antiguidade do nosso país é rara e impressionante, sobretudo com esta estabilidade de fronteiras. Mais ainda por sermos o único país que conheço cujo território se completou não por uma conquista, mas por uma descoberta, não por uma guerra, mas por um acto de ciência e ousadia sobre o desconhecido, seguido por povoamento pacífico. De país improvável tornámo-nos o mais antigo Reino da Península e um dos Estados mais antigos da Europa.

Um dos segredos da longevidade e estabilidade de Portugal está nestes forais e na forma como o relacionamento dos reis com os povos, foram forjando a nacionalidade portuguesa. Está é certo também na fé e na língua, que D. Dinis fez língua nacional. Mas está muito nesta relação estreita com os concelhos, escrita e reforçada pelas Cartas de Foral.

Por isso, na Sociedade Histórica, olhando aos 900 anos de Portugal – sobre um ciclo largo de 1128 a 1179 – definimos um projecto específico, chamado "Forais da Fundação, Municípios de Portugal". Para nós, os 900 anos de Portugal não são uma varanda em que olhamos a paisagem. São o seu enraizamento popular, descentralizado, nas terras que fizeram Portugal: isto é, aquelas terras que receberam foral do Rei fundador e de seus pais.

No primeiro apanhado que fizemos e estamos a trabalhar, identificámos um total de 60 forais, até à morte do nosso muito conhecido e querido D. Afonso Henriques. Mas convém ter a noção dos primeiros: até à conferência de Zamora (1143), foram outorgados 20 forais:

- seis forais por D. Afonso Henriques, sendo o primeiro em 1130 (Numão);
- oito forais por D. Teresa, entre os quais o de Viseu, no mesmo ano que o Porto e anterior a este;
- e seis forais por D. Henrique, o primeiro a Guimarães (1096) e os últimos três em conjunto com D. Teresa (1111), que já referi.

Depois de a nossa independência ser reconhecida em 1143 pelo Reino de que nos autonomizámos em definitivo, houve mais 40 ainda no reinado da Fundação. Lisboa também está neste grupo: conquistada em 1147, só em 1179 receberia foral, 56 anos após Viseu.

Este conjunto de 60 forais queremos deixá-lo por conta dos historiadores, para que o definam e estabeleçam em definitivo – tanto quanto a História pode ser definitiva... É um capital essencial para a definição e o bom entendimento do nascimento de Portugal. O elenco dos forais depende, nalguns casos, do critério adoptado. Por nós, seguimos critério apertado, mas, tratando-se de património imaterial tão importante para a memória colectiva, quer local, quer nacional, consideramos essencial que seja estabelecido com a chancela mais autorizada.

A ideia que temos no projecto "Forais da Fundação, Municípios de Portugal" é, por um lado, ir levando e levantar por todo o lado a boa nova dos 900 anos de Portugal e, por outro, favorecermos que se refaça, com os pés na terra, o bom espírito gregário, coeso, popular, generoso, com que a nacionalidade se forjou a partir do século XII. Queremos associar todos estes concelhos sob o selo dos 900 anos, de que cada um deles foi senhor na sua terra, repetindo em conjunto o espírito profundo de Portugal e o lema do anúncio: "**As terras que fizeram Portugal já estão a fazer 900 anos.**"

Hoje, é o dia de Viseu. Viseu que fez Portugal já está a fazer 900 anos.
Viva Viseu!
Viva Portugal!

Dr. Ribeiro e Castro

"Um fruto do acaso e do génio português, à beira de fazer 900 anos" - comemorações da Restauração da Independência de Portugal

Discurso do Presidente da Direcção da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro.

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhora ministra da Defesa Nacional,
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Senhora Procuradora-Geral da República
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Senhores Chefes do Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas,
Senhor Dom Duarte Pio, Duque de Bragança, em cuja pessoa saudamos as três dinastias portuguesas e toda a História de Portugal,
Senhoras e Senhores Embaixadores,
Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,
Senhores Vereadores,
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior,
Senhores dirigentes associativos,
Demais autoridades civis e militares,
Portugueses,

Talvez alguns ainda se lembrem, no ano passado, de uma senhora, uma rapariga da minha idade, que, quando eu vinha a pé para aqui se aproximou, ali no Marquês, e interpelou-me a saber se eu era "o Ribeiro e Castro das bandas". Encontrei-a outra vez, hoje. Estava à espera de a encontrar.

- Ora viva, minha senhora! Está boa? Ainda bem que a vejo. Veio para as bandas? Olhe que é só à tarde.

- Não, agora, não venho para as bandas. Também tinha esperança de o encontrar. Hoje, vim para as cerimónias.

- Para as cerimónias? Muito me conta. Então, porquê?

- Ficou-me na cabeça aquilo dos 900 anos de que me falou. E, como não fui às cerimónias, pensei que poderia voltar a falar hoje outra vez. A televisão não deu nada. E, assim, ia ouvir.

- Sim, vou falar dos 900 anos de Portugal. É um projecto que temos e em que acreditamos muito.

- Ah! Ainda bem. Assim, vou às cerimónias consigo, se não se importa. Posso assistir?

- Pode. Todo o gosto. Arranjamos-lhe um lugar. Viemos a conversar pela Avenida abaixo. Estava inquieta com os netos. Só lhe falavam de quererem ir para fora, verem a vida muto difícil por cá. Contou que o filho e a nora os encorajavam a partir, quando acabassem de estudar. Ela não queria ficar sem conhecer os bisnetos, "se lá chegasse". Quase a chegarmos cá em baixo, interpelou-me:

- Deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Um amigo meu, que o conhece, contou-me que lhe ouviu a teoria de que Portugal existe por acaso.

- Não é bem isso que eu digo. E nem é tanto quanto a Portugal. Penso que, muitas vezes, as coisas mais extraordinárias, que mais nos encantam e mais gostamos, são coisas que acontecem por acaso. Se resultam de um plano nosso, nele aplicámos o nosso trabalho e inteligência, e se realiza mesmo bem, isso não nos surpreende – fizemo-lo – e claro que gostamos. Mas, se vem de algum acaso e é melhor do que alguma vez pudéssemos imaginar possível, deslumbramo-nos, rendemo-nos, apaixonamo-nos mesmo. Diga-me uma coisa: é casada?

- Sou viúva. O meu marido morreu há cinco anos.

- Oh! Que pena. E como é que se conheceram? Andou atrás dele? Ou ele atrás de si?

- Não. Fui uma vez à Nazaré, veio uma onda muito grande, que me enrolou, e ele segurou-me. Abraçou-me e, olhe, nunca mais deixámos de nos abraçar. Na verdade, foi por acaso.

- Isso acontece muitas vezes na nossa vida. E nos países também. Temos só de estar abertos a ver e a entender.

O Presidente da Direcção da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro, a proferir o seu discurso na Praça dos Restauradores.

Minhas Senhoras,
Meu Senhores,

O amigo desta senhora teria talvez ouvido uma ideia que tenho sobre o Brasil, de ser "um fruto do acaso e do génio português". Acreditemos nele ou não, há o acaso de Pedro Álvares Cabral de, indo para a Índia, ter encontrado o Brasil. E há o acaso de Napoleão (devíamos agradecer), que, ao invadir Portugal, empurrou a Coroa portuguesa para o Brasil, num facto ímpar na história de qualquer país, o que consolidou a unidade do Brasil num período marcante e decisivo da sua história e determinaria a sua independência, como Brasil inteiro.

Em boa medida, podemos dizer o mesmo de Portugal: somos "um fruto do acaso e do génio português". Onde mais conseguimos intuir, perceber, esse extraordinário poder do acaso, é nas coisas que são tão grandes, tão grandes que nenhum poder nosso poderia tê-las feito. São tão vastas, tão belas, tão variadas que estão para além da capacidade de quem quer que seja. Os países são candidatos de primeira linha a essa explicação, entre eles certamente o nosso país Portugal. São acontecimentos, mais do que feituras. Os múltiplos fios (étnicos, religiosos, geopolíticos, culturais...) que nos tecem e as circunstâncias que ditaram e marcaram tempos historicamente decisivos são frequentemente servidos pelo acaso, mesmo quando, depois, o acaso tem de ser alimentado pela tenacidade e pela bravura. Tivemos muitos momentos assim: na fundação, na crise de 1383/85, na dinastia dos Filipes e na Restauração, nas duríssimas Invasões Francesas. Mas o que teria sido de nós, se a peste não tivesse forçado D. João I de Castela a levantar o cerco a Lisboa, em 1384?

A verdade é que levamos 900 anos deste acaso prodigioso, longevidade de muito poucos no mundo. Como diz José Mattoso, esse nosso grande professor, a respeito do século XII em que marcamos o nosso começo, não há um dia, um ano, um só facto, em que possamos dizer que antes não éramos e depois passámos a ser. Escreve Mattoso: «não é possível isolar um momento em que se possa surpreender a passagem do não ser para o ser: a nação não tem certidão de nascimento.» E mais adiante, acrescenta: «A nacionalidade nasce de uma cadeia de factos históricos (no mais amplo sentido do termo, incluindo, portanto, factos coletivos, movimentos sociais e culturais, decisões políticas e conjunturas económicas, etc.) cuja conjugação pode finalmente levar à maturidade do fenómeno nacional.»

É isto que nós consideramos ser merecedor de celebração. Não um dia, mas um tempo. Não um ano, mas um processo. Não um gesto, uma escritura, um momento, mas o desfiar daquele acaso criador de, como Mattoso chama a atenção, vários "factos", "movimentos", "decisões" e "conjunturas", que de um condado fizeram um reino e, por este reino, um país, uma língua, um povo, uma nação e um Estado, isto é, que de um condado fizeram uma das mais antigas nações do mundo. Maravilha!

Hastear da Bandeira Portuguesa.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Vivemos num tempo da vida nacional em que, ao que consta, há incerteza e inquietação com o que se passará nos próximos meses e logo a seguir. Não é problema. Em ocasiões destas, não há como espraiar o nosso olhar pelos 900 anos atrás – e escolher onde pôr a virtude e buscar a inspiração – e, ao mesmo tempo, alargar a nossa visão pelos 50 anos à frente, aí projectando os nossos sonhos e ambições, os nossos desígnios e propósitos. O que são uns meses na grande perspectiva do tempo e da História?

Quando foi da transição em Macau e sua Lei Básica, uma vez mais admirei a capacidade chinesa de regular a 50 anos de vista, como se um século fosse um ponto e vírgula e meio século apenas uma vírgula, Essa capacidade oriental de enquadrar o tempo histórico e de colocar em andamento lento o que não pode, nem deve ser feito de imediato. No ocidente, ganhamos

se entendermos e assimilarmos esta sabedoria chinesa. Na estratégia dos povos e dos países, temos de nos situar, para reger o tempo como deve ser, como pode ser. A história mostra e ensina. A visão larga aponta e marca o rumo para lá das curvas e contracurvas do percurso, dos obstáculos e acelerações.

Apresentámos, há umas semanas, formalmente, ao Senhor Presidente da República a nossa ideia quanto a assinalar os 900 anos de Portugal ao longo dos próximos 50 anos. E, a seguir, inauguramos no Palácio da Independência uma exposição que apresenta e esquematiza a nossa ideia.

Não é obviamente estarmos 50 anos sempre em festa: não seria bom, nem possível. É ter e comunicar o entendimento de a nossa fundação foi um percurso de cerca de 50 anos, que podemos situar de 1128 (a batalha de São Mamede) até 1179 (a bula Manifestis probatum), passando por outros dois picos, em 1139 (Ourique) e 1143 (a conferência de Zamora). Essa janela temporal começa mais cedo, já em 2025, quando passam 900 anos sobre o gesto de Afonso Henriques, muito jovem, de se armar cavaleiro, assim dando o primeiro sinal público do seu propósito de realeza. E a mesma janela temporal marca o espaço em que, de forma escolhida, sempre sob o selo dos 900 anos, podemos assinalar outros factos salientes daquele mesmo período medieval, assim como e outros acontecimentos marcantes noutras épocas ligados à definição do nosso território, à nossa independência e liberdade colectiva, à nossa língua, à nossa identidade e marca. O que procuramos encontrar aí é saber e conhecimento – que nunca ocupam lugar. O que somos? Como nos fizemos? Como aconteceu? Por que aconteceu? E o que queremos buscar aí é inspiração e destino. Para onde vamos? Para onde queremos ir? Que dificuldades queremos vencer? Que metas queremos atingir?

A história contém êxitos e fracassos, E, na tal sabedoria larga de maestria no comando do tempo, devemos inspirar-nos nos êxitos para ir mais longe do que alguma vez fomos e conhecer e reconhecer os fracassos para não recair.

Temos inúmeros problemas para resolver: pobreza que continua a níveis assustadores, crescimento económico insuficiente para servir os nossos filhos e os nossos velhos, coesão territorial a afundar, derrapagem persistente para a cauda da Europa, sistema de justiça com áreas crónicas em crise. Perguntarão: que tem isso a ver com Afonso Henriques? Talvez tudo: ele fez um país e nós não conseguimos governá-lo? Nós estivemos na linha da frente da Europa, somos a frente atlântica do continente, e aceitamos afundar-nos na rectaguarda?

O olhar da História é também a oportunidade de uma chicotada psicológica de brio, de exigência sobre nós mesmos, de amor-próprio, de vontade de realizar. É o que, na Sociedade Histórica, acreditamos poder tirar deste nosso plano e desta ideia: sonho, razão e propósito.

Queremos fazê-lo de forma descentralizada, como somos, como o nosso país se fez e realmente é. Por isso, concebemos e construímos outro subprojecto cuja função é levar esta notícia dos 900 anos à base popular e municipal do país. Chamamo-lo "Forais da Fundação, Municípios de Portugal" e já tem o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, que aqui agradeço. Viseu fez já, neste ano, um trabalho magnífico. Trata-se de celebrar os 900 anos dos forais concedidos pelo nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques, incluindo no período condal, assim como por seus pais, o Conde Henrique e D. Teresa, ou seja, num período que vai de 1095 a 1185. Esta proximidade e aliança entre o rei e os povos, nas suas terras, foi muito importante na construção da nacionalidade e da coesão nacional, que seria fortemente posta à prova no século XIV. E o lema é muito motivador: "As terras que fizeram Portugal já estão a comemorar 900 anos." Essas terras foram à nossa frente. Sinalizaram o caminho.

No outro projecto maior, já articulámos a coordenação institucional com instituições homólogas com que habitualmente cooperamos, com destaque para as grandes Academias; e também já implantámos a Comissão Executiva em todas as Universidades portuguesas, através de um respectivo professor universitário, sob a presidência do historiador e professor João Paulo Oliveira e Costa. Concebemos uma estrutura orgânica cientificamente consistente, credível e respeitável, solidamente implantada, operacional, com uma matriz de atribuição rotativa de responsabilidades na direcção de eventos específicos. Pensámo-lo à medida do que, no nosso entender, Portugal merece para respirar intensamente o oxigénio dos nossos 900 anos.

Estamos prontos a avançar: 2025 é já ao virar da esquina. Gostaríamos também de vir a merecer o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República para este projecto maior; e pedimos o apoio e o envolvimento governamental como é indispensável a um plano desta dimensão e significado. Aqui, a crise política alterou o calendário previsto. Mas continuamos a adiantar trabalho para, a seu tempo, podermos avaliar rapidamente estas ideias com o próximo governo e, então, tomar as decisões necessárias e adequadas.

O Presidente da Direcção, Dr. José Ribeiro e Castro, a proferir o seu discurso na Praça dos Restauradores.

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhora Ministra,
Excelências,

As últimas palavras dedico-as à senhora que desceu comigo a avenida. Chama-se Luísa. Perguntei-lhe se também é Luísa de Gusmão, a grande Luísa do dia nacional de hoje. Riu-se. Gostava que esta inspiração que buscamos nos grandes momentos e fortes referências da nossa História ainda fosse a tempo de nos fazer tão melhores tão depressa que os seus netos já não tivessem aquele impulso de ir para fora. E que ficassem cá com a avó e com os pais, felizes na sua terra e a construir Portugal, com ânimo e confiança, optimismo e ambição de vencer.

Não que eu ache necessariamente mal que as pessoas vão para fora, porque têm hipóteses melhores. Também tenho filhos e netos, e sobrinhos, que foram para fora – e não sei quando virão, nem se alguma vez virão. Não sei. Partir está-nos um pouco no ADN nacional, já não é tão difícil e doloroso quanto era nos anos 50 ou 60, do ponto vista pessoal é sempre melhor ter alternativa do que não ter e, do ponto de vista nacional, pode ser favorável à construção de redes que fortalecem a nossa internacionalização e prosperidade. A liberdade de circulação é um bem, não é um mal.

O que está errado é senti-lo como uma condenação e não como uma escolha: quando os jovens têm de sair não porque realmente queiram, mas porque não encontram vida no seu país. Cada um deve poder seguir o seu próprio sonho, seja cá ou seja lá. E o país deve proporcionar a todos orgulho na terra onde nascem, confiança na terra onde crescem, oportunidades para se realizarem e nos fazerem crescer a todos.

Oxalá ainda estejamos a tempo de alargar os horizontes em Portugal aos jovens que vão tomar decisões estruturais durante esta década, até 2030. Para mudar, basta começar. Depois, é seguir. Porque é que não pomos como objectivo nacional que, em 2036, Portugal atinja, finalmente, a paridade com a média europeia? Depois de anos a fio a receber largas dezenas de milhares de milhões de euros, não é demais atingirmos essa meta básica meio século depois de entrar nas Comunidades Europeias. Por que não vamos por aí? Por que não identificamos marcadores que nos puxem para diante e teimamos em patinar na mediocridade dos últimos lugares?

O 1.º de Dezembro serve para isso. Para alimentar a nossa liberdade e independência. Que país é independente sempre de mão estendida? Sempre dependente dos fundos, que olha com gula, em vez de se focar na construção da própria riqueza? E que liberdade existe, se não for para servir prioridades nacionais?

Vamos lá!

Viva Portugal! Viva os 900 anos de Portugal!

O Ensino da História como Estandarte do «sentido de Independência»

Major-General João Vieira Borges[1]

1. Do "Sentido de Independência"

O "Sentido de Independência" de Portugal pode ser definido como a predisposição e a vontade do cidadão português para expressar e atuar em defesa da conquista e manutenção da sua soberania nas suas diferentes dimensões, desde a política à económica.

Como Estado que também é uma Nação, esse sentido do cidadão português tem ainda maior significado, pois traduz-se na defesa (por diferentes meios) permanente da autonomia da sua terra e da sua gente, apesar das concessões assumidas (politicamente) de soberania no âmbito de organizações supranacionais como a União Europeia.

Mas como se cria e mantém esse "Sentido de Independência", num mundo crescentemente globalizado e muito especialmente numa União Europeia que cultiva valores comuns importantes, mas que no seu conjunto atenuam "o Espírito de Defesa"[2] e mesmo o "Sentido de Independência"?

Só ama quem conhece e, por isso, é fundamental que os portugueses dominem a História de Portugal, seja no âmbito da História da Europa, seja ainda no da História Universal. No entanto, esse conhecimento deve ser alargado das fronteiras da cronologia às grandes figuras e aos feitos que marcaram o país e o Mundo, com um sentido positivo, construtivo, e enquadrado no tempo histórico. Portugal tem uma História de que se deve orgulhar, que constitui uma mais-valia estratégica, e por isso deve ser ensinada com método e rigor, mas simultaneamente com sentido patriótico.

A criação e a manutenção da Independência custaram a vida a muitos milhares de portugueses desde (pelo menos) 5 de outubro de 1143 (reconhecimento da independência de Portugal pelo rei Afonso VII de Castela, no Tratado de Zamora). Por isso, os nossos jovens devem saber e compreender a razão e importância da Independência de Portugal, para consolidarem o necessário "Sentido da Independência", muito para além do próprio "Espírito de Defesa" de cariz mais militar. E esse saber e compreensão constituem uma responsabilidade primária dos pais e da Escola. Mas se os pais não aprenderam na sua Escola, cabe à nova Escola consolidar os programas de acordo com as novas metodologias e utilizando os novos auxiliares, mas mantendo o objetivo principal de ensinar o essencial da História de Portugal aos portugueses.

Painel de Azulejos evocativo do Tratado de Zamora.

Infelizmente, temos assistido (como pais, educadores e cidadãos), ao longo das últimas décadas, à redução da carga horária dos programas de História no ensino em Portugal, com consequências diretas no necessário "Sentido da Independência", que tem por base o "Orgulho em ser português". Neste âmbito, relembramos o "Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças

Armadas" editado pelo Ministério da Defesa Nacional (DGRDN e IDN – e ICS-IPRI) em julho de 2021 na parte relativa ao orgulho em ser português e à disponibilidade para participar na Defesa do País. Cerca de 69,2% dos inquiridos sentem muito orgulho em serem portugueses, sendo residual a percentagem dos que não se sentem nada orgulhosos da nacionalidade (1,3% - pouco orgulhosos são 7,3% e algo orgulhosos 22,3%). Já no que se refere à disponibilidade dos inquiridos para participarem na defesa do País, 31,9% não estariam dispostos a integrar uma reserva de voluntários para, em caso de necessidade, participarem na defesa de Portugal (24,4% em qualquer circunstância e 43,7% só em missões de apoio à população). Importa destacar que, apesar dos dados favoráveis no que concerne à disponibilidade para defender o País, somente 35% dos jovens (18-24 anos) deliberadamente o assumem em qualquer circunstância, inclusivamente em face de um ataque militar. São dados preocupantes, que poderão ser alterados em função da invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro de 2022.

Assim, para não corrermos o risco de nos ficarmos pelas perceções, fomos analisar a evolução do ensino da História em Portugal, para a relacionarmos com o "Sentido de Independência", diretamente relacionado com o "Espírito de Defesa", em especial num período em que a Ucrânia, com o apoio do Ocidente, luta pela independência adquirida legitimamente em 1991.

2. Do Ensino da História

O estudo da História contribui para a compreensão da diversidade dos comportamentos humanos ao longo dos anos e para questionar narrativas diferentes, desde que sustentado por "evidências sólidas"[3]. Por isso é tão importante o que é ensinado, a forma como é ensinado, a qualidade das fontes e a formação dos professores. No seu conjunto, a História, a par de outras disciplinas, "contribui para o desenvolvimento de valores, atitudes, capacidades, conhecimentos e compreensão crítica", ajudando especificamente a compreender criticamente o presente, tendo como pressuposto que "qualquer evento do passado deve ser interpretado no seu contexto histórico, de forma a despertar consciência de que as interpretações históricas podem e devem ser debatidas..." (Conselho da Europa, 2018).

Em Portugal, o currículo nacional é obrigatório e centralizado. Mais recentemente foi dada maior flexibilidade na gestão curricular às escolas (DL n.º 55/2018), no sentido de se promover uma maior inclusão dos alunos, "uma aprendizagem centrada nos alunos, no desenvolvimento de competências transversais, como de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar e implementar a componente de Cidadania e Desenvolvimento, como disciplina obrigatória no Ensino Básico" (Glória Solé, 2021, p.23).

De acordo com Glória Solé (2021, pp. 21-22) "...os programas de História ainda mantêm uma estrutura linear e cronológica, com grande enfoque na História de Portugal, ou seja, prevalecendo uma História Nacional, embora integrada na História Europeia e Mundial a partir do 3.º CEB. Mudanças profundas têm surgido no ensino da História em Portugal, operadas pelos documentos curriculares em vigor, pela renovação dos manuais escolares em linha com as novas orientações curriculares e uma aposta na formação docente que privilegie a formação contínua e o ensino por competências, em sintonia com a agenda para a Educação do Século XXI (UNESCO)."

O sistema educativo português está divido em níveis de ensino sequenciais, que incorporam as seguintes disciplinas da área da História e respetivas cargas horárias:

- Educação Pré-escolar, que é opcional;
- Ensino Básico, que compreende:
- 1.º ciclo de quatro anos (a História está integrada na área de **Estudo do Meio**, com uma carga horária de 3 horas por semana);

Aulas de História ministradas ao 1.º ciclo do Ensino Básico.

- 2.º ciclo de dois anos, que integra o 5.º e 6º ano de escolaridade (a História está integrada na área das Línguas e Estudos Sociais como complemento à área de Estudo do Meio do 1.º ciclo, na disciplina de **História e Geografia de Portugal**, integrando as duas componentes História e Geografia. A carga letiva tem-se vindo também a reduzir, e atualmente corresponde a dois ou três tempos letivos);

- 3.º ciclo com a duração de três anos, que integra o 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade (**História** e Geografia constituem

disciplinas obrigatórias e autónomas, tendo cada uma 2 horas semanais – Português e Matemática têm 4 horas cada);

- Ensino secundário, que corresponde a um ciclo de três anos, com o 10.º, 11.º e 12.º anos (a disciplina de História surge no plano de estudos dos cursos científico – humanísticos de ciências sociais e humanas (**História A**), de ciências socioeconómicas (**História B**) e Artes Visuais (**História da Cultura e das Artes**), com programas diferentes, adequados às reais necessidades dos alunos que frequentam um e outro curso). A carga horária de História A, História B e História e Cultura e das Artes é de cinco tempos nos 10º e 11º anos e a História A do 12.º ano seis tempos escolares.

De acordo com Gloria Solé (2021, p. 50), "se por um lado, o número de horas de História se tem vindo a reduzir nos vários níveis de escolaridade, também os conteúdos a lecionar têm sido menores e menos aprofundados, permitindo às escolas flexibilizar em 25 % os conteúdos a lecionar.".

Algumas escolas optaram por reduzir o número de horas letivas de História em favor de outras disciplinas sociais, como a Geografia e a Cidadania e Desenvolvimento, posição contestada pela Associação de Professores de História em Portugal (APH - Circular Informação 09/2018):

- "2 .A distribuição da carga horária semanal da disciplina de **História e Geografia de Portugal não pode nunca ser, nestas circunstâncias, inferior a 6 tempos e a carga semanal da disciplina de História do 3º ciclo não deve ser inferior a 9 tempos**. Nada na matriz aponta para que assim não seja. Mais uma vez afirmamos que, apenas por má-fé de algumas escolas, essas não sejam as opções tomadas.

- 3. A disciplina de **Cidadania e Desenvolvimento**[4], à qual são atribuídos até 25 minutos semanais, foi pensada, como é óbvio, e como foi aplicado em muitas escolas na fase de experimentação, para ser lecionada, preferencialmente, em regime de semestralidade, fazendo par com a disciplina de TIC. Esta disciplina, tal como foi reiterado por diversas vezes pela tutela às Associações de Professores de História e de Geografia, **deve ser lecionada por docentes do grupo das Ciências Sociais e Humanas** (ANEXO III do decreto-lei nº 55/2018). A haver escolas onde não seja possível entregar a lecionação desta disciplina a estes docentes os minutos devem, obrigatoriamente, ser retirados ao crédito de minutos da cada escola e, nunca, ao grupo das Ciências Sociais e Humanas. A APH considera que, no grupo de Ciências Sociais e Humanas os professores de História, devido à especificidade do currículo da disciplina, devem ser os designados para lecionar esta disciplina."

Mapa de Portugal

A temática da Independência de Portugal é estudada no 5º ano de escolaridade na disciplina de História e Geografia de Portugal, e os alunos devem ficar capazes, no âmbito da "formação do reino de Portugal" a:

- contextualizar a autonomia do Condado Portucalense e a formação do Reino de Portugal no movimento de conquista cristã, ressaltando episódios de alargamento do território e da luta de D. Afonso Henriques pela independência;

- referir os momentos-chave de autonomização e reconhecimento da independência de Portugal, nomeadamente o Tratado de Zamora e o reconhecimento papal da nova potência;

- identificar/aplicar os conceitos: condado, fronteira, independência, reino, monarquia.

O estudo do reino de Portugal é aprofundado no sétimo e décimo ano de história e outros momentos relacionados com a independência, em sentido restrito, estão presentes nos programas, casos do alargamento de fronteiras até D. Dinis, da crise 1383-85, da restauração, das invasões francesas, etc. Entretanto, a singularidade de Portugal é explorada no contacto europeu e mundial, justificando-se nos diferentes contextos a manutenção da sua independência.

Mesmo sem analisarmos mais em pormenor os programas das diferentes disciplinas de História, desde o Ensino Básico ao final do Ensino Secundário, entendemos que, de acordo com os estudos de Glória Solé e a posição institucional da Associação dos Professores de História, a questão mais critica relativamente à aprendizagem diz respeito à redução da carga horária semanal, o que tem sido agravado com a Covid-19 e mais recentemente com as lutas dos professores em prol de melhores condições e da valorização da profissão. É importante recordar que a história perdeu 1/3 do seu tempo na sala de aula nos últimos anos, com prejuízo dos alunos e sem benefícios aparentes do ganho de horas das outras disciplinas. O caso da

semestralidade da disciplina de História ainda é mais grave, pois os alunos só têm a disciplina durante metade do ano, sem tempo de maturação, de interiorização e de consolidação dos conhecimentos.

3. Lições para o Presente

Considerando o atrás exposto concluímos que os programas de História do ensino básico ao secundário em Portugal estão bem organizados e estruturados. Os factos associados à "Independência de Portugal", designadamente o tratado de Zamora e o reconhecimento papal, são tratados de modo cronológico e com o necessário enquadramento europeu e mesmo mundial.

No entanto, a redução gradual da carga horária, a par de outras situações castradoras da carga horária, tem levado a abordagens mais genéricas ou então ao incumprimento dos programas já de si menos aprofundados. Por outro lado, as mesmas razões, a par de outras de cariz financeiro, têm levado à redução das necessárias e adequadas visitas de estudo, tão importantes para a consolidação dos conhecimentos e para a criação do necessário orgulho em ser português, associado diretamente ao "sentido de independência".

Então o que podemos fazer a curto prazo?

Começar por ir ao encontro das propostas apresentadas pela APH, em termos de carga horária, seja no âmbito da História ou da Cidadania e Desenvolvimento, o que irá permitir a realização de mais visitas de estudo e de maior reflexão sobre um tema tão estruturante. A luta pela manutenção da independência da Ucrânia, da sua soberania e integridade territorial, na sequência da invasão injusta e imoral por parte da Rússia, é um tema diário para os jovens em geral, o que os leva a refletir sobre como manter e lutar pela independência da sua terra e da sua gente. Nesse sentido, estão hoje mais motivados para fazer as devidas analogias entre os diferentes países e perceber que Portugal é um dos Estados Nação mais antigos do Mundo, facto que deve ser motivo de orgulho e uma mais-valia estratégica.

Mas também devemos trazer a juventude para as cerimónias mais marcantes da História de Portugal, em especial as diretamente ligadas à luta pela Independência de Portugal, casos do 5 de outubro (1143) ou do 23 de maio (1179), ação que tem sido alvo de um esforço enorme da SHIP, mas infelizmente com pouca correspondência por parte da sociedade portuguesa em geral e dos políticos em particular. É preciso chegar aos jovens com uma nova linguagem, novas metodologias e novos instrumentos, que no seu conjunto promovam o gosto pela História.

Outra ação diz respeito à necessidade de um maior investimento na formação dos professores nestas temáticas relacionadas com a independência nacional, seja no âmbito do Instituto da Defesa Nacional, do Instituto Diplomático ou mesmo da Instituição Militar em geral.

Em conclusão, entendemos que o Ensino da História constitui um estandarte do Sentido de Independência e mesmo do Espírito de Defesa, pelo que deve ter uma atenção muito especial da parte dos diferentes atores políticos. O futuro constrói-se hoje e os jovens são a semente que devemos cuidar e alimentar, com o orgulho de pertencermos a um dos Estados Nação mais antigos do Mundo, detentor de uma História que marcou profundamente a História da Europa e do Mundo.

Major-General João Vieira Borges

Bibliografia:
- Barrento, General António Eduardo Queiroz Martins (2023). Espírito de defesa. Revista Militar, n.º 5 – maio 2023, pp. 369-375.
- Borges, João Vieira (2004). Carácter, Liderança e Cidadania no Ensino Superior. Revista Nação e Defesa, número Extra Série, julho 2004, pp. 201-208.
- Borges, João Vieira (2022). Garantir a Soberania: Alianças e Segurança Nacional – Uma visão estratégica. in Lã, João Rosa & Faria, Ana Leal de & Cunha, Alice, A Diplomacia e a Independência de Portugal, BookBuilders, novembro de 2022, pp. 163-176, pp. 177-185.
Conselho da Europa (2018). 108118POR - Qualidade da educação histórica no século XXI. Educando para a diversidade e para a democracia: ensinando História na Europa contemporânea. Princípios e linhas orientadoras.
- DL n.º 55/2018, de 6 de julho.
- MDN (2021). Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas. DGRDN IDN, ICS-IPRI, julho de 2021.
- Rangel, Jorge A. H. (2010). Editorial. Revista Independência, n.º 1.
- Solé, Glória (2021). Ensino da História em Portugal: o currículo, programas, manuais escolares e formação docente. El Futuro del Pasado, 12, 21-59.

https://doi.org/10.14201/fdp2021122159

Sites:
https://www.dge.mec.pt/historia-e-geografia-de-portugal
2º ciclo_
https://www.dge.mec.pt/historia-e-geografia-de-portugal
3º ciclo - https://www.dge.mec.pt/historia
secundário (tri-anual) - https://www.dge.mec.pt/historia-ch-lh
secundário (bi-anual) -
https://www.dge.mec.pt/historia-da-cultura-e-das-artes
12º ano (anual) -
https://www.dge.mec.pt/noticias/historia-culturas-e-democracia
Cidadania e Desenvolvimento -
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Aprendizagens_Essenciais/cidadania_e_desenvolvimento.pdf
Portal de apoio à Cidadania e Desenvolvimento:
https://apoioescolas.dge.mec.pt/nivelciclo/cidadania-e-desenvolvimento-1

[1] Agradeço à Professora Isabel Pestana Marques a cedência de fontes e a revisão do texto.

[2] Para o General António Barrento (2023, p.1), "o espírito de defesa é a predisposição e a vontade que as pessoas tenham e expressem para defender algo importante que pode ser destruído ou danificado por uma ação exterior.".

[3] Como advogam Prats & Santacana (2011 – in Glória Solé 2021) uma das finalidades do ensino da História visa, entre outras, a construção de uma consciência crítica nos alunos, base fundamental de uma cidadania ativa, para além de outras adstritas à própria ciência da História, como o conhecer o passado, para melhor compreender a realidade do presente e projetar ações no futuro; abordar problemas sociais relevantes, temas difíceis e problemáticos; tomar consciência e sensibilidade para problemas sociais; desenvolver competências cognitivas; valorizar e defender o Património; desenvolver uma consciência temporal e também educar em valores e sobre uma ideia de cidadania democrática, embora esta última não deva ser exclusiva da História, mas outras áreas do saber devem se preocupar com esta dimensão também.

[4] Visa promover nos alunos o exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade.

650 anos da Aliança Luso-Britânica

José Ribeiro e Castro

O Tratado de Londres de 1373, que estamos a celebrar, é um pilar de uma surpreendente manifestação geopolítica de grande alcance. É formidável. Uso propositadamente esta palavra: geopolítica. É uma palavra que não existia na altura, no final da Idade Média – nem o seu conceito, a sua simples ideia. E, no entanto, a Aliança Luso-Britânica é disso que se trata: pura geopolítica.

As circunstâncias que precederam imediatamente este Tratado não são particularmente brilhantes do ponto de vista da nossa história: envolvermo-nos na disputa por outras coroas na Península Ibérica nunca foi sensato para nós; e poderia parecer um convite para que outros viessem disputar a nossa própria coroa. Mas o Tratado, em si mesmo, é um bom tratado: consolida e consagra uma experiência de boas relações que já existia há dois séculos, desde o início do nosso reino independente, em meados do século XII. É um tratado de paz, de amizade e de aliança contra os inimigos de ambos as partes, prevendo a ajuda militar mútua quando necessário.

O tratado seguinte, o Tratado de Windsor de 1386, foi precedido de circunstâncias particularmente brilhantes – aliás, testadas no campo de batalha em defesa da nossa independência nacional – e seguido de factos não só bastante brilhantes, mas de invulgar excelência: o casamento do nosso rei D. João I com Filipa de Lencastre e os extraordinários filhos que tiveram, geração que resultaria, entre outros feitos, no início dos Descobrimentos.

Volto à palavra que usei no início: geopolítica. Basta olhar para o nosso mapa para perceber imediatamente a inteligência geopolítica desta aliança. É apenas natural que um grande reino localizado na maior ilha da Europa, no Noroeste do Continente, procurasse relações privilegiadas e uma aliança com outro reino localizado no extremo ocidental do Continente, na península mais ocidental da Europa – e vice-versa. O grande reino insular nunca ambicionou ser um império continental europeu e foi, por vezes, a salvação do reino peninsular contra ameaças, ataques e invasões de impérios continentais. E este reino peninsular foi várias vezes um porto seguro para o grande reino insular. Os dois reinos compartilhavam uma riqueza além da terra: o mar, o imenso mar oceânico e o poder da navegação.

Hoje, quando olhamos para 650 anos atrás e vemos tudo o que esta aliança foi e é – "a mais antiga aliança diplomática ainda em vigor", como costuma dizer-se – não podemos ter a fantasia de imaginar que D. Fernando e Eduardo III ou D. João I e Ricardo II tiveram a visão de antecipar e adivinhar tudo o que viria a ser.

É evidente que não. Os tratados, nomeadamente o de Londres, foram ditados sobretudo por pragmatismo. Mas penso que tenho razão em pensar que eles também foram determinados pelo instinto; e esse instinto foi uma inspiração muito boa: um instinto geopolítico. É o que melhor se vê no Tratado de Windsor, que acrescenta à dimensão da defesa a liberdade de comércio e trânsito dos ingleses e portugueses no território da outra parte – uma cláusula de livre circulação que já tinha antecedentes algumas décadas antes e que antecede em vários séculos a presença de ambos os países no Acordo Europeu de Comércio Livre (EFTA), a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a União Europeia (UE).

Termino, pois, com uma breve nota inspirada nestes 650 anos de Aliança Luso-Britânica. Respeito plenamente, sem qualquer tipo de reserva, a soberania do Reino Unido e a total liberdade das suas decisões. Mas, para dizer a verdade, tive pena de assistir ao Brexit e tenho saudades do Reino Unido na União Europeia. A UE não é a mesma sem os britânicos. Sinto-me um pouco só. Anseio imensamente pelo dia em que iremos – mais uma vez juntos – partilhar a construção e o funcionamento do mesmo projeto europeu. É a ordem natural da geopolítica.

Martinho — de soldado a santo: lenda, capela, Verão, magusto e... um rei português

João Abel da Fonseca

Muito boa tarde caríssimos convivas, com uma saudação especial ao 'Coral Contas e Cantos', de Belo Horizonte, e, um por todos, o Senhor Presidente da SHIP, Dr. José Ribeiro e Castro, saudando-o por mais esta excelente iniciativa.

Diz o povo que para as festas querem-se as vésperas e assim estamos a cumprir hoje, véspera do 'Dia de São Martinho', 11 de Novembro.

Martinho nasceu na Panónia Prima, actual Hungria, na cidade de Sabária, ou Savária, actual Szombathely, por volta do ano 316, filho de uma família pagã com algum estatuto social, já que seu pai servia, como comandante, numa legião romana. Seguindo a mesma carreira a partir dos 15 anos, o então jovem oficial encontrava-se integrado numa legião estacionada na Gália, actual França, cerca do ano de 338. Diz a lenda que, perto da cidade de Samarobriva, actual Amiens, num dia frio e chuvoso de Inverno, Martinho seguia montado a cavalo quando encontrou um mendigo, à beira da estrada, a tremer de frio. Sem que nada lhe pudesse dar, pegou na espada e cortou o seu manto ao meio, cobrindo-o com uma das partes, continuando a viagem. Naquele momento, as nuvens negras desapareceram e o Sol surgiu. O bom tempo prolongou-se por três dias. Na noite seguinte, Cristo apareceu-lhe num sonho coberto por aquela parte do manto e, voltando-se para a multidão de anjos que o acompanhavam disse, em voz alta: "Martinho cobriu-me com esta veste".

A tradição oral, passada de geração em geração ao longo dos séculos, contava que o sonho impressionara a tal ponto o jovem soldado que este, por ocasião do Natal ou da Páscoa seguinte, se fizera baptizar, tornando-se cristão. A aura de santidade não tardou a correr, sendo que aquele pedaço de manto foi guardado num relicário e conservado num oratório, construído de propósito para aí poder ser visto e venerado pelos crentes. Sabemos, contudo, que foi só mais tarde, em 356, depois de ter abandonado o exército que foi baptizado. Tornou-se discípulo de Santo Hilário, bispo de Pictavium, actual Poitiers, na zona oeste da actual França, que o ordenou diácono e presbítero, regressando de seguida à Panónia, onde converteu a mãe. De volta à Gália, foi perto de Poitiers que fundou o mais antigo mosteiro conhecido na Europa, na região de Ligugé. Conhecido pelos seus milagres, o santo atraía multidões. Foi ordenado bispo de Cesaroduno, a cidade dos Turões, actual Tours, em 371, e fundou o mosteiro de Marmoutier, na margem do rio Loire. Pregador incansável, foi também o fundador das primeiras igrejas rurais na região da Gália, onde atendia tanto ricos como pobres. Morreu, já octogenário, a 8 de Novembro de 397 em Condate, actual Candes-Saint-Martin, e foi sepultado no dia 11 seguinte, em Tours, local de intensa peregrinação desde o século V.

São Martinho, de Domenico Ghirlandaio, século XV (Florença)

São Martinho (Mosteiro de Tibães)

A palavra capela tem origem no vocábulo latino diminutivo de capa, que significa manto, logo capela seria uma capinha, uma capa pequena. Passando da tradição oral à escrita, o vocábulo capela terá aparecido, pela primeira vez, num documento datado do ano 660 para designar um pedaço da capa de São Martinho. O termo foi mais tarde alargado a outros relicários e passou a substituir a palavra oratório. Já no século XIII, a palavra se aplicava a qualquer local consagrado ao culto religioso e, desde o século XV, passaria a designar um «lugar separado na igreja e onde há um altar», alargando-se depois a todos os locais de culto que não tinham o estatuto de igrejas, ou seja, da origem, no latim medieval, até aos nossos dias, vem a significar, por confusão do continente com o conteúdo, o mesmo que ermida ou igreja pequena. Por seu turno, os guardiões de um santuário que acolhia uma relíquia passaram a designar-se por «cappellani», e daí a origem das palavras capelão e capelania.

Quanto ao curto período do ano conhecido em Portugal por 'Verão de São Martinho' acolhe-se à lenda, sobre os tais três dias de bom tempo relatados, que se seguiram ao frio e à chuva. Ocorrem pela altura em que no santoral se comemora o 'Dia de São Martinho', ou seja, 11 de Novembro.

Acontece que à lenda se junta a tradição portuguesa de por esta ocasião confluir um outro acontecimento que o ditado popular contempla: "No dia de São Martinho vai-se à adega e prova-se o vinho". Na verdade, em Portugal é tradição fazer-se um magusto, beber-se água-pé ou jeropiga e comerem-se castanhas. De acordo com alguns autores, como José Leite de Vasconcelos, a realização do 'Magusto dos Santos' é uma reminiscência de antiquíssimos rituais fúnebres pagãos, festivais que comemoravam o início do Inverno, segundo a tradição celta, durante os quais se faziam oferendas em géneros alimentares às almas dos mortos. Assim foram assimilados os rituais transpondo-se para o Dia de Todos os Santos, onde se acendiam fogueiras e se assavam castanhas. Importa considerar que a origem da palavra magusto vem do latim «magnus ustus» que significa grande fogueira, que antigamente designava a própria fogueira onde as castanhas eram assadas.

O quinto filho, e segundo varão, de D. Afonso Henriques e D. Mafalda de Sabóia nasceu a 11 de Novembro de 1154, razão pela qual foi baptizado com o nome de Martinho, sabendo-se como o santo era considerado o apóstolo da Gália, com o epíteto de «Pai das Gálias», tão venerado no ducado da Borgonha, a cuja casa pertencia o seu avô, o conde D. Henrique. O mais velho dos filhos, Henrique Afonso, nascera em 1147, seguido por três irmãs, sendo que Martinho não estava destinado a suceder ao pai como rei, não fora Henrique ter falecido em 1155, poucos meses após o nascimento do irmão. O nome, sem tradição entre os reis hispânicos, fez com que o neófito fosse, prontamente, rebaptizado Sancho Afonso, entendido este como mais apropriado para o futuro segundo monarca do reino de Portugal.

Acertadas as contas com estas histórias singelas da História, resta-nos agradecer o honroso convite para Vos roubar algum tempo entre o precioso cante e o magusto de castanhas e água-pé.

Nestes tempos conturbados, com tanto frio na alma e no coração das gentes, brindemos em uníssono pelo calor da Esperança na Paz mundial.

Muito grato pela Vossa atenção neste momento irmanado de confraternização luso-brasileira.

Dr. João Abel da Fonseca, no uso da palavra.

O Quartel Colégio Hotel de Cachoeira do Campo - A história de uma edificação tricentenária em Ouro Preto

Jorge Rebelo de Almeida

No Brasil, já desde 1643 que as terras altas, na abertura do Rio Doce, eram alvo dos interesses da colónia americana de Portugal. A sonhada descoberta do ouro vai realizar-se no meado da década de 1670 pelo adentramento das expedições paulistas. Para além da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, o eldorado brasileiro aguardava a chegada das legiões humanas que logo o povoaram.

A fundação da povoação de Cachoeira do Campo deu-se em 1705. A primeira construção importante de cunho civil e público foi um quartel, num ponto estratégico que Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar e futuro Marquês de Alorna, quis aproveitar e reforçar enquanto local de defesa. Eclodia, entretanto, a sedição de Vila Rica (atual Ouro Preto), a 28 de junho de 1720, que terminou com a prisão, em Cachoeira do Campo, do tribuno popular Felipe dos Santos Freire. Após este acontecimento, Dom Pedro de Almeida pretendeu mudar a capital da província de Mariana para Cachoeira do Campo, onde os governadores-capitães-generais passariam a residir e onde se instalaria uma casa de fundição. Aí, Dom Pedro de Almeida mandou levantar um quartel e, em 1735, as terras de Cachoeira tornaram-se sede unida do governo civil e militar de Vila Rica (hoje Ouro Preto). É aqui que fica então alojado o esquadrão de cavalaria que estava antigamente na Vila do Carmo, em Mariana.

Neste contexto de reorganização das forças militares portuguesas, entra em funcionamento em 1779 o novo Quartel do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, embora sua história remonte, pois, às primeiras décadas do século XVIII e a episódios marcantes da história mineira, como a Guerra dos Emboabas (1709), a Revolta de Felipe dos Santos (1720), a Inconfidência Mineira (1789) e, mais tarde, a Sedição Militar ou Revolta do Ano da Fumaça, em 1833, período em que serviu para fins militares pela última vez.

Efetivamente, ao longo dos tempos sucederam-se ampliações destas instalações, com mais espaço para albergar militares e os seus cavalos, tendo sempre as forças em prontidão. Nas proximidades do Quartel, ergueu-se o Palácio dos Governadores, no qual eles veraneavam, deixando Vila Rica (Ouro Preto) em razão do excelente clima de Cachoeira do Campo. Durante o Palácio, hoje desaparecido, foi o sítio de recreio, repouso e residência de férias da corte das Minas.

Em 1816, nas terras do núcleo colonial e nalguns edifícios, fizeram-se adaptações para acolher a Coudelaria Real de Cachoeira do Campo, que viria a ficar pronta em julho de 1819. Dom João VI destinou a essa Coudelaria parte dos cavalos que mandou trazer de Alter do Chão.

Funcionava como um centro de criação e aprimoramento de cavalos de raça e era aqui que se criavam os cavalos para a tropa e os carros reais utilizados até na corte do Rio de Janeiro. Mais tarde, já com Dom Pedro II, a população de Cachoeira do Campo pede que a propriedade tenha uma finalidade social mais relevante, pelo que o monarca acaba por desistir da coudelaria. Optando-se pela distribuição de terras a colonos, em 1889 é inaugurada a colónia agrícola D. Pedro II que, com o advento da República, recebeu o novo nome de Cesário Alvim, primeiro governador republicano de Minas Gerais. Contudo, o governo mandou suspender o processo e a propriedade ficou sem utilização.

Surge a ideia de convidar os salesianos para fundarem um estabelecimento agrícola, à semelhança dos que já tinham noutras regiões. Em 1893, as terras são-lhes oficialmente cedidas, com a contrapartida de recuperarem os edifícios, bastante degradados e invadidos pelo mato, e de ali instalarem uma escola agrícola. O padre salesiano Agostinho Crucifico Zanella foi o encarregado da reconstrução e a 24 de maio de 1896 era inaugurado o Colégio Dom Bosco. Destinada, inicialmente, a formar engenheiros agrícolas, foi a primeira casa salesiana de Minas. E aqui encontram-se relíquias como a primeira imagem de N. Sra. Auxiliadora a entrar em terra mineira, um grande relógio de sol situado no pátio interno, e a

primeira serralharia hidráulica do Brasil, construída no início do século XX.

A partir de Cachoeira do Campo, os salesianos foram pioneiros da agricultura mecanizada em Minas, incentivando as autoridades locais a modernizarem os seus processos agrícolas. Nas décadas que se seguiram, a atividade educativa prosseguiu, cruzando-se depois com utilização religiosa do espaço por parte da comunidade salesiana. Já nos últimos tempos de ocupação, chegou também a albergar trabalhadores de empresas das redondezas.

Em maio de 2023, o grupo hoteleiro Vila Galé e o Governo de Minas Gerais oficializaram a concessão do espaço para abertura de um hotel em Ouro Preto, num investimento de R$ 80 milhões, que vai gerar 120 empregos permanentes diretos e 600 postos de trabalho indiretos.
O Colégio Dom Bosco é um prédio histórico classificada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Com a intervenção da Vila Galé, a edificação será restaurada e fará parte da linha Collection, composta por hotéis boutique, que dão ênfase à exclusividade, à cultura e à arte. O novo hotel ficará integrado numa gigantesca área de 274,86 hectares e um perímetro de 10.120 metros, onde serão construídas áreas experimentais de vinhas e olivais ou trilhas ecológicas com cascatas. O empreendimento contará com 233 quartos na primeira etapa e mais 64 na segunda, dois restaurantes, dois bares, sete salas de convenções, um auditório, capela, biblioteca, sala de jogos, Spa Satsanga com piscina interior aquecida, Clube Infantil NEP com parque aquático, entre outros atrativos. Abrigará também um Memorial do Colégio Dom Bosco e um Memorial da Polícia Militar de Minas Gerais, que remete a sua criação ao Quartel de 1779.

O Colégio Dom Bosco é considerado um dos berços da liberdade no Brasil. Construído pelo governador Dom Antônio de Noronha, entre 1775 e 1779 para albergar a recém-formada Cavalaria do Regimento das Minas, conforme escrito na tarja da sua porta externa, que, segundo os historiadores, é atribuída à talha do Aleijadinho (arquiteto e escultor António Francisco Lisboa). O Quartel, como era chamado na altura, foi uma das sedes do movimento da Inconfidência, onde trabalhava e se tornou alferes o Tiradentes (alferes Joaquim José da Silva Xavier). Ali reuniu-se uma tropa de três mil homens, em 1775, para descer ao Rio de Janeiro e embarcar com destino a Santa Catarina, a fim de enfrentar uma possível invasão espanhola. O Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, pôs fim ao conflito e a tropa retornou. O Aleijadinho integrou essa legião, como arquiteto, pois devia projetar quarteis portugueses em Santa Catarina.

O valor patrimonial deste conjunto arquitetónico, paisagístico e arqueológico está nas suas edificações sede e adjacentes, alteradas ao longo do tempo, mas sobretudo no significado que as instituições ali instaladas, uma após a outra, tiveram para a memória local, estadual e nacional.

A Doutora Maria Leonor Machado de Sousa – evocação da nossa Conselheira

Ana Leal de Faria

CONSELHO SUPREMO, 26 de setembro de 2023

Exmo Senhor Presidente do Conselho Supremo, Almirante Henrique Alexandre da Fonseca
Exmo Senhor Vice-Presidente, Dr. João Manuel de Almeida Loureiro
Exmo Senhor Secretario, António Bernardino e Silva Gonçalves,
Exmos Senhores Conselheiros

Cabe-me evocar a memória da conselheira Maria Leonor Ribeiro da Fonseca Calixto Machado de Sousa - nasceu em Lisboa, a 11 de novembro de 1932, onde morreu, a 16 de setembro de 2021 - cumprindo, assim, uma tradição do Conselho Supremo, que me deu a grande honra da eleição para a cadeira nº 37, deixada vaga por sua morte, há cerca de dois anos.

Tinha perto de 89 anos de idade, mas ainda foi a tempo de ser agraciada pela rainha Isabel II de Inglaterra com o título de Member of the Most Excellent Order of the British Empire, pela sua importante contribuição para as artes e ciências no âmbito das relações luso-britânicas, nomeadamente o trabalho pioneiro sobre a escrita de viagens de vários famosos viajantes britânicos no nosso país e a investigação sobre Wellington e a Guerra Peninsular. Deve acentuar-se que esta ordem, estabelecida em 1917 pelo rei Jorge V, só muito raramente é atribuída a cidadãos não britânicos e autoriza a utilização do título MBE após o nome da individualidade por ela agraciada.

A Prof.ª Doutora Maria Leonor Machado de Sousa com a condecoração dada pela Rainha Isabel II de Inglaterra.

Tinha pouco mais de vinte anos quando se licenciou em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa (julho de 1954), com uma dissertação sobre A Literatura Negra ou de Terror em Portugal (sécs. XVIII e XIX). A elevada classificação que obteve, 18 valores, era muito rara nessa época. Com um quadro de professores muito exíguo, as novas contratações eram raríssimas pelo que não admira que a nossa homenageada não tivesse tido lugar na universidade.

Seja por essa razão, seja porque, entretanto, foi mãe de quatro filhos [2], o que é certo é que só vinte anos mais tarde, Maria Leonor Machado de Sousa iniciou a sua carreira académica, ingressando no corpo docente de uma instituição universitária nova – a Universidade Nova de Lisboa - fundada no quadro de um projeto de expansão do ensino superior desenvolvido por Veiga Simão, fundação essa cujo meio centenário se comemorou no mês passado (11 de agosto de 1973).

Capa do livro "Inês de Castro - Um tema Português na Europa", de Maria Leonor Machado de Sousa.

Foi nessa novíssima universidade que Maria Leonor se doutorou em Ciências Literárias (1977), com uma tese sobre Francisco Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos primeiros decênios do séc. XIX. Dois anos depois aí fez concurso para Professora Extraordinária de Literatura Inglesa, logo passando a Professora Catedrática (dezembro de 1979).

Maria Leonor Machado de Sousa dedicou-se à investigação sobre a escrita de viagens e sobre os ingleses na Guerra Peninsular, estudou também os poetas modernistas e a difusão dos mitos portugueses na Europa: D. Inês de Castro, que pesquisava desde 1980 e sempre foi um tema da sua predileção, tentado ver como a Europa absorvera esta tragédia amorosa; também a presença de D. Sebastião ou de Luís de Camões na literatura inglesa atraíram a sua atenção de estudiosa, sensível aos dramas da História da sua pátria. Mas não se limitou a uma investigação puramente intelectual, dinamizando importantes instituições culturais do nosso país, sendo mesmo pioneira em algumas delas.

Foi a primeira mulher a exercer uma cátedra de Estudos Anglo-Portugueses, especialização que conduziu à fundação de um Centro de investigação (1981) de onde resultou o actual CETAPS (Centre for English, Translation, and Anglo-Portuguese Studies).

Foi também a primeira mulher nomeada para presidir à Biblioteca Nacional de Portugal (1990-1992).

Inauguração da Exposição sobre "Inês de Castro" na Biblioteca Nacional de Portugal.

Foi a primeira vice-reitora da Universidade Aberta (1988-1990).

Exerceu os cargos de Vice-Presidente da Byron Society in Portugal.

Foi Secretária-Geral (1979-83) e depois (1987-89 e 1999-2001) Presidente da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (APEAA).

Foi Vice-presidente da Academia Portuguesa de História (2001-2004), onde era Académica de Número. Ocupava (desde 1990) a cadeira nº 25, para a qual, por coincidência, eu própria fui eleita quando a nossa homenageada foi elevada a Académica de Mérito (2014).

Iniciou a English-Speaking Union in Portugal, uma associação de voluntários que tem por objectivo promover um crescente entendimento entre os povos do mundo através da língua inglesa, tornando-se a sua primeira Presidente.

Criou a Revista de Estudos Anglo-Portugueses (1990), com publicação ininterrupta há três décadas o que mostra a sua efectiva capacidade de "fazer escola", lançando os alicerces para o trabalho de um número muito elevado de investigadores.

Era extremamente dedicada aos seus alunos. Chegou mesmo a acompanhar a Londres alguns pequenos grupos dos seus "meninos", como maternalmente lhes chamava, para fazerem investigação com vista às respectivas teses de mestrado.

Jubilou-se da universidade (2001), mas nem por isso deixou de se interessar pela vida académica e pela investigação. Entrou para a SHIP alguns anos depois (2006), onde a sua presença não passou desapercebida, sendo uma das poucas mulheres eleitas para o Conselho Supremo (2012).

Continuou a publicar estudos e a organizar congressos e outros eventos científicos com o mesmo entusiasmo e energia de sempre. A título de exemplo, destaco o Congresso internacional e interdisciplinar evocativo da Guerra Peninsular (2007), que integrou o XVII Colóquio de História Militar, na altura sob a presidência do General Alexandre de Sousa Pinto, juntando, assim, os esforços das instituições a que ambos presidiam num único evento que contou com mais de uma centena de congressistas, entre os quais elevado número de estrangeiros, e dois grossos volumes de Actas, um verdadeiro "estado da arte" sobre um acontecimento que deixou marcas profundas na História de Portugal.

Mª Leonor Machado de Sousa deixou-nos a imagem de uma mulher elegante, afável, pragmática e persuasiva, com um carácter forte e decidido, de energia e vontade inabalável.

Singrou num mundo dominado e presidido por homens. Não sem sacrifício, no esforço em conciliar todos os afazeres, com entrega abnegada aos compromissos profissionais assumidos e com a maior prontidão em apoiar os estudos e os trabalhos dos jovens investigadores, alunos e assistentes, que lia cuidadosamente, uma atitude rara no meio académico, encontrando sempre uma palavra simpática de incentivo, não deixando de dar sugestões e conselhos doutos e nunca descurando um cuidado esmerado pelo rigor da utilização da língua portuguesa.

Os mais de sessenta artigos publicados no livro de estudos em sua homenagem testemunham a admiração e amizade dos seus colegas e discípulos. Fez verdadeiramente "escola".

Possibilitou o desenvolvimento das potencialidades dos seus discípulos sempre com o cuidado de que cada um pudesse contribuir de um modo qualificado para o bem comum.

Não deixou de ser mulher e mãe e cumpriu a missão e o sonho de um verdadeiro professor universitário, seja ele homem ou mulher. O seu exemplo é inspirador para todos nós.

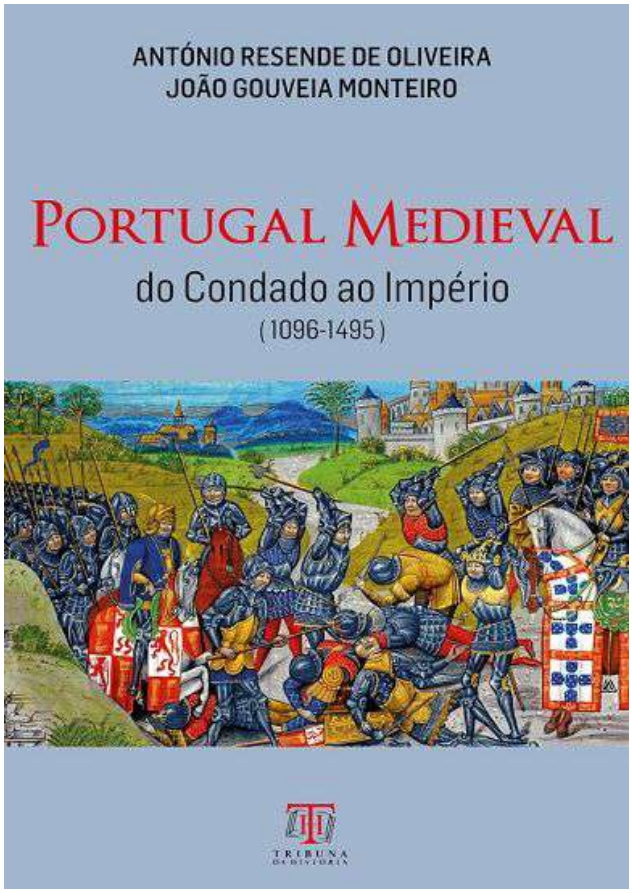
A Prof.ª Doutora Ana Leal de Faria no uso da palavra.

Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096 -1495) - Recensão Crítica

OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia – Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096-1495), Lisboa, Tribuna da História, 2023, 406 págs.

Bernardo Vasconcelos e Sousa [1]

O livro *Portugal Medieval. Do Condado ao Império (1096-1495)*, da autoria de António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro, constitui uma "síntese didáctica e panorâmica sobre a história medieval portuguesa, considerada na sua longa duração", como afirmam os Autores no "Prefácio à Edição Portuguesa". Edição portuguesa porque a obra foi primeiro publicada em Espanha, em 2018, pela prestigiada editora da Universidade de Granada.



Escrito inicialmente para dar a conhecer melhor aos meios académicos espanhóis a história medieval do seu único vizinho ibérico, o livro é portador de informação e de interpretação actualizadas sobre a nossa Idade Média, tanto para estudantes universitários como para um público português mais alargado e com interesse pela História. De facto, as últimas décadas, sobretudo a partir dos anos Oitenta do século passado, conheceram uma forte e profunda renovação da historiografia portuguesa, em que a época medieval não foi excepção e de que António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro são relevantes expoentes.

Não é aqui o lugar apropriado para descrever os seus vastos e excelentes currículos. Mas, ainda assim, importa dizer que os dois Autores são reputados medievalistas, professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, uma Escola de grandes e boas tradições nos estudos sobre a Idade Média. Além disso, ambos foram orientados nas suas teses de Doutoramento pelo Professor José Mattoso, de quem são discípulos directos e a cujo Mestre, de resto, dedicam a obra agora lançada a público.

Este livro tem como balizas cronológicas, logo expressas no subtítulo, os anos de 1096 e de 1495. A primeira destas datas remete para a atribuição por Afonso VI, rei de Leão, do Condado Portucalense a Henrique da Borgonha, casado com D. Teresa, uma filha bastarda do monarca. A segunda data, 1495, é o ano da morte de D. João II e do início do governo de D. Manuel I. Esta "longa Idade Média" portuguesa, que se estende por quatro séculos até ao final do reinado do *Príncipe Perfeito*, encontra-se dividida em duas Partes, num corte cronológico definido pelo final do governo de D. Dinis, em 1325. António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro seguem aqui a periodização proposta por José Mattoso para o que poderemos considerar uma primeira fase da monarquia portuguesa, desde o Condado Portucalense até ao fim do primeiro quartel do século XIV. Este foi o período de autonomização face a Leão e à Galiza, de fundação do reino, da sua estabilização e viabilização. Legitimada a realeza pelas vitórias militares e conquistas dos primeiros monarcas, a Coroa, de matriz guerreira, foi cumprindo um processo de expansão territorial através da *Reconquista*, mas também de delimitação e fixação de fronteiras com o vizinho castelhano com o Tratado de Alcanizes, de 1297, de adopção do Galego-Português como língua da chancelaria régia no final do século XIII (em substituição do Latim), de criação do Estudo Geral, em 1288-1290, a *Universidade* portuguesadestinada à formação de especialistas na produção legislativa e nas tarefas políticas da administração, ocorrências estas a que poderemos juntar a progressiva adopção de medidas com vista a uma crescente especialização, agilização e eficácia da política régia.

Em suma, a formação e a consolidação de Portugal como entidade política independente – como reino – foi, portanto, um processo multifacetado, complexo e prolongado no tempo, mas que estava delineado nos seus traços essenciais quando D. Dinis morreu, em 1325. Entre esses traços essenciais, assinalem-se, pois: um monarca, Afonso Henriques, que, por sua iniciativa, fundou um reino e uma dinastia em meados do século XII; acrescente-se a conquista e a fixação de um território próprio que estavam consumadas no final do século XIII; sublinhe-se igualmente a afirmação da Coroa como polo central de poder que se apresentava situado acima dos poderes concorrentes da nobreza e do alto clero, nos séculos XIII e XIV; junte-se a existência de uma língua própria e distinta de outras, com a dignidade do seu uso pela chancelaria régia desde o final do século XIII; e, como que envolvendo todos estes passos, destaque-se o aperfeiçoamento da capacidade de formação e de operacionalização de um conjunto especializado de oficiais ao serviço da administração central, durante as centúrias de Duzentos e Trezentos. Se a estas realizações políticas e culturais somarmos a diversidade e complementaridade, tanto regional como social, do reino, com um Norte essencialmente cristão, guerreiro e rural, e um Sul de presença islâmica mais duradoura, comercial e urbano, completa-se o quadro. Um Portugal com uma rede urbana que já ligava, articulava e integrava aquelas diferentes componentes, assim se explicando, nos seus elementos fundamentais, a razão pela qual teve origem e, sobretudo, encontrou viabilidade, ao longo de séculos e para além da Idade Média, o reino mais ocidental da Península Ibérica.

Este aspecto é tanto mais relevante quanto o mapa político medieval era muito diferente daquele que observamos nos nossos dias. Hoje, olhando para um mapa da Península, vêem-se duas entidades políticas com a forma de Estado: Portugal e Espanha. Ora, na Idade Média a situação era bem diversa. Existiram cinco reinos cristãos peninsulares: Leão e Castela, definitivamente unidos sob a mesma Coroa a partir de 1230, Aragão, Navarra e Portugal. Isto para além da multissecular presença islâmica, de quase oitocentos anos, desde 711 até 1492, data da queda do Reino de Granada. O término da *Reconquista* ibérica neste último ano e a afirmação da hegemonia castelhana, sobretudo a partir dos Reis Católicos, no derradeiro quartel do século XV, haviam de alterar duradouramente o panorama da geografia política hispânica. (Uma alteração que ainda hoje se repercute, como é sabido, na situação interna da Espanha).

A Primeira Parte do livro, da autoria de António Resende de Oliveira, está organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado "Do Condado ao Reino", cobre o período de 1096 a 1143, tratando da autonomização do espaço que viria a ser o português, face a Leão e à Galiza. É dado destaque ao longo processo que conduziu da auto-intitulação de Afonso Henriques como rei, em 1139-1140, até ao reconhecimento dessa condição por Afonso VII de Leão e Castela, em 1143, e à confirmação papal de Alexandre III, pela bula *Manifestis Probatum*, em 1179, quatro longas décadas depois daquele acto unilateral. O segundo capítulo incide sobre "A formação do território", abarcando as conquistas e a expansão territorial de Norte para Sul, até à fixação da fronteira com Castela, em 1297, ao mesmo tempo que se iam implantando e organizando os diferentes poderes – régio, senhorial laico ou eclesiástico, e concelhio. O terceiro capítulo versa sobre o que é designado como "A construção do Estado", com a afirmação do poder da Coroa, sobretudo a partir de D. Afonso III e até ao referido corte cronológico de 1325, quando morre D. Dinis e estão consolidados os alicerces da construção de Portugal. Neste processo teve papel catalisador o dinamismo de um mundo urbano em franco desenvolvimento, com grupos sociais ligados a uma acentuada diversificação das actividades económicas e com interesses e projectos próprios.

A Segunda Parte do livro, a cargo de João Gouveia Monteiro, abrange o período que vai de 1325 a 1495, como já foi referido. Também dividida em três capítulos, o primeiro lança uma interrogação: "Crescer em tempo de crise?". Analisa-se o contexto da chamada "crise geral do século XIV", com as respectivas manifestações na conjuntura política, até 1383, ano da morte de D. Fernando e do fim da primeira Dinastia. O capítulo seguinte desta Segunda Parte, intitulado "A renovação joanina", começa com a crise dinástica aberta com o final do reinado fernandino e com as condições em que o trono deveria ser transmitido à sua filha Beatriz, casada com Juan I de Castela. Segue-se a análise dos acontecimentos de 1383-1385 que conduziram D. João, Mestre da Ordem Religiosa e Militar de Avis, ao trono de Portugal, dando assim início à Segunda Dinastia, no que foi uma autêntica "refundação do reino". Ou, se se preferir, uma renovação que, como é citado no livro (pág. 193), o cronista Fernão Lopes, na Primeira Parte da sua *Crónica de Dom João I*, (cap. 163) descreveu "com ousadia de falar, como quem brinca, por comparação fazemos aqui a sétima idade [do mundo], na qual se levantou outro mundo novo e uma nova geração de gentes". E acrescentou Fernão Lopes: "Porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre dizer, por seu bom serviço e trabalho neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos". Este capítulo termina com os nefastos acontecimentos que culminaram na Batalha de Alfarrobeira, em 1449, na qual se enfrentaram D. Afonso V e um sector da nobreza encabeçado pelo Duque de Bragança, de um lado, e, do outro, o ex-Regente do reino, tio e sogro do monarca, o Infante D. Pedro, e em que este teve uma pesada derrota e encontrou a morte. O terceiro e último capítulo desta Segunda Parte vai de meados do século XV até à morte de D. João II, em 1495. A dialéctica do título, "Um futuro com perfume de passado", dá conta dos aspectos contraditórios destes tempos em que uma época chegava ao fim e outra começava a desbravar-se. É o que está patente numa como que sobreposição entre o "antigo" e o "moderno" na política de D. Afonso V, entre a constituição de novas Casas senhoriais, por um lado, e os primórdios da construção do Estado Moderno, por outro; entre a ressurgência de um certo ideal de cruzada, agora voltado para o Norte de África, por um lado, e, por outro, o olhar lançado para além das constrangedoras e perigosas fronteiras de um reino entalado entre Castela e o mar, vendo como o oceano não era uma barreira, antes seria um caminho. O quadro da acção dos portugueses deixaria de ser quase só o palco peninsular para passar a ser o que alguns autores haveriam de chamar a "primeira globalização". Como é afirmado na página 191, este foi um tempo que "acabou por lançar Portugal num período substancialmente novo da sua história".

Se o fio condutor da narrativa do livro é essencialmente o da sequência política, embora sem perder de vista aspectos sociais e económicos relevantes, uma temática há a que é dado destaque em todos os capítulos e que importa sublinhar pela sua raridade em obras deste tipo. Referimo-nos às questões culturais, sobretudo relacionadas com a cultura letrada, principalmente a literária, da poesia trovadoresca (tanto lírica como satírica) à prosa, ou da cronística régia aos livros de linhagens repletos de genealogias da nobreza. E aqui a cultura não surge como uma espécie de adorno, para não se dizer que ficou esquecida. A produção cultural é apresentada e exposta em linha com a conjuntura em que se enquadra, ajudando a explicar contextos e a documentar interpretações propostas, quer de natureza especificamente cultural, quer de âmbito mais vasto, como, por exemplo, na relação com o exercício de poderes, sejam eles o poder régio, o nobiliárquico ou o eclesiástico.

Além de um texto bem escrito, extenso mas que se lê sem esforço e, até, com uma crescente curiosidade para saber quais as consequências de cada facto ou fenómeno relatado, para saber qual a interpretação avançada, quais as reflexões propostas, quais as conclusões sugeridas, este livro dispõe de um amplo conjunto de elementos suplementares para a análise, sistematização e interpretação históricas. São vários os mapas, as tabelas e os esquemas genealógicos que permitem a visualização e a percepção do que, sem este tipo de tratamento metodológico, seriam referências dispersas e desarticuladas entre si. Nos Anexos inclui-se também uma sempre útil lista dos "Reis de Portugal" com as datas extremas dos respectivos reinados, uma "Cronologia da História Medieval de Portugal" entre 1064 e 1530, um utilíssimo "Glossário" onde se dá o significado de termos e se explicam conceitos regularmente usados na historiografia sobre a Idade Média, e, por último, uma extensa e actualizada bibliografia que não só serve de suporte à obra como fornece indicações para quem queira profundar um tema geral ou procure estudos especializados acerca de determinado assunto. Do mesmo modo, os "dossiers iconográficos", incluídos no final de cada uma das duas Partes em que se divide a obra, apresentam excelentes imagens que não são meras ilustrações, no sentido decorativo que por vezes é dado às reproduções fotográficas coloridas. Tais imagens incluem materiais explicativos que ajudam o leitor e funcionam como elementos abonatórios das análises e das interpretações propostas.

Uma palavra apenas para o cuidado posto nesta edição, desde a escolha dos Autores até à linha gráfica, tão atraente quanto sóbria. A Tribuna da História é uma editora que no quadro da grande e forçada concentração do nosso mercado editorial tem sabido e conseguido resistir à ditadura dos títulos fáceis e rapidamente descartáveis. De facto, a editora tem já um vasto e diversificado catálogo com um conjunto de colecções em que se destacam obras de temática histórica com muita qualidade. O Doutor Pedro de Avillez, que dirige a Editora, tem sido capaz de manter o elevado nível dos livros que publica, convidando e sabendo escolher autores de reconhecido mérito e competência que garantem o interesse e a validade cultural das obras que dá à estampa. Isso mesmo volta a acontecer agora, com este *Portugal Medieval*, de António Resende de Oliveira e João Gouveia Monteiro. Os votos que se impõem, a este respeito, são os de que, nesta sua nova fase e tal como afirma

na contra-capa do livro, a Tribuna da História continue por muitos e bons anos a publicar obras que "reflectem preocupações culturais, políticas e religiosas pluralistas, sempre com actualidade, rigor e inovação".

Muito mais se poderia dizer acerca do livro. Mas nada do que se acrescentasse atingiria o gosto e o ganho intelectual que a leitura da obra proporciona. O que vale mesmo a pena é, pois, saborear a leitura deste *Portugal Medieval* que nos é facultado na escrita rigorosa e límpida de António Resende de Oliveira e de João Gouveia Monteiro.

1 Bernardo Vasconcelos e Sousa. Instituto de Estudos Medievais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-UNL.

O Prof. Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa no uso da palavra.

Contracapa